

ARMÉNIO DOS SANTOS VASCONCELOS

MUSEU DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS
(EM TERRAS DE AROUCA, CASTRO DAIRE, SÃO PEDRO DO SUL E VILA NOVA DE PAIVA)

Orientador: PROF. DR. ANTÓNIO JOSÉ CASTANHEIRA MAIA NABAIS

Universidade de Évora
Departamento de História (Musculogia)
Évora
2009

ARMÉNIO DOS SANTOS VASCONCELOS

MUSEU DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS

(EM TERRAS DE AROUCA, CASTRO DAIRE, SÃO PEDRO DO SUL E VILA NOVA DE PAIVA)

**Dissertação com vista à obtenção do Grau de Mestre em Museologia,
no Curso de Mestrado em Museologia,
conferido pela Universidade de Évora**

Orientador: PROF. DR. ANTÓNIO JOSÉ CASTANHEIRA MAIA NABAIS

19247-



172 B11

**Universidade de Évora
Departamento de História (Museologia)
Évora
2009**

DEDICATÓRIA

**À Natureza e àqueles que nos legaram
o que temos e o que somos de melhor**

“Aquilo que o homem não compreende, o homem não o possui”

Goethe

*“Quod enim munus reipublicae afferre, majus,
meliusve possumus, quam si docemus atque
erudimus juventutem?”*

Cícero

AGRADECIMENTOS:

Sinceros e bem merecidos a:

- Raul Cardoso Dias, Dr. Abílio Pereira de Carvalho, prof. Edgar Soares, Dra. Celeste Alves, Rita Corina Azoia, Mário Catarrunas, Fernanda Duarte, Dr. Daniel Calado Café, Dr^a. Sandra Amaro, Dr. Adélio Amaro, Maestro Joaquim Narciso, António Silva (Foto Ideal de Castro Daire), prof^a Justina Duarte Coelho, Dr^a. Ana Cristina Santos, Dr. Jorge Ferreira, Arq. Nuno Noronha e a quem nos prestou inestimável auxílio quanto ao património musical: a “lenda viva” da nossa região, prof^a e cantora Isabel Silvestre e ao reconhecido e competente etnomusicólogo, Dr. José Alberto Sardinha;
- Padres João Crisóstomo, Justino Lopes, Ricardo Oliveira e Carlos José Caria;
- Prof. Doutor João Carlos Pires Brigola;
- Todos aqueles que involuntariamente tenhamos omitido;

o nosso sincero

Bem Hajam !

Ao Prof. Dr. António José Castanheira Maia Nabais expressamos a nossa Amizade e eterna gratidão.

MUSEU DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS

Resumo: O Museu do Território, descentralizado e polinucleado, sediado no Museu Maria da Fontinha, compreende 50 núcleos, de diversificados patrimónios: geológico (Geoparque de Arouca), arqueológico (castros, dólmens ou orcas) religioso (mosteiros, igrejas e ermidas), histórico, gastronómico, paisagístico, artístico, musical e do “saber fazer”.

Pretende-se a preservação de identidades, memórias, patrimónios, tangíveis e intangíveis, garantindo a auto-estima das populações abrangidas, buscando sempre um desenvolvimento, um ambiente e um turismo sustentáveis, para acréscimo da melhoria económica e social.

Respeita-se-ão sempre os princípios da museologia.

O presente trabalho/dissertação descreve com algum pormenor a transformação da Casa-Museu Maria da Fontinha, com 26 anos de existência, em Museu Maria da Fontinha.

O Museu abrange territórios de 28 freguesias dos Municípios de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva.

Palavras-chave: museologia, geologia, arqueologia, patrimónios, identidade, memória, turismo sustentável

.

THE MUSEUM OF THE TERRITORY VALE DA PAIVA E SERRAS

Abstract: The Museum of the Territory, decentralized and polynucleated, based in the Museum of Maria da Fontinha, includes 50 centres of diverse heritages: geological (Geoparque of Arouca), archaeological (castors, dolmens or orcas), religious (monasteries, churches and hermitages), history, food, landscape, artistic, musical and know-how.

It wishes the protection of identities, memories and tangible and intangible heritages, and thus ensuring the self-esteem of the populations concerned, proceeding with the development, the environment and the sustainable tourism, to achieve better economic and social improvement, always respecting the museology principles.

The principales of museology will always be respected.

The present work/thesis describes in detail the transformation of Casa-Museu Maria da Fontinha, with its 26 years of existence, into Museu Maria da Fontinha.

The Museum covers areas of 28 parishes of the Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul and Vila Nova de Paiva Municipalities.

Key-words: museology, geology, archaeology, heritage, identity, memory, sustainable tourism.

Siglas ou abreviaturas utilizadas:

APOM	- Associação Portuguesa de Museologia
ICOFOM	- Comité Internacional da Museologia
ICOM	- Conselho Internacional dos Museus
MINON	- Movimento Internacional Para Uma Nova Museologia
RPM	- Rede Portuguesa de Museus
QREN	- Quadro de Referência Estratégica Nacional
SEM	- Sistema Estatístico Nacional
TER	- Turismo em Espaço Rural
UNESCO	- Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

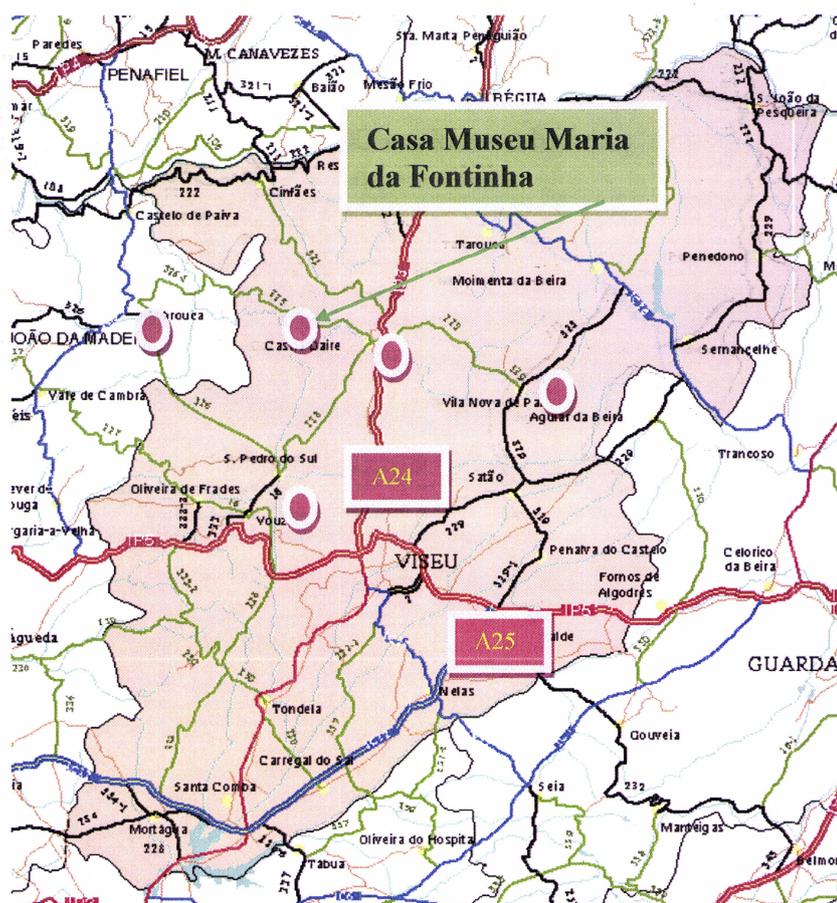
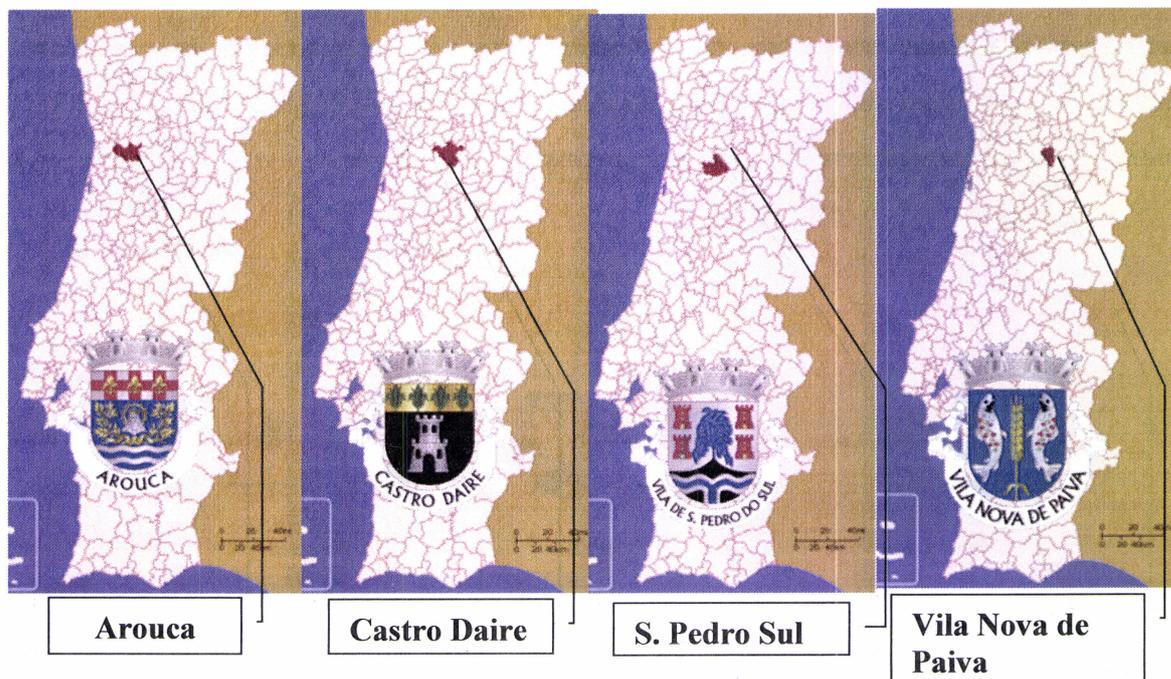
Índice Geral

Dedicatória.....	3
Agradecimentos	4
Resumo e Abstract	5
Siglas ou abreviaturas utilizadas.....	6
Mapas alusivos ao território abrangido pelo museu	10
Introdução	13
1. METODOLOGIA E FONTES	15
1.1. Relação Memória e Poder.....	18
1.2. Museus, Património e Identidade Social	21
1.3. Nova Tipologia de Museu	24
1.4. Salvaguarda do Património	26
1.5. As Autarquias e a Defesa do Património	26
1.6. Salvaguarda Patrimonial – Identificação e Classificação	28
1.7. Os Sítios Geológicos e o Desenvolvimento Local	29
1.8. O Património ao Serviço do Turismo	30
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS:	32
2.1. Geografia	32
2.2. Geologia.....	33
2.3. A Serra do Montemuro	34
2.4. Vale da Paiva	35
2.5. As Terras de Arouca e a Serra da Freita	36
2.6. Paisagem	37
2.7. História	39
2.8. Demografia	39
2.9. Dinâmica Económica.....	40
2.10. Principais Traços Culturais.....	41
2.10.1. O Artesanato	41
2.10.2. Etnografia, Folclore e Música.....	41
2.10.3. Gastronomia.....	45
2.11. Patrimónios Municipais	46
2.12. Diagnóstico Sobre as Realidades Municipais.....	49
2.13. Programa de Desenvolvimento Local.....	51

2.13.1. O Papel das Câmaras Municipais de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva na Defesa do seu Património	51
2.13.2. Aproveitamento Museológico dos Patrimónios Municipais.....	53
2.13.3. Avaliação Geral dos Recursos Patrimoniais dos Concelhos	55
2.13.4. Apresentação de Acções Estratégicas para o Desenvolvimento Museológico nos concelhos do território	57
2.14. Programa Museológico	68
2.14.1 Apresentação.....	68
2.14.2. Estrutura Formal do Museu do Território.....	70
2.15. Sustentabilidade no património, no ambiente e no turismo.....	70
2.15.1. Turismo sustentável, ambiente e património	70
3. MUSEU MARIA DA FONTINHA: MUSEALIZAÇÃO	74
3.1. História	74
3.2. Diagnóstico	75
3.3. Musealização	77
3.3.1. Missão.....	77
3.3.2. Visão	77
3.3.3. Valores	77
3.3.4. Estratégia / Temas Estratégicos	77
3.3.5. Objectivos	78
3.3.6. Património Museológico.....	78
3.3.6.1. Acervo do Museu.....	78
3.3.6.2. Capela da Fontinha	79
3.3.6.3. A Escolinha do Professor Ricoca	79
3.3.6.4. Objectos Etnográficos de Maria da Fontinha	80
3.3.6.5. Mausoléu de Maria da Fontinha	80
3.3.7. Projecto Museológico	80
3.3.7.1. Programa Arquitectónico - Museológico.....	82
3.3.7.2. Programa Museológico Expográfico	85
3.3.7.3. Gestão	86
3.3.7.4. O Programa Expositivo.....	87
3.4. A Missão Educativa e Científica do Museu	91
4. O MUSEU DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS - - NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS	93
4.1. Caracterização dos Núcleos Museológicos	93
4.1.1. Itinerários	93

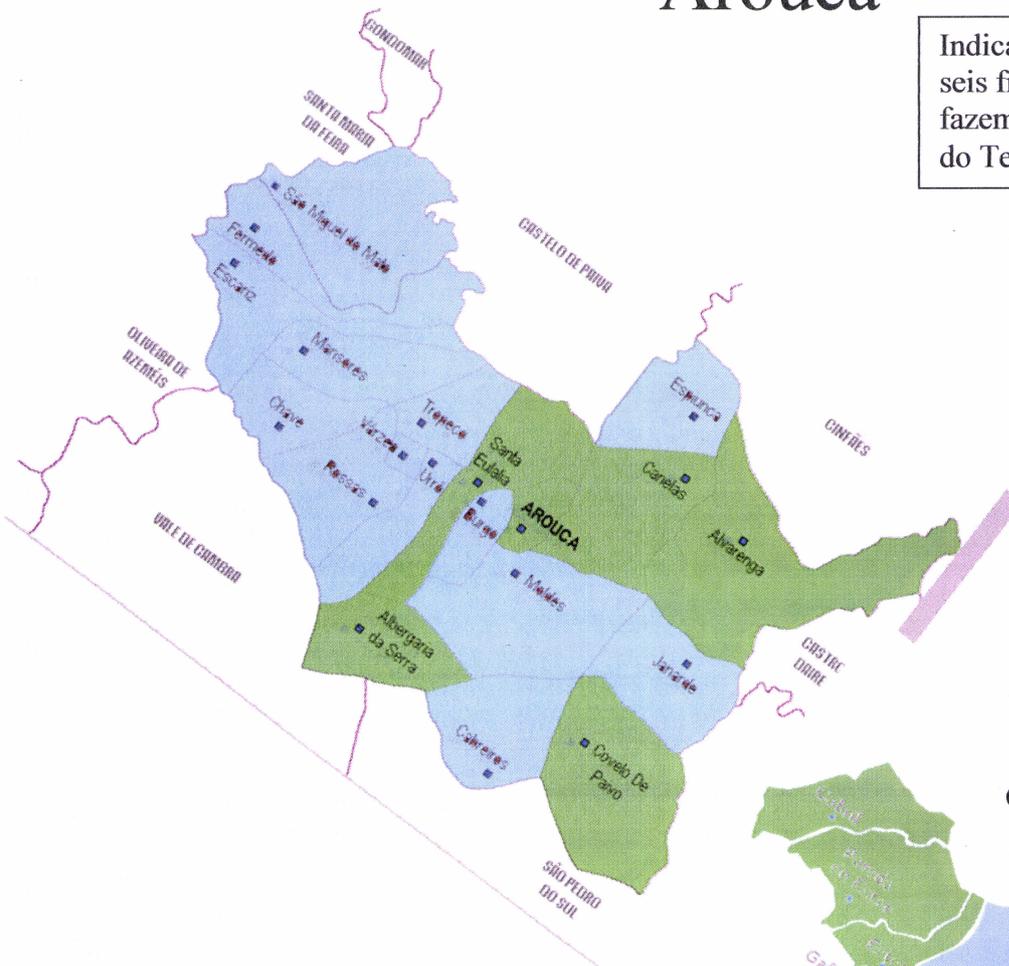
4.1.2. Itinerário I, a partir do Núcleo Sede	94
4.1.3. Itinerário II, a partir do Núcleo Sede	102
4.1.4. Itinerário III, a partir do Núcleo Sede.....	111
Síntese Final.....	125
Bibliografia	130
Índice dos Quadros e Nota Final	140

Mapas alusivos ao Território abrangido pelo Museu



Arouca

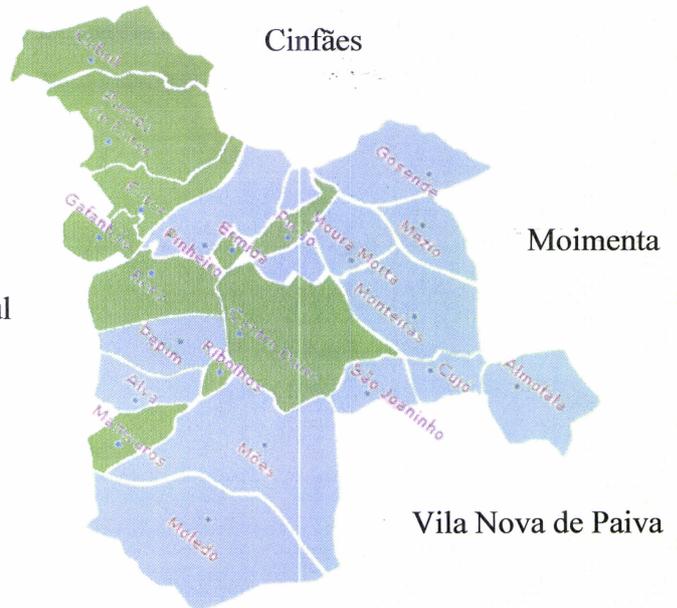
Indicam-se a verde as seis freguesias que fazem parte do Museu do Território



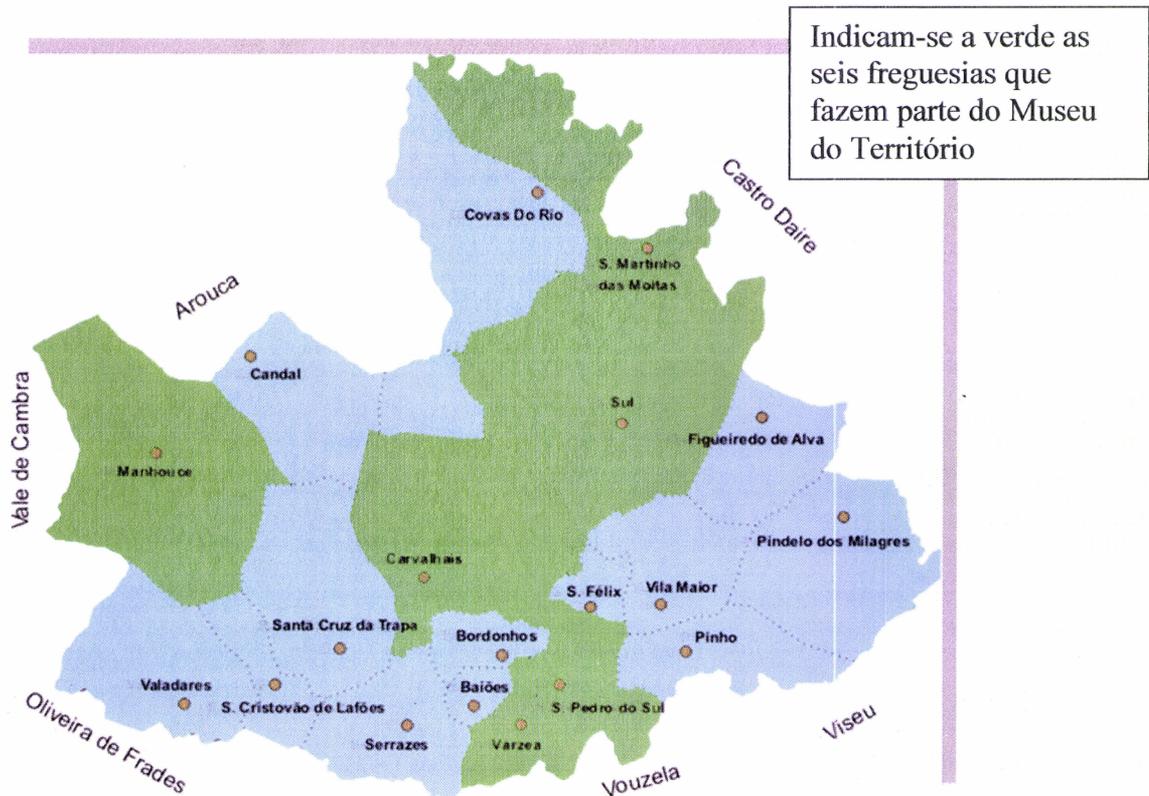
S. Pedro do Sul

Castro Daire

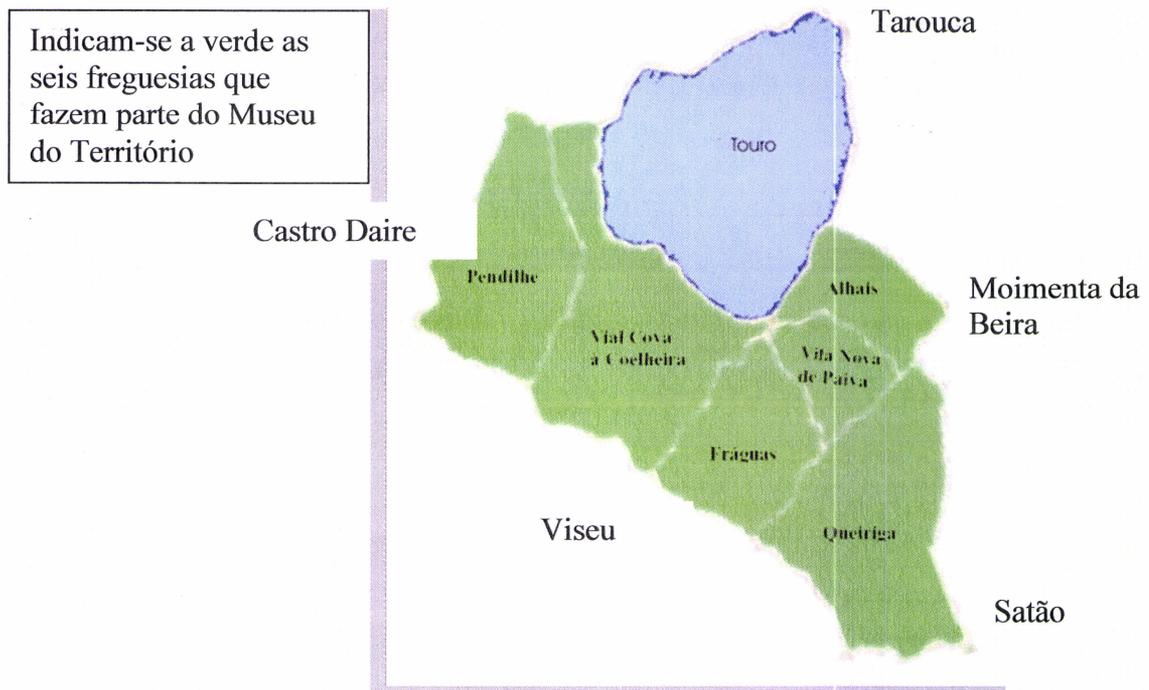
Indicam-se a verde as dez freguesias que fazem parte do Museu do Território



S. Pedro do Sul



Vila Nova de Paiva



Introdução

O presente estudo compreende um trabalho de investigação e uma proposta para a criação de um Museu do Território, com vista à obtenção do Grau de Mestre, em museologia, pela Universidade de Évora.

As alterações económicas e sociais ocorridas ao longo dos tempos provocaram uma crescente tendência de desvalorização das realidades e entidades locais no seio das suas populações, suscitando preocupações que respeitam à preservação, salvaguarda e divulgação das tradições e do próprio património das anteriores gerações, nesta área em consideração.

Há que contrariar-se a tendência de desvalorização do património local e regional, repondo-se a auto-estima das suas populações no que respeita à sua identidade e memória colectivas.

Trata-se, pois, de projectos distintos que visam a recolha, a investigação, o estudo e a divulgação dos aspectos referentes aos patrimónios em causa e seus efeitos e às realidades, características geológicas e naturais, únicas, com que nos deparamos neste território.

Entende-se haver necessidade das autarquias desenvolverem uma política no sentido da valorização do já tão rico património cultural, natural e social, bem como das diversas e vincadas identidades locais existindo condições favoráveis para a reutilização desses patrimónios, contribuindo para a consciencialização do seu valor, como também para proporcionar um desenvolvimento sustentado dessas populações, assentando nas várias doutrinas e práticas da museologia, nomeadamente as preconizadas em Santiago do Chile, em 1972 e em Caracas, em 1992, ambas pelo ICOM.

Procurar-se-á entender a diversidade patrimonial do território, cogitar-se-á sobre a sua contribuição para o desenvolvimento e para a reposição da auto-estima das populações locais quanto à sua identidade, memória e património.

Tratar-se-á, na nossa opinião, de uma peça relevante para o desenvolvimento sustentado dos referidos municípios, com o reforço da identidade local e como elemento mobilizador para o desenvolvimento social, cultural e económico deste mesmo território.

Esta envolvência das comunidades locais, tendo sempre em vista o fomento do turismo sustentável, enquadra-se no conceito de *Museu Integral* que se destina a trazer à comunidade uma visão global do ambiente natural e da sua herança cultural, de modo a:

“moldar a consciência da comunidade onde se encontra inserido, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado / memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão um futuro/vontade”.
(Constância, 1993.p.64)

O Museu, enquanto acção ou instrumento dinâmico do desenvolvimento social, assume uma função claramente social, pois os museus são:

“...Instituições ao serviço da comunidade, que têm como missão crucial participar na formação da consciência da comunidade que servem, de forma que esta apreenda através de um quadro histórico os problemas do homem enquanto indivíduo e enquanto ser social.”
(Declaração de Santiago do Chile, de 1972).

Os museus entendem-se, assim, como um meio que conduz ao desenvolvimento local e regional, contribuindo para a dignificação das comunidades e das suas condições de vida. É também, por estes motivos que se propõe um modelo de desenvolvimento para o Território do Vale da Paiva e suas Serras, assente na museologia.

I. METODOLOGIA E FONTES

Assentes as bases do património, da memória e da identidade locais, defendemos a criação de tal museu, polinucleado e descentralizado, em terras do Vale da Paiva e Serras adjacentes, com vista a contrariar eventuais tendências de renúncia identitária, direccionando a acção no sentido do desenvolvimento social e económico, no que se inclui o fomento do turismo local, para se atingir um desenvolvimento sustentado da Região.

À museologia em geral e à ecomuseologia em particular, corresponde uma notável bibliografia de autores vários, além de documentos produzidos pelo MINOM, pelo ICOM e pelo ICOFOM, que tomamos como alicerces para o presente trabalho. Recorreu-se também à análise de dados estatísticos, nomeadamente do INE, das câmaras municipais que o território abrange e ainda à legislação respeitante à defesa e à salvaguarda do património.

Utilizaram-se técnicas de recolha de dados, como entrevistas a informantes privilegiados, no que respeita às autarquias, experiências nas áreas da cultura, do património e do turismo e leitura de documentos que nos ofereceram perspectivas mais exactas das realidades locais.

Por sermos naturais da região e por ela apaixonados, também fomos adquirindo conhecimentos ao longo dos anos, acerca da riqueza patrimonial e identitária das suas comunidades, culminando esta posição com a criação e direcção, desde há 25 anos, da Casa - Museu Maria da Fontinha que à frente será melhor identificada.

Como resultado da intenção em se criar o Museu do Território, sempre imbuídos dos princípios e noções acima aludidos, do entendimento das noções de todos os tipos de museu e com base em específicos documentos das áreas da museologia e do património, da noção de identidade e da interpretação e aplicação das legislações em vigor, elegemos a museologia como fomento do turismo e uma forma de produção do desenvolvimento social e económico das comunidades locais.

Para isso ser atingido, apelámos a todos os símbolos da identidade do Vale da Paiva e Serras e dos seus recursos patrimoniais, com vista a justificar as medidas de intervenção a aplicar nessas mesmas áreas, através de um específico

plano museológico que se consubstanciará no Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.

Caberá às autarquias locais, no cumprimento da sua responsabilidade social, o dever de assumirem um compromisso com a valorização do património, da memória, da identidade e da economia do seu respectivo concelho.

Por nós, desejamos prestar um contributo para que sejam prosseguidos o projecto e o plano de acções a visar o desenvolvimento social e turístico do aludido território com base nos seus recursos patrimoniais (tangíveis e intangíveis) e na sua identidade cultural.

Nesta era da globalização, o turismo é uma indústria que se alimenta da diversidade humana e patrimonial, repercutindo-se esse fenómeno na variabilidade dos impactos ambientais, económicos, culturais e sociais, onde se insere a razão de ser da sustentabilidade, porquanto a globalização e o uso do espaço remetem para a necessidade de aplicação do desenvolvimento sustentado para que o futuro não se veja comprometido.

O património, afirmando identidades, reflectindo culturas, sendo alicerce do turismo, mormente do turismo cultural e sendo uma das mais bem sucedidas tipologias, é hoje motivo de atenção e revitalização e um imprescindível instrumento na regionalização dos territórios e no seu desenvolvimento social e económico.

Por sua vez, os museus, produção social difusora de cultura e identidade, surgem como parceiros privilegiados para a atracção e desenvolvimento turísticos e como ferramenta estratégica para a especialização da oferta, assumindo, por isso, uma relevante importância.

Actualmente, no território abrangido por este projecto, conhecemos oito unidades museológicas, a saber: os Museus de Arte Sacra de Arouca e Vila Nova de Paiva, Museu das Trilobites, em Canelas, os Museus Municipais de Castro Daire e de Vila Nova de Paiva, a Casa -Museu Maria da Fontinha, o do Mezio e o Rural de Carvalhais, encontrando-se em constituição os etnográficos de Pendilhe e de Gafanhão.

Todavia, dada a sua relação estreita com um dos mais belos, característicos e despoluídos rios da Europa, como é o caso da Paiva, necessário é, para que se

prossiga a implementação do turismo local, a urgente criação de uma extensa e riquíssima rede museológica dos núcleos dispersos, e são muitos, por todo o território considerado.

Esta rede, no quadro do pensamento museológico contemporâneo, servirá o propósito de interpretar os patrimónios, as memórias e as identidades locais que atravessando as noções de função social do museu e da metodologia social, promoverão um desenvolvimento social e económico sustentado e serão, em simultâneo, motor impulsionador do turismo, servindo ainda como elo de ligação entre o património e as comunidades, as autarquias, o turismo e o desenvolvimento sustentado da região numa perspectiva plena de ‘Museologia do Desenvolvimento’.

Para tornar possível e evidentes estas pretensões são necessárias as noções de património, identidade e memória e a sua análise nos respectivos quadros conceptuais e enquadramentos legais, bem como os modos de apropriação que as instituições museológicas deles fizeram.

Para se conseguir finalizar este projecto, procedeu-se ao levantamento possível do património territorial passível de salvaguarda e utilização. Usaram-se pressupostos do planeamento estratégico, através de cenários e da construção de uma matriz ‘SWOT (*STRENGTH*’: forças ou pontos fortes, ‘*Weaknesses*’: fraquezas ou pontos fracos, ‘*Opportunities*’: oportunidades e ‘*Threat*’s: ameaças), revelando-se, deste modo, os pontos a estudar como actores fundamentais para o estudo e estratégias e meios de tornar o projecto viável.

Com base no exposto, o presente estudo é organizado, distinguindo as seguintes partes:

- 1.^a - abordagem das diferentes noções do património, identidade e memória, sua interligação e o modo como estas noções foram apropriadas pelas instituições museológicas, englobando-se, neste passo, as noções do património tangível e património intangível;
- 2.^a - identificação sumária das questões fulcrais da museologia do Século XX, defesa e salvaguarda do património e reflexão sobre a museologia em transformação, englobando a importância da educação nos museus e o papel educativo que a estes cabe, realçando a questão do desenvolvimento sustentável,

alicerçado na museologia social, expondo princípios que norteiam as novas teorias da museologia, através também dos pressupostos enunciados em Santiago do Chile, Québec, Caracas e nas Conferências Internacionais do ICOM;

3.^a - caracterização da Casa-Museu Maria da Fontinha, seu conteúdo, instalações complementares, potencialidades e com a sua musealização, alcandorar-se a Museu;

4.^a - caracterização do território em análise, englobando a descrição, caracterização, enquadramento territorial e ambiental, a história e a economia locais com o objectivo de identificação e reflexão acerca dos principais traços culturais, símbolos de identidade e dos bens patrimoniais do território, dotados de potencialidade para a implementação de uma museologia social, visando o desenvolvimento de um turismo sustentável. Aqui, será exposta a ideia sobre o papel das autarquias na defesa do seu património, memória e identidade locais;

5.^a - avaliação do potencial patrimonial do território considerado, originando orientações estratégicas para o desenvolvimento local, tudo apoiado na museologia, apresentando-se a proposta do programa museológico através deste projecto do Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.

1.1. Relação Memória e Poder

1.1.1 A sua Apropriação pela Museologia

A instituição museológica está sempre ligada ao exercício da memória e do poder. Os museus não são e nunca serão espaços de um exercício neutro da história. São sempre o relato dos vencedores sobre os vencidos, por isso, a história por eles contada nem sempre é a mais exacta e fiável.

Existindo dois movimentos de preservação da memória: um voltado para o passado e outro voltado para o presente; sendo o primeiro o da memória do poder, que celebra o culto à saudade e respeita a acervos “valiosos e gloriosos”, onde prevalece neste caso o discurso autoritarista, no qual os objectos celebram o poder instituído, predominando um certo grupo em detrimento de outro e ocasionando uma relação passiva entre o sujeito e o objecto em exposição.

O segundo movimento é o do poder da memória, voltado para o presente, onde a memória está ao serviço do desenvolvimento social, actuando como elemento de intervenção social, funcionando como um acervo de problemas e

celebrando a memória e não o culto da memória. Este movimento transmite que o que está em evidência no museu é apenas uma das muitas leituras possíveis, tendo o indivíduo a liberdade para fazer as suas próprias interpretações e leituras.

O exercício da memória e do poder surgiu com a Revolução Francesa, incrementando o Projecto Estado-Nação, implicando a institucionalização da memória nas bibliotecas, nos arquivos e nos museus. Era, então, necessário legitimar o novo poder instituído, surgindo, por via disso, três instituições vocacionadas para a selecção dos documentos e informações que se iriam divulgar.

As bibliotecas seleccionavam os documentos que deveriam ser lidos, os arquivos os que deveriam ser guardados e os museus ficavam depositários dos artefactos que legitimavam a cultura da nação, instrumentos de memória que buscavam ordená-la através dos saberes, da beleza e da própria memória, utilizando o ‘belo’ como um dos eixos mais importantes para a memória.

Em França é criado em 1792 um plano museológico nacional que veio delimitar novas linhas de pensamento, estabelecendo o que devia ser conhecido, lembrado (ou esquecido), assumindo-se estes lugares como: “fontes de saber, de luz e de esclarecimento” (Chagas,2002,p.6).

Então, as assembleias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou, a criação de quatro museus com objectivos explicitamente políticos e ao serviço da Nova Ordem, os quais foram o do Louvre, o dos Monumentos, o do História Natural e o de Artes e Ofícios, assumindo estes uma falsa neutralidade, como forma de manipulação, criando novas memórias com vista à legitimação do novo poder político, embora este assumisse sempre aqueles espaços como neutros. Pode entender-se que estes museus do Estado-Nação eram como ‘palcos da memória’, onde esta é manipulada e representada conforme as conveniências.

Estes espaços surgiram na sequência da recolha de bens confiscados à nobreza e ao clero, com intuito de destruir ou ofuscar a memória do Antigo Regime, estabelecendo o que *lembrar* (porque permitia o registo dessa memória para o futuro), bem como *o que esquecer* (pois perdia-se no tempo a memória que não ficava registada).

Conclui-se, assim, que o mesmo bem patrimonial pode auxiliar a memória ou o esquecimento, conforme a capacidade ou vontade de comunicação do poder instituído, sendo sempre possível novas leituras ou leituras alternativas.

Desde então e até ao Século XIX, o papel dos museus, por um lado, vocacionava-se para a educação do indivíduo, para o estímulo do seu sentido estético e, por outro, para a exaltação do nacionalismo. Daí que os considerados ‘bárbaros’, ‘escravos’ e os menos instruídos ou socialmente excluídos, não tivessem geralmente acesso àqueles espaços, sendo estes assim espaços de elite inacessíveis ao grande público e à sociedade em geral.

Porque estas instituições reflectiam características básicas, como a organização do espaço expositivo, o controlo do tempo de visita, a vigilância, a segurança do património e a produção do conhecimento, geravam saberes específicos no âmbito do espaço, do tempo, do público e da colecção, num exercício do poder da memória, podendo concluir-se que os museus, após a Revolução Francesa, introduziram um relacionamento entre o poder e a memória tendente a construir novas identidades.

Existindo, como se disse, dois movimentos: o da memória do poder, em que aquela está subjugada, a este ao serviço do regime que pretende legitimar-se junto da sociedade e sendo usada para o controlo desta e o poder da memória, que auxilia a libertação do cidadão, coloca o património ao serviço da sociedade, auxiliando-a na descoberta de si mesma, concordando-se com Mário Chagas que afirma: “trabalhar nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e instrumentalizar indivíduos e grupos para melhor equacionamento do seu acervo de problemas.” (Chagas, 2002, p.17).

Assim, concluímos que os museus modernos nasceram no Século XVIII para servir o povo. Porém, na realidade, na maioria dos casos, até meados do Século XX serviram essencialmente as camadas elitistas, tenderam a controlar o seu livre pensamento e a moldar novas identidades, como espaços disciplinadores do exercício do poder e da verdade subjectiva onde o passado era utilizado como um instrumento do presente.

No Século XX, estas instituições mudaram a sua direcção, reconhecendo as colecções como importantes, mas só na perspectiva de que estas adquirem importância quando colocadas ao serviço da socialização do público, contribuindo para a formação identitária do indivíduo, em momentos em que a globalização tende a anular as marcas identitárias locais.

No Século XX, a partir dos pressupostos e enunciações das Declarações de Santiago do Chile e de Caracas, reconheceu-se da necessidade dos museus se encontrarem ao serviço da sociedade, como verdadeiros agentes de transformação e mudança social, surgindo novas tipologias e conceitos que se descreverão à frente e a parte dos quais este trabalho também se cingirá.

1.2. Museus, Património e Identidade Social

As noções de identidade e memória têm subjacente a si, como foi referido, a ideia de uma construção social definida temporalmente, objectivando um sentimento de pertença num grupo social. Ora esta construção, pelo reconhecimento da sua representatividade e dignidade, gera um processo simbólico em torno desse bem patrimonial, criando um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma versão de identidade (identidade manipulada pelo presente que a idealiza e reinterpreta).

No passado, estas identidades locais, ou do espaço (consequentemente culturais) perduravam de forma mais vincada nas populações comunitárias, em muito devido à dificuldade de comunicação e de contacto entre as diferentes culturas. Não obstante, a globalização veio alterar esta situação, ao possibilitar uma maior interacção entre os indivíduos, as comunidades e o mundo exterior.

Com a modernidade, a introdução das comunicações e com a escola de massas, o indivíduo fica sujeito a cruzamentos de culturas com a sua cultura de origem, o que lhe provoca alterações culturais. A globalização (em si mesma descaracterizadora) torna as sociedades permeáveis, abertas e pluralistas, ao mesmo tempo que se constata uma alteração frequente dos espaços e práticas culturais, o que dificulta os processos de definição identitária. Com o fenómeno emergente da globalização, muitas vezes desencadeia-se no sujeito uma crise de identidade, em que o indivíduo se confunde com tantas informações e mutações.

A globalização, através de grandes transformações económicas e sociais que põem em causa a vida comunitária, contribui para eliminar estilos e comportamentos diferenciados e locais, pondo em causa as identidades locais fundamentais para a construção e preservação das memórias colectivas das comunidades.

É aqui que o papel dos museus assume uma importância vital, de acordo com Cristina Bruno, lembrando Waldisa Guarnieri,

“ (...) musealização pressupõe ou implica em preservar e enquanto acção museológica ela aproxima objectos e homens, revitalizando o facto cultural, «a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica».” (Cristina Bruno, 1997,p.5).

Daí que os museus comunitários sejam indispensáveis neste devir de conservação de uma identidade local ao promover aquilo que distingue o local do massificado. Isto, porque a identidade local caracteriza a comunidade que a reproduz e reflecte-se no património (natural, cultural, tangível e intangível), traduzindo uma vivência, uma herança social e/ou histórica e comunica a sabedoria tradicional às gerações actuais e vindouras, promovendo a existência da diversidade cultural tão importante para o mundo globalizado.

O próprio Governo de Portugal tem-se mostrado sensível a este problema. Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, o contacto com a Natureza e com a cultura local, enquadrados na paisagem, conferem e transmitem um sentido e a noção de “único” e de identidade de espaço, que vão rareando um pouco por todo o nosso território e é, por isso, necessário preservar na tentativa de valorizar as identidades e a diversidade cultural.

Esta perspectiva de valorização das identidades e da diversidade cultural com a finalidade de promover a tolerância, o respeito mútuo e a proximidade entre os povos, conduz-nos à necessidade de adoptar uma museologia interventiva e social, de que mais à frente se irá abordar.

A mudança operada na sociedade moderna, pela referida globalização, leva a que os antigos paradigmas de identificação, estabelecidos com o passado, por via da tradição, percam continuidade. Deste modo, na busca nostálgica de

valores passados, a noção de património emana como instrumento que recupera e vincula essa identidade perdida. A noção de património, como já foi visto neste estudo, relaciona-se intimamente com a identidade sócio – cultural, porque é necessário haver “âncoras”. O património serve o sentimento de pertença dos actores sociais para a construção da identidade de uma realidade social.

O património, já se viu, é um elemento referenciador da memória da História, é uma herança e um bem cultural, onde o património surge como instrumento e o museu surge como conservador das qualidades desse património. O museu leva ao redescobrimento do local (à peculiaridade de tradições e manifestações culturais) em contraposição ao global onde se vive.

Os museus desempenham, assim, um papel importante na preservação da identidade, sobretudo no meio rural, visto que património cultural é, conforme estipulado pelo Dec.Lei nº 107/2001, Artº 1º, nº 1, de 8 de Setembro, entendido “como uma realidade da maior relevância para a construção da identidade nacional.”

Deste modo, o museu é muitas vezes apelidado de ‘livro de memórias de um povo’ já que possibilita a reconstrução de identidades culturais, através da interpretação do património exposto, educando a sociedade para a sua cultura, para a sua própria existência e vivência, tudo isto baseado na visualização, experimentação e acção.

O museu revela ser um espaço de resistência face à massificação cultural, onde o objecto em exposição não é apenas um artefacto material, mas também uma narrativa, um relato sobre nós próprios ou sobre os outros.

Através de processos museológicos, o sentimento de pertença e de identidade objectiva-se. O objecto musealizado e a memória constituem-se como ‘medium’, através do qual a identidade é criada.

Deste modo, pode-se afirmar que os museus são o garante da conservação do património, sendo também ponto de partida para a divulgação da materialização de uma identidade local, ao mesmo tempo que perpetuam uma sociedade da qual fazem parte objectos, lendas, usos e costumes, entre outros, transportando consigo significados que constroem identidades.

Pelo exposto, pode considerar-se que o museu é dos mais eficazes meios de transmissão cultural. Actuando como uma ponte entre o passado e o presente, constitui-se num excelente meio na prevenção da destruição da identidade cultural de uma comunidade, isto é, através do património, o museu funciona como um elo base para a materialização de uma identidade.

Porém, nem sempre a instituição museológica assim funcionou. Houve uma significativa transformação no seio dos museus, sobretudo no segundo quartel do Século XX.¹

1.3. Nova Tipologia de Museu

Museu ‘in situ’ (v.g., Geoparque de Arouca e Megalitismo nos quatro Municípios)

O conceito do museu ‘in situ’ também adoptado por A.M.Galopim de Carvalho que o considera uma

“estrutura Museológica dispersa, constituída por vários pólos situados onde quer que ocorram sítios ou elementos considerados de interesse, em termos de património natural (geológico ou biológico), fazendo parte de um conjunto devidamente coordenado a partir de um ou mais centros.” (Galopim de Carvalho, 1999, p.23).

Na verdade, este tipo de museu que ainda não possui forma jurídica, visa, por um lado, valorizar o património natural numa área específica que é a geologia, embora pensemos que também se pode adaptar à arqueologia e outros. Por outro lado, pretende formalizar uma divulgação, na vertente científica, dos aspectos essenciais do ambiente natural, do qual, como já se referiu neste estudo, o ser humano é uma parte integrante.

Deste modo, providencia a consciencialização das populações quanto ao seu relacionamento com o ambiente e os seus direitos e deveres em relação a este tipo de património.

De certo modo, será este o papel do museu ‘in situ’.

Por oposição aos objectos ‘ex situ’, que estão integrados em colecções geológicas (bancos de dados), os objectos ‘in situ’ estão integrados em contexto

¹ Matéria expendida no apêndice n.º 1 (Anexo)

próprio, proporcionando não só os mesmos bancos de dados, mas ainda a leitura de inter-relações e a organização do espaço.

Este tipo de museu desempenha uma função importante, no âmbito do reordenamento do território, pois a sua envolvente pode servir para a revalorização da respectiva região urbana.

Ao considerar-se o património geológico como um património cultural, reconhece-se também que se está na génese da construção da Memória da Terra.

Num museu deste género, utilizam-se fragmentos do passado para a construção da memória, seleccionam-se os que se consideram representativos e significativos, sobrepondo-se ao objecto geológico a marca de uma pertença cultural, preservando-o para o futuro.

Estes sítios geológicos podem ser lugares de memória, de poder e até de esquecimento, mas também são lugares de contemplação e relacionamento com o Tempo.

Construir estes lugares da memória da terra revela-se de extrema importância, uma vez que as rápidas transformações sentidas no âmbito industrial, ambiental e social, levam à necessidade de haver uma consciência do espaço na sua relação com o tempo, uma necessidade de articular o património geológico com o desenvolvimento.

Tome-se um exemplo paradigmático: o facto de em Lisboa se estarem a construir parques de estacionamento subterrâneos e túneis de metropolitano no lugar de ribeiras subterrâneas é sinónimo do desrespeito pelas características geomorfológicas que circundam e com as quais tem que se conviver e respeitar.²

Para que haja um desenvolvimento sustentável, é importante ter estes aspectos em conta, por uma questão de planeamento daquilo que hoje se possui e de que amanhã poderá vir a precisar-se. Ao ter-se uma percepção do que foi a evolução da Terra, pode-se perceber a dinâmica geológica e climática que se está a atravessar e o que poderá vir a acontecer no futuro.

A evolução da Terra é uma fonte de ensinamento para se poder antever o futuro.

² O mesmo se diria, no caso de na'Louseira de Canelas' exclusivamente se explorasse a ardósia danificando as colónias de fósseis (trilobites) ali existentes.

Qualquer dos museus que se acaba de referir deve ser detentor de um centro documental que auxilie na pesquisa e aprofundamento dos assuntos tratados naquela instituição, apoiando, por exemplo, os serviços educativos, as investigações de interessados na matéria ou outros, pelo que os museus actualmente prestam um importante e incontornável serviço educativo.

1.4. Salvaguarda do Património

Identificado o diverso património a que se atribui valor cultural, nasce o dever da salvaguarda do mesmo. Devemos, para isso, ter subjacente ao tratamento desse património, três planos distintos: a sua salvaguarda, o seu estudo e investigação e a sua divulgação.

Quanto à salvaguarda do património, destacam-se como acções a identificação e a inventariação, que abrange o estudo sobre o património, a valorização, a classificação, a conservação e reabilitação, reutilização e destruição.

Quanto ao estudo e investigação trata-se do plano que transforma os chamados vestígios patrimoniais em matéria de conhecimento, explicando, interpretando e conhecendo uma determinada realidade histórica através do estudo objectivo dos vestígios físicos e materiais. Por vezes, há que recorrer-se à memória local através de entrevistas, inquéritos e outros, o que permite uma análise mais global dos aspectos geográficos, ecológicos e sociais.

Quanto à divulgação, existe a transmissão dos resultados obtidos em duas áreas distintas: na área do conhecimento, pois permite modificar ideias quanto ao património, à história ou à cultura, estabelecendo relações entre estas e na área da comunicação por recurso a meios gráficos como livros, brochuras e revistas, meios audiovisuais, catálogos ou visitas guiadas.

1.5. As Autarquias e a Defesa do Património

A salvaguarda do património é, como se disse, tarefa fundamental do Estado, mas também o é de outras instituições.

Com o inevitável processo da globalização mundial, assistimos a uma tendência para a universalização da cultura. Perante esta ameaça da identidade dos povos, necessário se torna proceder ao resgate do passado, por parte do poder local, o qual está mais próximo das suas populações e das suas singularidades.

Cada vez mais se torna o papel das autarquias de primordial importância, na salvaguarda do património, o que exige uma política de intervenção e acção locais.

As competências que primeiro foram atribuídas às Câmaras Municipais constam da Lei nº 2.032, de 11 de Junho de 1949, a qual refere as questões da arquitectura popular e as ligações urbanísticas e arquitectónicas com o meio envolvente: à noção do bem cultural acrescentam-se elementos de valor paisagístico e as autarquias dispõem desde então da possibilidade de propor classificações de imóveis como valor consumado. Mas é com a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, que se estabelece um quadro mais vasto e completo de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. O Artº 20º prescreve um conjunto de competências que não pode ser descurado. Esta Lei pressupunha a noção de auxílio ou apoio mútuo, maximizando as sinergias na prossecução de interesses convergentes entre as autarquias e o Estado.

Ainda a Lei nº 169/99 de 18 de Setembro (alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro) estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias: “Compete à Câmara Municipal, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal”.

Deverá ser esta a intenção subjacente à intervenção das entidades públicas como as autarquias locais, no âmbito da salvaguarda do património, seja ele natural ou cultural.

Tal finalidade apenas terá sucesso com a efectiva participação de todos os agentes envolvidos: o poder político, o poder económico, as instituições sociais e culturais e a própria comunidade.

Realizado um diagnóstico pormenorizado das potencialidades e debilidades deste processo, ponderadas a viabilidade e exequibilidade dos objectivos propostos, o património será um elemento essencial para o desenvolvimento de um território. Este aspecto voltará a ser abordado no ponto dedicado ao modelo de desenvolvimento sustentável, bem como no estudo de caso.

1.6. Salvaguarda Patrimonial – Identificação e Classificação

No âmbito da Lei 107/2001, de 8 de Setembro (*Lei de bases da política e do Regime de protecção e valorização do Património Cultural*)

O dever de salvaguarda, preservação e protecção dos bens culturais incide quer nos *imóveis*, v.g. monumentos, conjuntos ou sítios e nos *móveis*, v.g. património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico e fotográfico.

Esta protecção age com regras, em duas específicas vertentes:

- a classificação e a inventariação, ambas visando assegurar a sua conservação e evitando a sua destruição e degradação, dando cada uma delas o lugar a um registo patrimonial de classificação e outro de inventário.

- a classificação é um acto administrativo de reconhecimento do “inestimável valor cultural” de um bem, dividindo-se essa classificação em três níveis para a protecção legal daquele: a classificação de interesse nacional, a de interesse público e a de interesse municipal.

Na primeira, de interesse nacional (IIN), através de Decreto do Governo; a segunda, de interesse público (IIP), por Portaria do Ministro ou do Secretário de Estado da Cultura, sempre em nome do Governo; a terceira, de interesse municipal (IIM) que é um acto praticado pela Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal, acto que tem de ser publicado no Boletim Municipal ou num jornal dentre os mais lidos do concelho.

A classificação origina muitas vezes prejuízos, nomeadamente quando um imóvel classificado é adquirido por um particular e este não adquire a sua

propriedade plena, mas tão só o direito de utilizá-lo, o que levanta sérias dificuldades quanto à preservação do bem.³

Em segundo lugar, a inventariação é um acto de “levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais com vista à sua identificação” (Artº 19º da mesma Lei).

Este acto abrange todos os bens, públicos e privados, os quais ficam a constar de inventário, independentemente do resultado do procedimento, conforme o que prescreve aquela Lei (Artº 17º).

Pode concluir-se, quanto ao exposto, que a classificação e a inventariação se fazem com base em critérios de carácter geral histórico-cultural, estético ou social e técnico ou científico e ainda em critérios de carácter complementar de integridade, de autenticidade e de exemplaridade do bem, tendo qualquer medida de preservação e salvaguarda patrimonial de passar pelas medidas aludidas.

1.7. Os Sítios Geológicos e o Desenvolvimento Local

Segundo Liliana Póvoa,⁴ os “sítios geológicos podem estar no âmbito da relação património - desenvolvimento quando este se afere por critérios de caracterização e definição do que são recursos naturais e a definição do modo de apropriação e gestão desses recursos, tendo em conta as implicações ambientais e o reconhecimento da Terra como um sistema”.

Os sítios musealizados são factores de desenvolvimento, elementos de atracção turística, contribuindo para fixar e mobilizar populações no mundo rural, ajudando a animar essas localidades, com o aparecimento de estabelecimentos comerciais e ainda contribuindo para a perspectiva do desenvolvimento sustentado, valorizador das características da região em que se inserem.

É frequente a migração ter a ver com a procura de emprego. Para os jovens, este aspecto está aliado à imagem de que a cidade é moderna e o rural é antiquado. Mas se existir uma noção de pertença de um património que origina animação, desenvolvimento, movimentação e até alguns empregos, poder-se-á tornar num

³ *Para melhor esclarecer este ponto, veja-se o Artº 18º da Lei referida.*

⁴ (material didáctico in *Seminário de Mestrado de Museologia, Lisboa: ULHT. (2006/2007)*,

elemento válido do projecto de desenvolvimento integrado gerado a partir daquele património.

Tem é de se dar o envolvimento das populações e que estas se sintam parte e actores do processo de que todo o património lhes pertence.

Património geológico pode ser, deste modo, um elemento fundamental para o desenvolvimento integral de uma determinada população, assente no pressuposto de que agir em simultâneo sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a articulação de actividades diversificadas, contribuirá para o desenvolvimento local das populações rurais em termos económicos, culturais e sociais.

Neste âmbito e de acordo com a Lei 107/2001 que refere que para além do dever do Estado, “constitui especial dever das autarquias locais promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas (...)” deverão as autarquias locais promover a salvaguarda do seu património tangível e intangível, colocando-os ao serviço das suas populações.

1.8. O Património ao Serviço do Turismo

Sendo o património um recurso endógeno, podemos considerá-lo “produto” exclusivamente nosso, concretamente das nossas comunidades rurais e locais. É um produto competitivo, porque exclusivo.

As autarquias locais, ao preservarem tanto o seu património tangível como o intangível, contribuem com produtos que, postos ao serviço do turismo, constituem um relevante factor de desenvolvimento local.

O turismo sustentável é um conceito que se prende com o legado de valores histórico-culturais e ecológicos da geração presente deixado para as gerações futuras e, conseqüentemente, para as actividades turísticas futuras.

Esta noção de turismo sustentável resulta da conciliação entre o desenvolvimento do turismo, e seus respectivos objectivos económicos, com a manutenção dos recursos que estão na base da sua existência. Estes recursos serão necessariamente as riquezas naturais, culturais, as características sociais e, por vezes, as características comunitárias

de uma determinada região e que constituem, por si, o potencial do território de que o desenvolvimento turístico necessita.

O turismo cria, por isso, naturalmente, alguns benefícios económicos, se bem planeado. Contudo, outro aspecto tão relevante quanto este é o facto do turismo poder contribuir para o aumento do orgulho pessoal e para a comunhão da identidade cultural.

Trata-se de discernir particularidades ou especialidades do Território para valorizar a identidade sócio - cultural dessa comunidade.

O turismo cultural proporciona, deste modo, aos cidadãos uma tomada de consciência da necessidade de salvaguarda desse património que é seu, é vivo e permanente e por isso se lhe reconhece um valor intrínseco. Se o cidadão tiver esta consciência do valor do seu património, zelará pela sua salvaguarda porque, como diz o ditado popular “*só se gosta daquilo que se conhece*”.

Políticas acertadas de promoção e desenvolvimento turístico das regiões podem também ser outra das formas de divulgação, perpetuação e desenvolvimento das tecnologias artesanais. O turismo é, primeiro que tudo, um excelente veículo de transmissão e divulgação cultural. O imenso fluxo de visitantes contribui para o estreitar de relações entre o tradicional e o actual. Adequados planos de intervenção cultural, ajustados às realidades de cada região, podem funcionar como fortes factores contra a descaracterização identitária das comunidades.

A formação cultural é um processo em construção permanente. Deste modo, o intercâmbio entre visitantes e população local mostra-se benéfico para este processo de construção cultural, processo que possibilita que se dê, mas também que se receba, simultaneamente. Os museus são, deste modo, ferramentas para a educação multicultural.

II. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS: GEOGRAFIA, GEOLOGIA, PAISAGEM, HISTÓRIA, PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

2.1. Geografia

O Concelho de Arouca situa-se a Nordeste do Distrito de Aveiro, Região Norte e Sub-Região Entre Douro e Vouga e engloba-se administrativamente neste Distrito, inserindo-se na área de intervenção, quanto ao presente estudo na ADRIMAG (Associação de Desenvolvimento Rural e Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira), fazendo parte da actual Região de Turismo do Centro.

Os três restantes Municípios fazem administrativamente parte do Distrito de Viseu, Região Centro e Sub-região do Dão – Lafões, sendo o de Castro Daire limitado a Leste pelo de Vila Nova de Paiva e a Sudoeste pelo de São Pedro do Sul, enquanto este é limitado, a Nordeste pelo de Castro Daire e a Noroeste pelo de Arouca, havendo, portanto, continuidade entre eles.

O Museu Maria da Fontinha situa-se a escassos quinhentos metros de distância de terras do concelho de São Pedro do Sul e a poucos quilómetros dos limites com o de Arouca (6 e 15), em direcções opostas e a cerca de 20 quilómetros do Município de Vila Nova de Paiva, desfrutando em matéria de contextualização rodoviária de muitas acessibilidades por detendo uma localização estrategicamente privilegiada no contexto territorial de Portugal, porquanto Castro Daire é servido pela A24, que liga Viseu a Vila Real, via esta que, por sua vez, dista cerca de 15 quilómetros da cidade de São Pedro do Sul e de Vila Nova de Paiva e 10 quilómetros do mesmo Museu, bem como 16 Kms. num sentido e 35 noutro, de terras de Arouca.

Estes concelhos estão ligados por vias militares e por calçadas, ambas romanas das quais ainda hoje se vêem percursos mais ou menos longos.

Para a musealização deste território consideram-se, no concelho de Arouca, as seguintes freguesias: Arouca, Santa Eulália, Canelas, Alvarenga, Albergaria da Serra e Covelo de Paivô; no de Castro Daire, as freguesias de: Castro Daire, Mamouros, Cabril, Ermida, Ester, Gafanhão, Parada de Ester, Picão, Reriz e

Ribolhos; no de São Pedro do Sul: São Martinho das Moitas, Sul, Carvalhais, Manhouce, São Pedro do Sul, e Várzea (Termas); no de Vila Nova de Paiva: as freguesias de Pendilhe, Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Paiva, Alhais, Queiriga e Fráguas.

No geral, todas as referidas freguesias, embora as respeitantes às sedes dos concelhos em menor grau, são marcadas pela ruralidade, possuindo, todavia, uma grande e diversa riqueza quanto a patrimónios, quer tangíveis quer intangíveis, como se expenderá.

2.2. Geologia

A área compreendida no Museu do Território caracteriza-se em grande parte pelo que genericamente se consideram planaltos e montanhas do norte da Beira (Ferreira, 1978, págs.218 a 247, 301 a 314), nomeadamente. A obra deste autor ajuda-nos a geologia deste território:

“Entre o Douro e a confluência do Paivó com a Paiva, a estreita banda de terrenos paleozóicos é constituída por quartzitos e xistos e grauvaques intercalados e ainda por conglomerados e outros. Estas rochas distribuem-se em estreitos afloramentos paralelos, sucessivamente de Nordeste para Sudoeste, contactando deste lado com o complexo Xisto-Grauváquico. Entre a referida confluência e o Gafanhão, onde a faixa paraleózoica é cortada pelo batólito granítico de Castro Daire, há uma disposição em sinclinal, aflorando-se simetricamente, de cada lado, os quartzitos e xistos do Ordovícico. Na área de Queiriga, as faixas Ordovícica e Estefaniana estão muito afectadas por falhas transversais de direcção predominante MNE-SSW que, aliás, se manifestam também entre o Douro e o Paivó.
(...)

O Vale da Paiva, entre Vila Nova de Paiva e Castro Daire, mostra-nos uma topografia movimentada e complexa, mantendo-se assim para Sul até ao Vale do Vouga. Nesta área, é difícil saber-se a que fase de aplanamento pertencem os diferentes níveis por vezes muito exíguos.

Por sua vez, para Leste do Rio Paivó, a fisionomia do Maciço da Gralheira, muda por completo. O nível da Lagoa, a 900/950 metros., constitui o único trecho de superfície plana desta área, dominando vertiginosas vertentes, com alturas que atingem os 600 metros. Acima deste nível levantam-se pequenos relevos com altitudes que rondam os 1000 metros: Drave (991 mts.) , Gourim (989 mts) e uma estreita cumeada que vai de Cumieira (975 mts) a São Macário (1053 mts.), onde se apresentam intercalações de conglomerados siliciosos e o Monte de São Macário, a maior elevação deste sector, é constituído parcialmente de quartzitos. Ao nível da Lagoa encontram-se estreitos interflúvios, como o Alto do Selado, a Oeste de Drave, uma estreita lombra entre São Macário e Monte Redondo (950 mts.) e, sobretudo, a cumeada entre Gourim e o Alto de Gourim”..

Vale a pena citar o sector de Macieira, a Sudeste de São Macário, onde se observa a Rechã de Vessadas, a 800/850 metros., desenvolvida na orla

metamórfica do grande afloramento granítico que se estende para Leste da montanha e à altitude de 800/850 metros. Existe também, a Nordeste do Covelo de Paivô um conjunto de pequenas Rechãs denominadas por Cabeço de Prova (953 mts.) e Couto Agudo (932 mts.), na passagem de um pequeno afloramento granítico para a sua orla metamórfica.



Ilustração 1 -Vale da Paiva - Carta Geológica

- Silva, Marco, Gomes, Paiva, Silveira (1999 p.12)

O que aqui mais impressiona é a vigorosa dissecção, que parece talhar de um golpe a superfície de 900/950 metros, por meio de cursos de água insignificantes. É difícil explicar a eficácia da erosão vertical sem a intervenção de um importante levantamento tectónico.

2.3. A Serra do Montemuro

Fundamentalmente procurámos definir só o significado dos níveis aplanados que culminam nesta montanha, procedendo-se de seguida a uma análise do Vale da Paiva com vista a esclarecer o traçado deste rio entre a Serra do Montemuro e o Maciço da Gralheira.

A Serra do Montemuro tem uma configuração nitidamente dissimétrica na direcção Norte/Sul. A vertente Sul é muito íngreme, por vezes sem patamar intermédio entre o cimo e o fundo do Vale da Paiva, equivalendo a uma descida da ordem dos mil metros e um declive médio de 18%, enquanto na vertente Norte, o seu declive é da ordem dos 6 a 7%.

O local mais elevado desta Serra é também o mais alto de todo o Norte da Beira, e no ponto que suporta o vértice Geodésico atinge 1382 metros.

A Paiva apresenta um vale bastante amplo, em forma de fundo de barco, com vertentes que descem gradualmente de 600 a 300 metros, sendo possível encontrarem-se pequenas rechãs a diferentes altitudes, indiciando-se a hipótese de ter havido um condicionamento tectónico, um abatimento entre o Maciço da Gralheira e a Serra de Montemuro que terá orientado o actual traçado da Paiva.

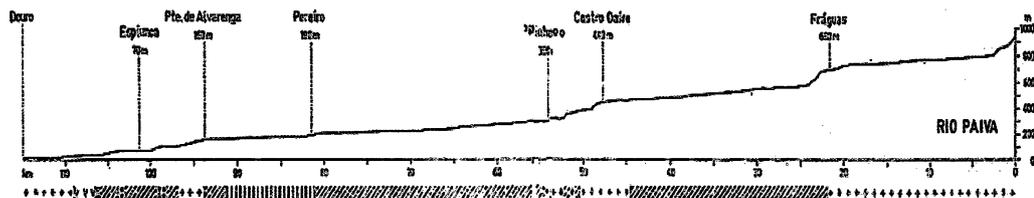


Ilustração 3-Perfil Longitudinal da Paiva

Silva, Marco, Gomes, Paiva, Silveira (1999 p.11)

2.5. As Terras de Arouca e a Serra da Freita

Abel Botelho, no seu livro ‘Mulheres da Beira’, expõe poeticamente que o:

“vale de Arouca, esguio e fortíssimo, é quase completamente fechado em torno por serrania alterosa, que o estrangula e cinge de perto, deixando-lhe apenas das bandas de Oeste um como respiradouro a fornecer-lhe comunicação fácil com o país circunjacente. Ao Norte a serra do Gamarão, por Leste do monte cónico da Mó, e a serra da Freita ao Sul, parece erguerem-se aprumadas e vigilantes, como esculcas do riquíssimo tesouro que na profundidade das suas faldas tam galhardamente ocultam.

E é realmente um tesouro aquele vale!... “e depois de nos narrar as paisagens verdes e a beleza de toda a paisagem., continua ele: “subamos agora a qualquer das serras adjacentes: que contraste, que pobreza, que desolação! Aí os terrenos são magros, secos, maninhos; é agreste o ambiente; a vegetação é enfezada e efémera...”

Na mesma obra, e logo na página 3, escreve ainda:

“Na Freita é maior ainda a aridez. Aqui o sub-solo é granítico; agrupam-se a espaços, em disposições caóticas, enormes pedregulhos, musgosos e negros, que o tempo tem ido desbastando sensivelmente, e que parecem ter sido reunidos com algum misterioso intuito por mãos de gigantes sobrenaturais. Por vezes um só penedo, espontâneo dólmén, carcomido e tosco, erecto no ápice de um morro, e cujas inúmeras laminazinhas de mica brilham como diamantes, quando ridente o sol as ilumina, parece um trono gigante, para o génio das células trabalhado pelo génio das tempestades. Cobrindo os flancos, vegeta a urze; nos planaltos

superiores, onde empoça um tanto a água, crescem os fetos rústicos, algumas gramíneas alpestres, e essa relva miudinha e rasteira, verdadeiro manjar para os gados, sobre cujas folhas delicadas de sonho o orvalho se deposita em grânulos de prata.”.

Acrescentamos nós que aquelas relvas miudinhas, permanentemente verdes, nos lameiros e nas lameiras das serras do Vale da Paiva acrescentam qualidade aos produtos que a bela vaca arouquesa nos oferece.

Foi a terra de Arouca que deu nome a esta raça bovina que outrora ocupava a região que vai desde o Marão às margens do Zêzere.

É de corpulência meã, de formas harmoniosas e roliças, de perfil sub-côncavo e linha dorsal lombar, direita. Os membros são curtos e grossos, os cascos negros e rijos e anda correcta e facilmente. É rústica, mas sociável, pastando entre os rebanhos ovinos e caprinos, alimenta-se em pastoreio directo, da vegetação herbácea e arbustiva que brota nas serras da Freita, de Montemuro e da Gralheira. É uma raça de trabalho, manteigueira, produzindo leite qualificado, sendo uma raça de produção de carne.

É, todavia e infelizmente, uma raça em regressão. Se em 1950 existiam mais de 7 000 cabeças, hoje, contam-se menos de 2000, com mais de 6 meses.

Com a sua cor flava, pastando placidamente nos verdes das serras e dos vales, enriquece a paisagem, parecendo o conjunto uma pintura de Mestre.

Pela sua importância e originais características, serviu o belo animal de mote para a criação da Confraria Gastronómica da Vaca de Raça Arouquesa, de que temos a honra de fazer parte.

2.6. Paisagem

As características da nossa Região permitem que em centenas de locais de todas as Serras do Vale da Paiva, nos encontremos na presença de miradouros naturais e imponentes, de onde se avistam extensões enormes e apaixonantes em todas as direcções, como é o caso de São Macário, de onde, em dias límpidos, se identificam dezasseis Serras de Portugal, algumas a muitas dezenas de quilómetros de distância, v.g. Marão, Arestal, Arada, Freita, Montemuro, Caramulo, Sequeiros, Reriz, Nave, e outras, até à Estrela. Trata-se efectivamente de uma Região de características geomorfológicas únicas no nosso país, a que se

associa uma diversidade importante de fauna e de flora, que à frente serão referidas.

Na paisagem, a diversidade é real e natural. Também se casam com ela os fenómenos geológicos raríssimos no mundo, como o são as já referidas Trilobites Gigantes de Canelas e as Pedras Parideiras da Castanheira, as quais, só por si são elementos de relevante valor a levar em conta quanto à riqueza patrimonial desta Região. Parte destas referências, aliás, já haviam sido por nós escritas antes da inclusão do Geoparque de Arouca na Rede Europeia de Geoparques, por decisão unânime proferida pela UNESCO no transacto mês de Abril, o que muito orgulho acrescentou às nossas gentes.

Grande parte da paisagem encontra-se humanizada, ora por povoados ora por manchas arbóreas, como soutos, campos agrícolas, pinhais e ou eucaliptais, sobressaindo uma grande diversidade vegetal, de que se destacam o abeto-branco '*Abies alba* Mil', o pinheiro bravo '*Pinus pinaster* Aiton', o pinheiro silvestre '*Pinus sylvestris* L.', o zimbro '*Juniperus communis* L.', o loureiro '*Laurus nobilis* L.', a faia '*Fagus sylvatica*', o castanheiro '*Castanea sativa* Mill', o carvalho variegado '*Quercus robur* L. (Roble)', a bétula '*Betula celtiberica* Rothm. & Vasc.', o amieiro '*Alnus glutinosa* (L.) Gaertn.', o ulmeiro '*Ulmus minor* Miller', o lódão '*Celtis australis* L.', o choupo '*Populus nigra* L. (e alba)', e o salgueiro '*Salix alba* L.', bem como a esteva, o sargaço '*Cistus monspeliensis* L.', a roseira brava '*Rosa canina* L.', a urze branca '*Erica arborea* L.', a urze roxa '*Erica cinerea* L.', o tojo '*Ulex Europaeus* L.', a giesta '*Cytisus scoparius* (L.) Link', o pilriteiro '*Crataegus monogyna* Jacq.', a ameixeira brava '*Prunus spinosa* L.', a cerdeira '*Prunus avium* L.', a carqueja '*Pterospartum tridentatum* (L.) Willk.', a murta '*Myrtus communis* L.', o azevinho '*Ilex aquifolium* L.', a noqueira '*Juglans regia* L.', a hera '*Hedera helix* L.', o freixo '*Fraxinus excelsior* L.', a oliveira '*Olea europaea* L.', o alecrim '*Rosmarinus officinalis* L.', o rosmaninho '*Lavandula pedunculata* (Miller) Cav.', a alfazema '*Lavandula angustifolia* Mill', o sabugueiro '*Sambucus nigra* L.', a madressilva '*Lonicera periclymenum* L.', o noveleiro '*Viburnum opulus* L.', a gilbardeira '*Ruscus aculeatus* L.' e tantos e tantos outros.

Quanto à fauna do Vale da Paiva e serras adjacentes, encontramos: a raposa '*Vulpes vulpes*', o javali '*Sus scrofa*', o texugo '*Meles meles*', a geneta '*Genetta genetta*', a toupeira-de-água '*Galemys pyrenaicus*', o coelho-bravo '*Oryctolagus cuniculus*', a lebre '*Lepus europaeus*', o açor '*Accipiter gentilis*', a perdiz '*Alectoris rufa*' e muitos outros.

2.7. História

No território onde predomina o megalitismo constata-se que em tempos pré-históricos toda a região foi ocupada pelo ser humano. Atesta-o a existência de muitíssimos exemplos de orcas ou dólmens, de mamoaas, de *tumuli*, de inscrições e elementos escultóricos ou arquitectónicos de variados períodos, as, por vezes, curiosas insculturas rupestres, os vários exemplares do Neolítico, do Calcolítico, da Idade do Bronze, da Idade do Ferro, dos Iberos, dos Celtas, dos Lusitanos, da Época dos Romanos, dos Suevos, dos Vândalos e Alanos, Visigodos, dos Muçulmanos, até à actualidade, além de vários testemunhos patrimoniais, consistindo num vasto e incontornável património cultural que atesta a permanente vivência comunitária na região.

2.8. Demografia

Os Concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, na sua totalidade, apresentam, respectivamente, uma ocupação territorial de 327,99 Kms², 376,25 Kms.², 348,68 Kms.² e 177,37 Kms.², abrangendo, também respectivamente, 20, 22, 19 e 7 freguesias, respeitando-lhes, na mesma ordem, 24 019, 16 846, 19 215 e 6 319 habitantes (INE, 2004).

De realçar que em 1960, ou seja, há menos de 50 anos, o número de habitantes dos referidos Municípios, era, respectivamente, de 26 378, 25 031, 24 273 e 8 931.

Por aqui se constata que a população decresceu em todos eles, e em maior percentagem em Castro Daire, seguida de Vila Nova de Paiva, e depois São Pedro do Sul.

Constata-se que a faixa etária da população adulta, entre os 25 e os 64 anos, constitui o maior número de habitantes, apresentando os adultos uma população cerca de três vezes e meia superior aos jovens. Os idosos com mais de 65 anos são mais numerosos que a população mais jovem.

As taxas de natalidade apresentam valores desfavoráveis.

2.9. Dinâmica Económica

Neste ponto analisa-se o tecido económico que sustenta o sistema social destes concelhos. Em todos se apresenta uma taxa de desemprego relativamente baixa, mas reveladora de um número decrescente de empregados e uma falta de postos de trabalho na região suficiente para absorver alguma mão-de-obra excedentária. As actividades do sector primário, não são as mais expressivas nos concelhos de Arouca e São Pedro do Sul; sendo-o, no entanto, nos outros dois concelhos.

Já o sector secundário está bem representado nos serviços económicos nestes concelhos. Em todos eles existem algumas zonas industriais, nomeadamente de madeiras, extracção de ardósias, de pedra, construção civil, mobiliário, etc., numa diversificação do tecido industrial, porém, sem serem relevantes.

No que respeita ao sector terciário, o sector dos serviços, evidencia-se uma posição crescente, sendo no entanto o menos representativo; encontrando-se em fase de expansão e notando-se que a actividade do turismo já começa a ser representativa, mais aqui que ali, nos tecidos económicos concelhios, oferecendo-se potencialidades para serem aproveitadas e incentivadas, só faltando, para tal efeito, o investimento (público e ou privado) e as devidas adaptações das questões ligadas ao Ordenamento do Território.

O que acaba de referir-se justifica-se para demonstrar a predominância de intenções em se seguir e desenvolver a actividade do turismo nas partes destes concelhos que se enquadram no Museu do Território do Vale da Paiva e Serras onde o sector primário prepondera.

2.10. Principais Traços Culturais

2.10.1. O Artesanato

Os traços culturais mais evidentes nos concelhos em apreço são de cariz etnográfico, artístico, geológico, paisagístico, religioso e arqueológico.

Todas estas terras têm no seu artesanato uma das mais interessantes particularidades. Todavia, estes produtos têm de ser salvaguardados para que não se vejam perdidos já que as gerações actuais só em casos pontuais recriam estas artes tradicionais.

Desde há séculos que o meio tem influenciado as tradições, a cultura e a vivência populares, originando inspirações materiais que se tornaram símbolos da vida quotidiana da população. Não se pode dissociar esta resposta das necessidades económicas, da influência do meio ambiente (serras, rochas, flora, fauna) sobre a sociedade e suas produções artesanais, porquanto originaram diferentes ramos de actividade artística: artefactos em pedra, objectos em barro, em têxtil, arte em vime, feno, palha, lã, linho, madeira, etc., de que são exemplos, entre muitos outros, a cestaria de verga de Codessais e Rossão, em breza, do Campo Benfeito, as coroças de Gosende e Mamouros, a tamancaria de Baltar, o burel do Montemuro e o linho e a lã da Pena, de Cetos e Pereira, o têxtil da Pena e de Manhouce.

Reconhecemos como de interesse, o núcleo dos barros pretos de Ribolhos, aldeia de Castro Daire, os quais renascem após mais de vinte anos adormecidos.

2.10.2. Etnografia, Folclore e Música

Nos quatro concelhos considerados destacamos, em Arouca: o Conjunto Etnográfico de Moldes, de Danças e Corais Arouquenses, o Grupo Coral de Urrô, O Orfeão de Arouca, a Filarmónica de Arouca, Grupo de Danças e Cantares de Arouca, Conjunto Etnográfico de Danças e Cantares de Fermêdo e Mato, os Ranchos de Canelas, Lavadeiras de Mosteiró e Alvarenga, os Amigos de Rossas, os Unidos de Rossas e a Filarmónica de Santa Cruz de Alvarenga.

No concelho de Castro Daire: os Ranchos Folclóricos, Morenitas de Alva, Santa Maria de Cabril, Lamelas, Monteiras, Mosteirô, Mouramorta, Relva, Picão, Cetos, Ribolhos, Termas do Carvalhal, Eiris, Outeiro e Parada, o Rancho Folclórico e Etnográfico Raízes de Montemuro, a Banda Musical Rerizense e a Sociedade Musical de Mões.

No concelho de São Pedro do Sul: o conhecido Grupo de Trajes e Cantares de Manhouce, o Grupo de Cantares de Pindêlo dos Milagres, Grupo Alafum, Grupo de Cantares de São Cristovão, os Ranchos Folclóricos de Serrases, de Figueiredo de Alva, de Pinho, a Banda de Música Aliança Pinho, a Filarmónica Harmonia e a Sociedade Musical de Moçâmedes.

E em Vila Nova de Paiva, o Rancho Terras do Demo e a Sociedade Musical de Vila Cova à Coelheira.

Todos estes grupos etnográficos e folclóricos representam a cultura popular e remontam aos fins do Século XIX, início do Século XX, sendo associações sem fins lucrativos, fruto da iniciativa popular que, baseando-se nas recolhas das suas tradições culturais e musicais, salvaguardam e representam os aspectos culturais e identitários das suas comunidades. Estas associações representam os principais símbolos das tradições populares, usando os trajes da época, acessórios agrícolas e etnográficos diversos, recriando ainda a música e as danças tradicionais. Trata-se de bons representantes culturais, porquanto desenvolvem uma actividade de certo rigor científico, costumando realizar apresentações em várias regiões do país e algumas no estrangeiro, dos quais destacamos, sem desprimor para os demais, o Grupo Etnográfico e de Cantares de Manhouce com a voz de Isabel Silvestre, o Rancho de Cabril, o de Alva e o das Terras do Demo.

A par destas manifestações artísticas e culturais cabe, neste passo, fazer referência à rica polifonia local da Região de Lafões e do Montemuro, considerando-se a tradição musical da Beira Litoral, onde se inclui Arouca, de certa forma com o prolongamento da tradição musical do Minho e Douro Litoral, com notória presença da viola portuguesa, aqui conhecida como ‘remalveira’ e cujas danças são muito coincidentes, como é o caso do vira, da tirana e da rusga, embora o seu ‘ethos’ musical abranja géneros ligados aos amanhos da terra e à religiosidade popular, o que nos ajuda a chegar à conclusão de que a harmonia em

terceiras e quintas paralelas, que se entendia característica da música vocal de Lafões, extravasa esta região, sendo conhecida para além de Sever do Vouga, de Viseu, de Tondela e da própria Beira Litoral.

Há aqui uma identidade comum entre as duas províncias.

Os trabalhos desenvolvidos em todas as nossas aldeias serranas, numa procura permanente pelo etnomusicólogo Dr. José Alberto Sardinha, são garante da riqueza musical da região (Arouca, Cinfães, S. Pedro do Sul, Parada de Ester, Cetos, Picão, Sequeiros, nas Serras do Montemuro e Gralheira)⁵.

Sobre este assunto, escreveu:

“Já quanto à música coreográfica, Beira Litoral e Beira Alta detêm características que as separam. Se no Litoral é visível a mesma família de modas no Minho e Baixo Douro, já a Beira Alta terá sofrido forte influência da tradição das Tunas, muitas ainda em actividade, ao redor de Viseu. Estas tiveram a sua época áurea no virar dos Séculos XIX / XX, restando ainda hoje agrupamentos com repertório variado desde modas regionais a áreas de Verdi, prevalecendo os Bandolins, os Violões e os Violinos. Ao redor da Serra de Montemuro, nomeadamente no Concelho de Castro Daire, a variedade era grande, referindo-se a fados, marchas, corridinhos, bazucas, valsas e, as contra - danças, facto, aliás, deu motivo a que se chamasse ao Montemuro o reino da contradança.⁶

Este etnomusicólogo, advogado na cidade de Torres Vedras, desenvolve em simultâneo com a sua actividade profissional uma perfícua pesquisa pelas mais recônditas aldeias de Portugal, podendo dele afirmar-se que se trata de um dos maiores etnomusicólogos de sempre. Das suas obras literárias acerca da música, destacamos:

Tunas do Marão, 'Braga na Tradição Musical – A Rusga de S. Vicente', 'Portugal Raízes Musicais', 'Recolhas Musicais da Tradição Oral-1982', 'Por uma Etnomusicologia Portuguesa – 1982', 'Viola Campaniça o Outro Alentejo – 1986', 'Modas Estremenhas – 1989', 'Música de Tradição Oral na Região de Torres Vedras- 1991', 'A Propósito de Folk-lore – 1995', 'Romaria da Senhora do Almurtão-

⁵ Do muito que colheu na região, podemos ouvir, o que se encontra gravado no disco (DVD), logo a seguir aos 'apêndices' que o abrem.

⁶ Portugal Raízes Musicais nº 3, Beira Litoral e Beira ALTA, *JORNAL DE NOTÍCIAS* 1997.

1995 (prefácio), 'Sobre a Funcionalidade do Adufe – 1995', 'Idanha-a-Nova Toques e Cantares da Vila-1995', 'Armando Leça e o Primeiro Levantamento Músico-Popular em Portugal – 1991', 'O Mistério Giacometti-1999' e 'Tradições Musicais da Estremadura-2000'.

Muito se poderia escrever acerca deste 'campus' da cultura nesta região, fazendo-se alusão aos inúmeros cantos de trabalho: sacha do milho, sega do centeio, maçadela do linho, cânticos religiosos, como os cantos às Almas do Purgatório, o que após a Contra-Reforma deu origem às chamadas Alminhas nas encruzilhadas das serras, às Encomendações na Quaresma e também às Almas Santas.

Tudo isto nos faz sentir que nesta região a tradição musical popular abrange os três grandes temas funcionais que estão na base da nossa música tradicional: a dança e o folguedo, os cantos de trabalho e os cantos religiosos. Destacam-se, no entanto, os seguintes cantares e músicas: 'Contradança de Castro Daire', 'Maçadela do Linho, de Viseu', 'Mazurca, de Castro Daire', 'Contradança de São Pedro do Sul', 'Eito Fora, de Sever do Vouga', 'Fado, de Castro Daire', 'Cântico ao Menino, de São Pedro do Sul', 'Corridinho de Castro Daire' e 'Tareio de São Pedro do Sul', entre outros, tudo fazendo jus ao brocardo 'a cantar se trabalha, a cantar se ora, a cantar se ama', como, mais uma vez, e muito bem, se exprime este etnomusicólogo na sua obra.

Neste campo de património musical, destacamos ainda Isabel Silvestre que nasceu na bela aldeia de Manhouce que já foi considerada a segunda "aldeia mais portuguesa".

O trabalho desenvolvido por Isabel Silvestre caracterizou-se sempre pela ideia de registo dos cantos da sua terra por si gravados desde a infância.

Com mais três cantoras, fundou em 1978, o Grupo de Cantares de Manhouce. É professora do ensino primário, e exerceu a profissão, na sua terra natal. Gravou, entre outros, 'a Portuguesa' (EMI), em 1996; 'Eu' (EMI), em 2000 e 'Cantar Além' (Açor), em 2006.

Colaborou com vários grupos e cantores, sem nunca deixar de estar intrinsecamente ligada ao seu povo e às suas serras.

Escreveu e/ou colaborou nas seguintes obras: *'Memórias de um povo'*, *'Cancioneiro popular de Manhouce'* e *'Doçuras'*.

Em 10 de Junho de 2005, foi agraciada com a Ordem do Infante.

Entre os artistas com quem trabalhou, contam-se Rão Kyao, os GNR, Sérgio Godinho, Mãomorta, Madredeus, Delfins, João Gil, Mário Delgado, Pedro Barroso, Vitorino, Rui Moura, Banda Futrica e o inesquecível Mestre Silva.

A sua voz cativou brasileiros e portugueses numa memorável tarde carioca em que a sua cristalina, pura e transparente voz ficou gravada por toda a nave e abóbadas da Igreja da Candelária, facto que ainda hoje é realçado por todos e cada um dos milhares de luso-brasileiros que ali a ouviram.

Para nós, Isabel Silvestre ficará para sempre ligada às nossas serras, vales e rios, sob cuja inspiração ela em ascese abraçou do alto, tornando-se num dos seus mais notáveis emblemas.

É para nós uma “Lenda Viva” que queremos preservar.⁷

2.10.3. Gastronomia

A situação geográfica dos concelhos que estamos a considerar proporcionou que variados aspectos da cultura das suas gentes fossem determinados pelo factor da Natureza, entre eles o da gastronomia. Abrangendo o campo, a serra e os rios, a gastronomia que caracteriza estes concelhos é variada e rica, tendo raízes ligadas ao modo de vida das gerações passadas, gente de trabalho que necessitava de se alimentar consoante o seu esforço. Surgiram, por via disso, pratos de fácil confecção e muito nutritivos, sendo até hoje apreciados como verdadeiras iguarias. Por outro lado, para essa gastronomia contribui também a doçaria tradicional que nos foi legada pelas monjas e monges dos vários mosteiros, nomeadamente o de Arouca.

A gastronomia constitui um rico e diversificado património cultural, abrangendo a famosa e gostosa carne de vitela das zonas verdes ou águas de lima Lafões e da Região de Arouca, nomeadamente Alvarenga, realçando sempre a raça arouquesa.

⁷ Quanto a este item vejamos e ouçamos o Disco (DVD), em anexo.

A carne de porco, preparada de mil maneiras, o presunto e enchidos famosos do Crasto, as febras assadas na brasa, os enchidos com vinha d'alho, o sarrabulho, os pratos de espécies cinegéticas, o peixe dos rios, truta, (cada vez mais escassa e esparsa), a boga, o barbo, a iró, o anho e o cabrito assado da Arada e da Freita, no Fujaco, na Pena, em Covas do Monte, entre outras. As trutas de escabeche de Vila Nova de Paiva e da Veiga de Reriz. As bolas de carne do Montemuro, os bolos podres de azeite e ovos, o pão de milho, o pão de trigo e centeio, os folares da Páscoa, o pão-de-ló de Arouca, Castro Daire e Vila Nova de Paiva, as cavacas, as regueifas, os doces de ovos, as castanhas, os caçoilinhos de Vila Nova de Paiva, as ferraduras e castanhas, os biscoitos caseiros, o arroz doce, o creme torrado, a sopa doce e a sopa seca, além das castanhas doces, do manjar de língua, das barrigas de freira, das roscas e charutos de amêndoa e as bolas de São Bernardo e, se ainda houver lugar, reitera-se, os melindres acompanhados de licores, com sabor à natureza das Serras.

2.11. Patrimónios Municipais

Património Classificado dos Concelhos que o território abrangido.

Recordemos que a classificação do património de um território é um reconhecimento do valor cultural, identitário e, por isso, patrimonial. Este reconhecimento oficial é um cunho de prestígio (sinónimo de interesse, veracidade e qualidade) capaz de estimular o interesse de preservação no indivíduo para melhor conhecer e potenciar tal testemunho para as gerações futuras. Assim, pode dizer-se que a classificação do património é um factor de preservação e protecção, ou seja, de salvaguarda de bens únicos para o futuro, tal, aliás, como já acima foi abordado.

Deste modo, faz sentido analisarem-se os elementos patrimoniais destes concelhos das Beiras que se encontram já classificados e passíveis de serem alvo de protecção especial, importando, contudo, salientar que estando-o, tal não implica o seu imediato aproveitamento patrimonial, pois poderá encontrar-se nas mãos de particulares.

Pretendendo-se oferecer uma imagem mais completa da realidade a que está sujeito o património destes concelhos, e numa análise sumária, enumeram-se aqueles que já se encontram classificados pelo IPPAR:

- no concelho de Arouca, desde logo, o seu Mosteiro, considerado Monumento Nacional, em 16 de Junho de 1910 e a sua Z.E.P., no Diário do Governo, 2ª Série, nº 164, de 15 de Julho de 1960;

- o Memorial de Santo António, na freguesia de Santa Eulália, a cerca de 3 kms a Poente do Mosteiro, de estilo românico, datado do Século XII, classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. Nº 38 491, de 16 de Junho de 1910.

Por aí se desfaz a lenda popular que atribui a este monumento o nome de Arco da Rainha Santa, por supostamente aí ter parado para descansar, o jumento que transportava o caixão com Santa Mafalda, que teria morrido em Rio Tinto, perto do Porto; a Anta do Casal Mau, o Dólmen da Aliviada, Pelourinhos de Trancoso, Alvarenga, do Burgo, de Arouca, de Cabeçais e São Miguel do Urrô, são todos Imóveis de Interesse Público desde 1933, e o último de 1951, a aldeia de Drave e o Castro do Monte Valinhos (em vias de classificação desde 1996).

De realçar o facto de reconhecimento da riqueza geológica regional, tais como as trilobites de Canelas, as pedra parideiras da Castanheira, os demais 33 geosítios do município de Arouca, o que justificou a Unesco aliasse esta Região á Rede Europeia de Geoparques, considerando que um Geoparque Europeu é um território que contempla um património geológico específico e uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentada por um programa europeu promotor do seu desenvolvimento, sendo certo que este território também contempla fronteiras definidas pelas serras e rios que as delimitam e desfruta de uma área, que, através do Turismo, terá um incremento económico, pela comprovação da existência de requisitos de interesse geológico e paisagístico, pela sua qualidade científica e pela raridade do seu valor educacional, confirmando-se este Geoparque de Arouca, como uma das mais importantes vertentes do Património Natural de Portugal, possibilitando o alargamento desse território, atingindo-se uma abrangência qualificada de Interesse Arqueológico, Ecológico, Histórico e

Cultural, sob a denominação de Património da Humanidade, que o é, desde 22 do mês de Abril de 2009.

No Concelho de Castro Daire, classificados como Imóveis de Interesse Público desde 1993 estão a Igreja Matriz, a Igreja de Ester, desde 2002, a Capela de São Sebastião, desde 1961, as Muralhas das Portas do Montemuro, desde 1974, a Inscrição de Lamas, em Molêdo, desde 1953, os Pelourinhos de Alva, de Castro Daire, de Mões, de Campo Benfeito e de Rossão, desde 1933, a Ermida (Mosteiro da Ermida) considerada Monumento Nacional, pelo Dec. Nº 203, do Diário do Governo nº 60 de 29 de Março de 1916 e de Interesse Municipal, a Casa da Cerca e a Capela das Carrancas, de 1982.

A Igreja de Parada encontra-se em vias de classificação desde 1999 e o Castro do Cabeço do Mau e o de Cabril também em vias de classificação desde 1980.

No Concelho de São Pedro do Sul classificados estão como Monumentos Nacionais: a Piscina de D. Afonso Henriques, desde 1938, o Castro de N^a S^a da Guia, em Baião, desde 1992, como Imóveis de Interesse Público, o Castro da Cárcoda pelo Dec^o. 40361, de 20 de Outubro de 1955, o Castro do Banho, em São Pedro do Sul, de 1957, o Palácio de Reriz, de 1977, a Pedra Escrita de Serrazes, de 1946, a Ponte de Manhouce e a Ponte de Barreira, em Manhouce, de 1982 e 1990.

No Concelho de Vila Nova de Paiva, como Monumento Nacional: a Orca de Juncais ou Anta da Queiriga, em 1993, os Pelourinhos que foram classificados de Interesse Público pelo Dec. Nº 23122, de 11 do Outubro de 1923 e os de Alhais, Fráguas, Vila Cova à Coelheira são todos Imóveis de Interesse Público desde 1933.

Também através da inventariação se pode obter um levantamento dos proveitos culturais existentes, procedendo-se à sua identificação.

Os bens inventariados gozam de protecção para que se evite a sua degradação e para se apoiar a sua conservação, assim como para divulgar a sua existência.

Após a análise das potencialidades e fraquezas do património imóvel presente na área do território considerado como o do Museu do Vale da Paiva e

Serras e através de visitas ao rio, ao campo e às serras já identificados e considerando os que se encontram sujeitos a classificação e protecção e os que não usufruem dessa situação, apresentamos de seguida uma lista de bens patrimoniais que sugerimos sejam candidatos à classificação como Imóveis e Monumentos Naturais de Interesse Municipal ou Nacional:

- a Carreira dos Moinhos, em Alvarenga – como Imóvel de Interesse Municipal;
- a Aldeia da Pena – como Conjunto de Interesse Municipal;
- o Cruzeiro de Lubízios – como Imóvel de Interesse Municipal;
- as Capelas de São Macário – como Imóveis de Interesse Público;
- a Igreja de Nossa Senhora de Rodes, em Gafanhão/Reriz – como Imóvel de Interesse Público;
- a Aldeia das Levadas, em Cabril – como Conjunto de Interesse Municipal;
- o Santuário de Santa Helena, em Pereira, Picão, como Geossítio, Imóvel de Interesse Municipal.

Quanto a Património Natural:

- a Paiva e o Paivô – de Interesse Nacional;
- os castanheiros milenares de Macieira, Sul, de Interesse Municipal;
- o Penedo da Saudade, em Além do Rio – como Geossítio, Imóvel de Interesse Municipal.

2.12. Diagnóstico Sobre as Realidades Municipais

Todos estes concelhos desfrutam de uma posição estratégica no que toca às acessibilidades rodoviárias (A1, A25, IP3, IEN, A24), o que permite um contínuo e desejado desenvolvimento do tecido económico, permitindo que se estabeleça uma dinâmica territorial para as suas populações.

A algumas dezenas de quilómetros, encontram-se os centros urbanos de Viseu, Lamego, Vila Real, Aveiro e até o Porto, o que também valoriza o seu posicionamento geográfico.

Reiterando, diga-se que os recursos e fenómenos naturais, rios, serras, fauna e flora são ricos e quase únicos. E, por parte do território estar abrangido pela ‘Rede Natura 2000’, origina o aumento do seu interesse, assim como representa um elemento identitário forte e um ponto de atracção para os de fora.

O património geológico, arqueológico e o edificado em todo o território é variado, expressivo e relativamente classificado, o que aumenta mais o seu potencial.

Contudo, a herança social está a perder algum significado e repercussão. As festas anuais continuam a manifestar-se embora cada vez com menos tradicionalismo, afastando-se daquelas modas e cantares e instrumentos ricos e variegados que vinham desde há séculos, ouvindo-se agora as músicas da nova 'moda', importadas e criadas não se sabe onde. Os eventos/feiras são mantidos em parte, mas com índice de visitantes cada vez mais baixo, prevendo-se que cada vez seja menor.

Torna-se necessário repensar esta situação proporcionando outras formas de desenvolvimento e novas abordagens para se prosseguir o aumento da auto-estima das populações locais e para se prosseguir o desenvolvimento económico assente na preservação, salvaguarda e divulgação do património local.

Análise Interna	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none">- Bons acessos regionais (A25, IP3, ENS, A24)- Posicionamento territorial estratégico- Belíssimas paisagens- Museu da Maria da Fontinha- Geoparque de Arouca- Relevos com dualidade paisagística- Presença do rio Paiva e seus afluentes- Integração da <i>Rede Natura 2000</i>- Enorme riqueza de fenómenos naturais- Enorme riqueza arqueológica- Grande riqueza do património intangível- Proximidade de praias e termas	<ul style="list-style-type: none">- Baixa dinâmica económica- Envelhecimento da população- Deficiente auto-estima- Elementos patrimoniais a classificar- Taxa de população activa baixa

Análise Externa	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">- Estabelecimento de muitas rotas turísticas territoriais- Proximidade de Viseu, Lamego, Vila Real, Aveiro e Porto- Vastos recursos naturais, regionais e locais- Alguma dinâmica social inter-concelhia- Produção artesanal suficiente	<ul style="list-style-type: none">- ETAR(s) insuficientes- Fraca diversidade da actividade económica- Fraco investimento empresarial no campo da cultura- Declínio de ritos culturais

Fonte: elaboração própria, 2009

Ilustração 4- Diagnóstico Sobre as Realidades Municipais

2.13. Programa de Desenvolvimento Local

2.13.1.O Papel das Câmaras Municipais de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva na Defesa do seu Património

A classificação e a inventariação de bens são feitas por critérios de carácter geral, histórico-cultural, estético-social e técnico-científico e ainda com base em critérios de carácter complementar de integridade, de autenticidade e de exemplaridade do bem, passando, obviamente, por todas estas medidas, qualquer acto de preservação e salvaguarda patrimonial.

De referir, neste ponto, que muitos dos imóveis pertencem a particulares, porém, atendendo à sua importância nos contextos social, histórico, industrial e por conseguinte, local, sugerimos que será conveniente proceder-se à sua salvaguarda (v.g. solares em ruína).

Ao reconhecermos a importância que tem a riqueza patrimonial do território e que esta, através da museologia e aliada às boas acessibilidades, poderá potenciar o desenvolvimento turístico local, diga-se regional, terá este território à

sua disposição uma oportunidade única para conceber e implementar um projecto museológico voltado para o desenvolvimento do turismo sustentável, consubstanciando-se num Museu do Território, polinucleado.

Para tal, e mesmo sem competir com outros quanto a sol e praia, excepto as praias fluviais da Paiva e afluentes que, aliás, são muitas e aliciantes, em todos os Municípios contemplados, temos as Termas de São Pedro do Sul e as de Carvalhal de Castro Daire e tantas outras atracções, como o são os monumentos megalíticos, os fósseis, a rica geologia, os mosteiros, as ermidas e outros. Há que elaborar-se um programa político coeso que defenda o património cultural local e que compreenda os recursos naturais, culturais e imateriais, como elementos base para o desenvolvimento dum turismo sustentável localizado.

Estes recursos patrimoniais locais poderão funcionar articuladamente com o turismo religioso de Viseu, Lamego, Ermida, Rodes, Igrejas paroquiais, tal como o turismo nacional e até internacional como complemento destes recursos turísticos tradicionais, assumindo-se como uma cativante forma de turismo alternativo.

Assim, o património histórico, arqueológico, geológico, religioso, artístico (Museu Maria da Fontinha, Museu de Arouca e Museu de Vila Nova de Paiva), arquitectónico, cultural (tangível e intangível), gastronómico, musical, paisagístico e natural desempenharão um papel primordial na prossecução de tal objectivo, ao qual se poderão aliar ainda outros factores locais e estratégicos, como o são o turismo desportivo, dezenas de percursos pedestres, nomeadamente nas serras da Freita, da Gralheira, do Montemuro e do São Macário e o *'rafting'* da Paiva, o turismo rural em várias aldeias (Alvarenga, Castro Daire, Manhouce, São Pedro do Sul), hotéis e pensões, em Termas de Carvalhal, Arouca, Castro Daire, Termas de São Pedro do Sul e até o turismo de negócios devido à calma e paz dominantes.

Existindo provas notáveis da adaptação do ser humano ao seu meio ambiente ao longo dos tempos, cremos ser possível a criação de museus *'in situ'* em vários dos locais que vamos considerar, aos quais denominaremos também por núcleos.

Em todo o percurso, procurar-se-á sempre que todos os actos se assumam também para um acréscimo de auto-estima, cuja falta muito se deve ao isolamento geográfico.

O artesanato local, como do antecedente se vem dizendo, poderá ser utilizado como uma mais-valia para as populações em que as casas de formação nesta área, criadas em parceria e em co-gestão com colectividades, autarquias e populações em geral, poderão preservar as tradições locais de uma forma participada e natural e trazer desenvolvimento económico numa área que lhes é familiar, mas que tem de certa forma sido desvalorizado pelo estigma negativo que detém.

As ervas aromáticas, os chás, o mel, os licores, o pão, o azeite, os enchidos, a doçaria, a fruta (castanhas, amoras, uvas, maçãs, pêras, nozes, etc.), a tecelagem, a cantonaria, a trapologia, a olaria, os instrumentos musicais, a cestaria, a tamancaria e o fabrico artesanal de uma grande gama de objectos, ou seja, toda uma cultura e vivência locais, aliadas à natureza e ao meio envolvente são aspectos que importa e se têm de evidenciar, valorizar, preservar e divulgar para o desenvolvimento sustentável de vários locais do território, construindo-se uma aliança perfeita entre o passado, o presente, o futuro; a natureza, o ser humano, as actividades que este adoptou e o seu próprio desenvolvimento, para maior enriquecimento das suas populações e de todos os que demandam o território.

2.13.2. Aproveitamento Museológico dos Patrimónios Municipais.

Depois de termos pesquisado o património do território e reflectido sobre o mesmo, apresentamos algumas conclusões, sob a forma de uma análise ‘SWOT’. Através desta análise, apontam-se e equacionam-se vários factos, delineando quais os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças dos recursos patrimoniais passíveis de serem utilizados pelo Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.

Análise ‘SWOT’ dos concelhos de Castro Daire, S. Pedro do sul, Vila Nova de Paiva e Arouca.

Análise Interna	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Património natural e geológico ricos - Dualidade e belezas paisagísticas - Qualidade dos produtos gastronómicos - Grande número de festas tradicionais populares - Acessibilidade religiosa dos concelhos - Vale da Paiva e praias fluviais - Arqueologia industrial (moinhos e minas) - Monumentos megalíticos - Castros - Museu Maria da Fontinha - Geologia única (de que o Geoparque de Arouca é exemplo mundial) - Etnografia - Miradouros naturais - Património associado à identidade - Diversidade da natureza patrimonial - Monumentos e edifícios históricos 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucas instituições museológicas - Deficiente tratamento das águas - Fraca auto-estima das populações - Fraca capacidade de atracção - Fraca oferta e divulgação do património ambiental e cultural - Inexistência de oferta turística estruturada - Estabelecimentos de restauração sem produtos de qualidade nem tradicionais - Falta de condições actuais para estímulo e promoção dos conhecimentos tradicionais e falta de classificação de alguns elementos
Análise Externa	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Exploração desportiva do rio e caminhos pedestres - Animação turística: ambiental e ou cultural - Produção de selos de qualidade (sustentabilidade) - Construção de unidades de alojamento: hotéis, TER e DIN - Reconhecimento dos fluxos turísticos que se deslocam para Norte e para Sul do país bem como para o Litoral e para o belo Douro, Lamego, Viseu, Vila Real e outros - Aplicação dos princípios da Nova Museologia - Captação de novos segmentos de turistas que procuram o turismo cultural/ambiental - Construir produtos culturais: artesanato e gastronomia como forma de promover a diversidade cultural e aumentar a auto-estima das suas populações - Estabelecer várias rotas patrimoniais 	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição do solo pela demasiada plantação de eucaliptos - Poluição da paisagem, pelo exagero da quantidade das unidades da energia eólica que subvertem e ofendem o equilíbrio desde sempre existente - Localização errónea de muitas destas unidades a dominar e a prejudicar monumentos, como é o caso do santuário de S. Pedro da freguesia de Alvarenga - Fraca oferta de alojamento e deficiente programação de animação turística - Sistemas de tratamentos de resíduos industriais e águas residuais insuficientes - Falta de investimento financeiro público/privado e de recursos humanos para o sector da Museologia - Total desprezo de algumas autarquias quanto à sinalética no sector da Museologia (v.g. Maria da Fontinha) - Falta de sensibilização política, em alguns casos, para com as questões da Museologia - Populações com baixa auto-estima

Fonte: elaboração própria, 2009

Ilustração 5-Análise ‘Swot’ dos quatro concelhos

O Território do Vale da Paiva e Serras oferece-nos condições viáveis para aproveitamento do seu potencial em património, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável das suas populações, existindo, todavia, um longo caminho a percorrer até se estabelecer uma dinâmica museológica, sobretudo por não existir uma estrutura de museus que lhe possa servir de impulso, a qual carece de ser criada e desenvolvida, o que, aliás, com o presente trabalho se pretende atingir.

Por tal motivo, em termos do desenvolvimento do turismo, o património natural é para já um dos elementos mais aptos para a atracção de turistas e constituir-se-á como uma das primeiras áreas a ser trabalhada em termos museológicos. Outra, é o património edificado, em parte necessitado de ser requalificado, mas que facilmente se integra como componente turística. O património intangível e a etnografia representam igualmente aspectos a serem aproveitados, se bem que devidamente enquadrados num projecto museológico específico para cada vertente diversificada deste património. Como todo o património com potencial turístico se relaciona com a identidade da comunidade, considera-se que o produto turístico baseado na identidade será dos mais apreciáveis.

2.13.3. Avaliação Geral dos Recursos Patrimoniais dos Concelhos

A definição estratégica aqui traçada somente contempla medidas que influenciem o desenvolvimento sustentável das áreas referidas, e tudo com base no património local. Uma estratégia reúne um conjunto de medidas que só poderão ser realizadas num horizonte mais ou menos alargado, atendendo aos encargos e à mudança de cenários que implicam, tendo como objectivo introduzir modificações no plano real de um território, a fim de lhe introduzir ou afirmar uma ou outra vertente previamente estabelecida como finalidade.

Os quadros estratégicos, à frente apresentados, detêm um particular interesse, porquanto perspectivam o futuro e traçam um caminho para se explorar as potencialidades existentes até então não aproveitadas.

Pretende-se a resolução das condicionantes ao desenvolvimento, perante vários cenários, e num horizonte a médio -longo prazo, não sendo, todavia, concretamente delineada nenhuma data no presente caso, que aponte a meta dos objectivos a alcançar.

A estratégia que se vai apresentar visa superar debilidades já identificadas neste estudo de caso e propõe acções que visam tirar proveito dos pontos fortes, oportunidades e potencialidades emergentes no território em estudo.

Interessa reforçar a competitividade económica através da promoção do Turismo, assente num programa museológico alargado no território, no panorama nacional e da região das Beiras.

Interessa promover o desenvolvimento sustentável dos aludidos concelhos, a manutenção e afirmação da identidade sócio-cultural dos povos do Vale da Paiva e Serras adjacentes e conseguir atrair receitas e investimentos, aproveitando o potencial turístico que estes concelhos detêm.

Trata-se, enfim, de perspectivar o futuro do território através da implementação da actividade turística assente num programa museológico.

Para tal, consideram-se diversas acções estratégicas, as quais derivam da seguinte e principal visão estratégica delineada no presente estudo e que se subsume na missão e objectivos gerais do Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.

Como acção estratégica para o desenvolvimento do território através da museologia, necessário se torna promover o desenvolvimento de todas as comunidades através do turismo, tudo assente em projectos museológicos que tirem proveito das potencialidades dos recursos patrimoniais, procurando aumentar o número de turistas recebidos, diversificando ao máximo os produtos turísticos de qualidade tendo sempre em vista um desenvolvimento sustentável, um reforço de identidade sócio-cultural, o desenvolvimento social e económico das suas comunidades e a imagem dos quatro concelhos em termos locais, territoriais e nacionais.

O reforço da identidade sócio-cultural pode e deve fazer-se através da museologia. Esta, inevitavelmente, fortalecerá e diversificará a economia local.

As opiniões das pessoas inquiridas confirmaram o turismo como um sector estratégico para o desenvolvimento do território, bem assim da adveniência de vantagens em se desenvolver esta actividade, assente que seja efectivamente num projecto museológico fundamentado.

As câmaras municipais, a ADRIMAG e outras associações terão métodos para prosseguir a obtenção dos meios financeiros para a prossecução daquele objectivo, prevendo-se, contudo, alguma dificuldade quanto a pessoal qualificado, lacuna que poderá ser colmatada por um bom direccionamento e gestão da actividade no território.

No fim, para nós, ressalta a confirmação de que a museologia e o subsequente fomento do turismo terá de ser uma das apostas de todas as instituições e populações.

2.13.4. Apresentação de Acções Estratégicas para o Desenvolvimento Museológico nos concelhos do território

As duas metas principais apresentadas no ponto anterior são o caminho lógico para a estratégia de implementação de um projecto museológico traçado para o Território.

Contudo, não se poderá olvidar, na tomada de decisões (para o desenvolvimento social, turístico e económico dos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva), o propósito da sustentabilidade das acções desenvolvidas.

Propomos como orientações estratégicas para o turismo nos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva:

Reforçar a identidade sócio-cultural da Museologia	Fortalecer e diversifica a economia dos Concelhos
<ul style="list-style-type: none">- Criar e por em funcionamento a rede museológica no Vale da Paiva e Serras;- Aumentar a oferta de animação cultural e desportiva: eventos e dinamização de espaços (incentivando a acção da própria população)através da rede de museus;- Promover o destino no Vale da Paiva e Serras na região e restante país (incitar o turismo interno);- Criar e divulgar a marca cultural no Vale da Paiva e Serras(associado a um “slogan”)- Apoiar a produção de produtos artesanais e gastronómicos tradicionais;- Criar novos produtos e rotas turísticas e culturais: aumentar a oferta;- Dinamizar e divulgar (mais) as praias fluviais, seus equipamentos e o património natural a nível nacional /aproveitar e requalificar espaços inanimados), todos os momentos;- Desenvolver actividades de educação patrimonial a partir da rede de museus do território.- Mão-de-obra qualificada	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar a criação de unidades de alojamento TER e de Turismo de Natureza em vários pontos do Território;- Criar e promover vários pacotes e produtos turísticos, bem como a prestação de serviços diversos nas várias unidades museológicas;- Estruturar campanhas de “marketing” turístico;- Interligar a oferta turística existente e os serviços;- Implantação urgente de sinalética turística nos Concelhos, em toda a área do Território e em toda a Beira Alta e Beira Litoral;- Apostar na produção de artigos regionais, como artesanato e artigos gastronómicos locais;- Redireccionar mercados turísticos para o Vale da Paiva e Serras;- Redireccionar mercados turísticos para os Concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva;- Facilitar e incitar a investimentos de parceria publico-privada.

Fonte: Elaboração própria, 2009

Ilustração 6- Orientações estratégicas

A oferta de serviços em instituições museológicas e a procura turística desses mesmos serviços é uma forma de atrair turistas a visitarem estes concelhos. Pretende-se uma aposta no mercado interno de Portugal, pois considera-se ainda prematura a promoção externa, já que existem poucos produtos turísticos consolidados em Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, v.g. as Termas, o Megalitismo, os Geossítios que, a médio prazo, justificarão o alargamento da área de mercado. A diversificação de pontos emissores de turistas e da oferta de produtos e serviços é importante para o desenvolvimento turístico sustentado da região. As câmaras municipais, em conjunto com as Entidades Regionais de Turismo, deverão concentrar esforços e promover os seus produtos junto de vários mercados, reais e potenciais.

A inovação da tipologia de produtos e de roteiros museológicos estruturados, complementados com animação desportiva e/ou cultural (tendo em

conta a variedade dos recursos presentes nos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva) são uma oportunidade viável que ajudarão ao prolongamento da estada do visitante, satisfazendo-o e cativando-o para deixar nos concelhos mais receitas.

O território ganhará atracção e criará uma imagem exterior de riqueza e interesse em vários cenários possíveis.

Após ter sido exposta a visão estratégica principal, e discernidos quais os objectivos a serem atingidos ou orientações estratégicas a serem aplicadas, passa-se de seguida à definição de medidas concretas a adoptar para se atingir a visão estratégica e os respectivos objectivos definidos:

1) Construção e requalificação de meios de alojamento em áreas protegidas e em áreas rurais. A existência de alojamento em locais atractivos é uma necessidade essencial para o desenvolvimento do Turismo de Natureza e do Turismo Rural nos concelhos. Construir casas da natureza ou abrigos para os visitantes pernoitarem no local (de acordo com a legislação correspondente) é uma mais-valia para o sucesso deste tipo de turismo. Trata-se de uma forma de desenvolvimento que os projectos museológicos conseguem justificar na comunidade.

2). Por outro lado, requalificar casas antigas (para servir o propósito do TER) regenerará o espaço e ajudará ao combate da desertificação e decadência do tecido social e económico local. É de considerar que a recuperação e a reabilitação de casas rústicas serão o suficiente para melhorar a atracção turística do concelho se tiver em conta as tendências do mercado.

3). O usufruto de meios de alojamento integrados na natureza e em áreas rurais é uma condição para conseguir vender e compor o produto turístico que se pretende característico, de modo a ter sucesso e visibilidade no mercado turístico e junto dos potenciais turistas. Esta acção teria mais sucesso se fosse realizada, conjugando esforços resultantes de parcerias público - privadas.

4). Considera-se importante, neste item, a construção ou adaptação de casas rústicas adequadas ao propósito da sustentabilidade dos recursos, isto é, dirigir especificamente algumas unidades de alojamento como unidades turísticas sustentáveis (UTS), que são apoiadas pelo programa de incentivos SIVETUR.

5). Criação de Rotas Temáticas Desportivas e Culturais. As rotas/ itinerários de animação, partindo dos núcleos museológicos e dos seus programas de acção, aproveitariam o vasto espaço natural dos concelhos, interligariam vários pontos e vários núcleos museológicos, envolvendo as populações locais nas suas organizações, podendo até atrair outras camadas dessas mesmas populações a participarem em actividades de animação cultural e desportiva nos seus concelhos. Trata-se de aproveitar a componente natural, que conjugada com a componente cultural, e torná-la numa opção (muito) viável para se promover a auto-estima locais e momentos de permuta e cultural entre as gentes locais e exteriores. Tais rotas iriam permitir dinamizar o território, incrementar e difundir as identidades culturais concelhias e promover ocupações saudáveis. Estas rotas para além de diversificarem os produtos do território, são um meio para se valorizar e dinamizar os espaços circundantes aos recursos. Seria mais um motivo para a atracção e retenção da estada de turistas e ainda uma ferramenta activa para se difundir a identidade concelha.

6). Proteger e Valorizar o Património Material. Através dos projectos museológicos, a recuperação de imóveis degradados e sua requalificação para o acolhimento de iniciativas culturais e/ou turísticas são um factor importante para aumentar a atractividade e a oferta dos concelhos e servir de equipamento complementar ou básico para o desenvolvimento concelhio e das populações locais. A organização de itinerários entre vários pólos de atracção seria benéfica para o proveito deste património.

7). Preservar o Património Natural. Estabelecer políticas de visitantes aos locais naturais de carácter único (como o rio e locais de observação da paisagem, flora e fauna, entre outros), resolver o problema de poluição do solo e ar, aplicando acções correctivas e estabelecer regras de uso do território natural, serão medidas benéficas para estes recursos. A estruturação de itinerários entre vários pólos de atracção seria positiva.

8). Criar Ciclovias e Pedovias Conexas às Principais Estradas Rodoviárias dos concelhos. Visa-se melhorar principalmente as que estabelecem acessibilidades até às Praias Fluviais acrescentando pistas pedonais ou ciclovias paralelas ou conexas à estrada principal. Esta medida pretende melhorar a qualidade de vida

das populações locais, dando-lhes condições para realizar caminhadas e percursos de bicicleta em grupo ou individualmente. Também poderia ter-se um aproveitamento turístico, pois seria um instrumento para a animação e proporcionaria um acesso fácil, cómodo e seguro a um dos mais procurados recursos dos concelhos. Esta acção tem o apoio de vários colaboradores autárquicos, é o caso de que se afirma que esta acção poderá ser muito proveitosa ao nível interno pois aproximará a população da natureza, fomentará a ideia de desporto ao ar livre em relação ao turismo poderá ser útil para os que acampam no parque de campismo da praia fluvial, mas também pelos que são atraídos por férias e passeios no campo.

9). Distribuir Sinalética Turística pelos Concelhos e material promocional por todos e outras áreas vizinhas estratégicas. A implantação de sinalética turística seria um meio para orientar, divulgar e facilitar o acesso de pessoas que se dirijam a um local de interesse nos concelhos ou a qualquer dos núcleos museológicos a serem criados, estabelecendo uma rota museológica facilmente acessível e perceptível ao visitante. Já o material promocional, traduzido em cartazes publicitários bem localizados (*moopies* ou *outdoors* localizados sob as vias rodoviárias e pedonais mais importantes da Região da Beira Alta) seria um meio de dirigir e atrair as pessoas até aqui e de auxiliar a auto-estima das populações locais que veriam o nome da sua localidade e do seu concelho divulgado e promovido por motivos culturais.

10). Criar um Novo Produto Turístico: a Museologia Industrial. O turismo industrial dirige-se para um mercado específico que procura interagir com a cultura económica de um destino, obter experiências activas e muito específicas. Esta tipologia de turismo permite reutilizar e revitalizar espaços industrializados desocupados, ou espaços industrializados em funcionamento, v.g. as serrações, as pedreiras e as minas.

11). Criar um Novo Produto Turístico: a Museologia Gastronómica e Paisagística. Tendo-se em consideração as características geomorfológicas do território concelhio, a elaboração de uma rota/ itinerária que passe por todas as freguesias (ou por parte delas), segundo um horário escalonado preestabelecido, combinando a componente gastronómica com a ambiental seria uma combinação muito

agradável. De igual modo a própria rede de museus poderia proporcionar a oportunidade do visitante observar como se prepara e confecciona um produto gastronómico (por exemplo os queijos, o pão, o azeite, o mel), e experimentar a sua degustação local. Complementando isto, seguir-se-ia uma apreciação e interpretação paisagística. Seria o ideal para um produto turístico de descanso em contacto com a genuinidade do ar puro da serra, já que o território dos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva são marcados pela paisagem serrana e pela planície. Faria sentido tirar proveito destas realidades, uma vez que as paisagens são parte integrante da identidade das populações.

12). Criar um Novo Produto Turístico: rota do Património Religioso dos Concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, visto existirem numerosos edifícios religiosos em quase todas as freguesias. Há sempre pelo menos uma igreja histórica ou uma capela, nos concelhos (alguns de grande qualidade artística e beleza arquitectónica), pelo que criar um percurso que passe por vários elementos religiosos (testemunhos de vários estilos e épocas) poderá ser um produto com ênfase, se bem estruturado e preparado para o público.

13). Incentivar a Utilização de Fontes de Energia Renováveis ou Amigas do Ambiente nos Projectos Museológicos. Seria importante para o desenvolvimento sustentado a colocação de painéis solares sobre o telhado de vários edifícios ou aproveitar-se a energia eólica/hidráulica, produzindo-se energia sustentável com redução de custos de consumo energético a longo prazo. Esta medida é uma opção ecológica e económica importante (pois iria cumprir as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto e reduzir os custos energéticos) aproveitando os recursos existentes e reduzindo a dependência energética, ao mesmo tempo que preservaria o ambiente, colocando os referidos concelhos no caminho de um destino sustentável de acordo com as correntes modernas. No entanto, devemos verberar a catadupa de instalações eólicas, como tão negativamente tem sido levado a efeito nas Serras da Freita e de Montemuro, em que se vêem casos de contiguidade e amesquinamento de monumentos de grande valor, como é o caso da Ermida de São Pedro, na freguesia de Alvarenga, e mesmo nas proximidades de São Macário.

14). Apostar na Produção de Artigos Regionais como artesanato e artigos gastronómicos locais, o que proporcionará maiores fontes de receita aos produtores locais e uma melhoria das economias das respectivas comunidades, baseada no produto cultural das populações.

15). Estruturar Campanhas de “Marketing” Turístico: criar e promover a marca cultural do Vale da Paiva e Serras. Esta medida teria como objectivo criar uma imagem atractiva e de qualidade do destino do Vale da Paiva e Serras. Esta campanha de “marketing” (a elaborar por profissionais do ramo) é essencial para a promoção do destino dos concelhos, criando pontos de referência no público-alvo através da marca, de um “slogan” e de uma imagem de marca. Assim, passar-se-ia a associar o Vale da Paiva e Serras a uma imagem, a uma identidade (alusiva a uma ou diversas realidades), susceptíveis de atrair a atenção dos passantes e dos potenciais turistas. Esta nova marca poderia ser atribuída a diversos produtos materiais (como mel, azeite, os enchidos) ou a diversos serviços ligados aos núcleos museológicos. Pretende-se a valorização, a notoriedade, a promoção e a diferença de produtos tradicionais e/ou únicos associando-os a um elemento integrador intangível, a marca. A Marca remeteria directamente para a identificação do território de origem. A criação e comercialização desta marca seria incentivo ao orgulho e sentimento de pertença da comunidade destes concelhos que veriam suas identidades serem difundidas e motivo de reconhecimento.

16). Organizar mais núcleos-ligação às Institucionais do Turismo (como parceiras) ao Museu do Território. Esta nova entidade passaria a ser responsável e promotora do turismo nos Concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva. Possuiria um conjunto de técnicos qualificados que trariam um desenvolvimento sustentável, promoção, organização e gestão de produtos, recursos, eventos, actividades e visitantes naqueles concelhos, bem como das questões museológicas inerentes aos diversos núcleos, fazendo a ligação entre todos eles.

17). Criar um posto de turismo neste espaço seria um serviço de extrema importância na orientação e apoio a turistas bem como no apoio à promoção da rede museológica e do diverso património tangível e intangível dos concelhos.

Poderia funcionar, em termos museológicos, como a porta de entrada da área territorial do museu.

18). Criação de Mecanismos de Certificação de Qualidade. Esta medida dependeria de uma entidade exterior predisposta a proporcionar certificação e selos de qualidade dos produtos de que se dispõe, assegurando a qualidade do produto comercializado ao público. Esta medida de certificação iria proporcionar uma concentração dos produtores e dos meios produtivos. Seria um modo vantajoso de promover, dignificar e certificar o destino e a marca. Atingir-se-ia e conquistar-se-ia o(s) público(s) alvo estrategicamente através da qualidade e “marketing”. Por exemplo: azeite, mel, com um rótulo indicando a certificação de qualidade e certas características; ou um hotel cujos serviços sejam de qualidade e exclusividade reconhecida, artesanato, enchidos, doçaria, etc.. Esta medida promoveria uma cultura de inovação, modernização e diferenciação do produto artesanal e ainda valorizar-se-ia e dar-se-ia visibilidade à imagem dos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva.

19). As câmaras municipais de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva deverão formular um plano de acção para o desenvolvimento sustentável do turismo baseado na rede de museus. As câmaras deverão comprometer-se, através do documento estratégico do desenvolvimento sustentável dos seus territórios, assumindo os projectos museológicos como um dos suportes centrais deste desenvolvimento. Outras medidas poderão ser promovidas no âmbito da gestão dos recursos naturais e humanos de modo a acompanhar o paradigma de sustentabilidade corrente por toda a Europa e em Portugal, referente ao Ordenamento do Território, ao uso de energias renováveis e à diminuição de impactos negativos sobre o ambiente, *inter alia*.

20). Criar um Portal de Promoção e Publicidade Turística na ‘Internet’. Aliar as novas tecnologias às necessidades de informação e comunicação é, hoje em dia, uma oportunidade muito eficiente, face aos hábitos emergentes da nova sociedade. A ‘Internet’ é assumida como um meio privilegiado de comunicação, pois é um canal de divulgação actual e rápido, disponibilizando informação completa e estruturada de acordo com as opções do consumidor (a nível de núcleos museológicos, rotas, restauração, hotelaria, programas de animação, por

exemplo). Este portal seria um modo de aliciar potenciais turistas a deslocarem-se até Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva e programarem a sua estada, chegando a todos os tipos de públicos.

21). Publicitar/Promover a Rede Museológica do Território do Vale da Paiva e Serras. A correcta estruturação desta rede, com o estabelecimento de rotas entre os vários museus ou a visita apenas a um museu deve ser cuidadosamente trabalhada. Este novo serviço cultural deverá ser promovido em complemento de animação e acções educativas a nível ambiental ou etnocultural e à oferta de alojamento. No entanto, a promoção dos Museus deverá descrever as marcas identitárias e o simbolismo social de cada um dos museus integrantes nesta rede museológica de modo a não passar por uma sensação de superficialidade.

Quadro - Síntese de acções para realizar o potencial turístico do território.

<ul style="list-style-type: none">- Construção e requalificação de meios de alojamento em áreas protegidas e em áreas rurais;- Criar novos pontos turísticos;- Criação de rotas temáticas: turismo industrial, gastronómico, paisagístico, religioso, arqueológico e geológico,- Proteger e valorizar o património tangível e intangível do território;- Criar ciclovias e pedovias conexas às estradas principais;- Distribuir sinalética turística e material promocional por áreas vizinhas estratégicas;- Formular um plano de acção para o desenvolvimento sustentável do turismo	<ul style="list-style-type: none">- Publicitar fortemente a rede Museológica (e cada um dos nucleos integrantes) associada a animação ambiental ou de alojamento;- Requalificação de meios de alojamento;- Incentivar a utilização de fontes de energia renováveis nos projectos museológicos;- Divulgar uma imagem atractiva e de qualidade do destino: desenvolvimento de marketing turístico;- Organizar um núcleo industrial do turismo: a sede do Museu do Território;- Criação de mecanismos de certificação de qualidade;- Criar novos produtos turísticos e apostar na produção de artigos regionais como artesanato e artigos regionais;- Promover e publicitar a oferta de Arouca Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, num portal de Internet.
--	---

Fonte: elaboração própria, 2009

A reanimação ou a revitalização do tecido económico desta área territorial, proposto neste estudo, incide sobre os efeitos positivos que a museologia pode originar.

A recepção de turistas iria não só deixar dividendos às entidades directamente relacionadas com os museus e o turismo (artesãos, estabelecimentos de alojamento, restauração e empresas de animação, *inter alia*), como também permitiria deixar receitas ao comércio tradicional local, aos serviços e fornecedores locais e à população empresarial prestadora de serviços e produtora de bens (bens que seriam mais facilmente escoados para consumo dos turistas).

Através da museologia, o aumento e fomento do mercado turístico na zona considerada irão reforçar a competitividade económica concelhia, potenciando o desenvolvimento dos serviços prestados mas também melhorando a qualidade de vida da população através das receitas angariadas, sem esquecer nunca o serviço social que proporcionará às suas populações.

Esquema: Efeito multiplicador do museu do território



Ilustração 8-Desenvolvimento concelhio sustentável através da museologia

Fonte: Elaboração própria 2009

A criação de um Museu do Território do Vale da Paiva e Serras assumirá no seu documento estratégico que a diversificação da base económica passa por potenciar o desenvolvimento do turismo e o lazer, sugerindo até a criação de pacotes turísticos compósitos, a criação de novas rotas e a agilização dos processos de licenciamento de empreendimentos turísticos, assim como a ‘elaboração do Plano de Desenvolvimento e Valorização do Turismo dos Concelhos’.

Assim, reconhecemos que através da rede de núcleos museológicos nos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, o fomento e a implementação do turismo (sustentável) nestes Municípios será uma mais-valia para o seu desenvolvimento.

Espera-se que a orientação estratégica e as acções propostas através da implementação do programa museológico e a consequente valorização do património local existente, originem o aumento da qualidade e da oferta turística, o reforço da mesma actividade turística nos tecidos económicos concelhios e o aumento do investimento turístico, levando ao desenvolvimento das comunidades locais.

Compreende-se melhor, agora, que a museologia seja promotora de experiências integradas que desencadeiem múltiplas actividades complementares a si mesma, como é o caso do turismo e que ajude a proteger o ambiente envolvente.

Através da museologia, o potencial de desenvolvimento sustentável extravasa o limite do próprio turismo, pois, sendo esta uma actividade económica, é também uma actividade social. Ela não sobrevive por si só, alimenta-se de toda a dinâmica do território onde se implanta e por consequência influencia também toda essa dinâmica gerando novos movimentos e reforçando dinâmicas já existentes.

Assim, a implementação de um projecto museológico transversal em partes dos quatro Municípios, poderá ter efeitos secundários ou multiplicadores (repercussões) sobre o tecido económico e sobre essa sociedade.

2.14. Programa Museológico

2.14.1 Apresentação

O Museu do Território do Vale da Paiva e Serras fica sediado no Museu Maria da Fontinha, em Além do Rio, freguesia do Gafanhão, concelho de Castro Daire.

O Museu constitui-se por núcleos museológicos, descentralizados, pelo território, os quais conterão roteiros temáticos organizados por fases, consoante a prioridade, em colaboração com as comunidades e freguesias.

O Museu terá como missão a investigação, a preservação, a valorização e a dinamização do património global em todas as suas vertentes culturais e naturais, de forma a promover a maior coesão social, o desenvolvimento sustentado, a valorização das identidades e das memórias colectivas locais e ainda fomentar o turismo.

Terá como vocação ser um Museu Integrado agregando qualidades e aspirações da comunidade local e regional, proteger o território, através da sua História, estudando o passado para orientar o futuro, fazer a análise e interpretação do progressivo moldar do território, onde nasceu e se têm desenvolvido os municípios e as suas gentes, integrados na região em que estão inseridos.

Pretende-se que com a implementação da rede museológica neste território se encete uma mudança na sociedade local, que provoque uma transformação transversal em todos os concelhos, gerando mais-valias económicas, sociais e culturais. Em termos económicos haverá lugar à criação de postos de trabalho (directos e indirectos), aumento do sector turístico (restauração e alojamento), divulgação das potencialidades do território e a revitalização do comércio tradicional.

Em termos urbanos, facilitará a renovação dos tecidos urbanos modernizando-os e referenciando-os.

Em termos culturais, fará a protecção e divulgação de um património singular dos municípios, promoverá o património histórico-natural de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva e ajudará a criação de infra-estruturas culturais.

Em termos sociológicos será um espaço de encontro de gerações e confluência de culturas e identidades, espaço de reflexão e discussão, bem como lugar de orgulho nas vilas e restantes núcleos urbanos.

Assim, para atingir os objectivos gerais mencionados, deverão ser atendidos os seguintes objectivos específicos: sensibilizar a população em geral, auxiliar as autarquias nas tarefas de planeamento e reorganização cultural, implicar a comunidade escolar numa forma pedagógica de ensinar a história e a evolução de todos os concelhos e regiões, promover o turismo local e regional através da protecção e divulgação das artes e ofícios tradicionais, criar estruturas e sinergias que apoiem as actividades de criação e promoção cultural, consultar e envolver a comunidade, aumentando a consciência cívica, para conhecer e desenvolver as suas potencialidades locais, criar parceiras com as instituições públicas e privadas dentro e fora dos concelhos, construindo pontes de colaboração e inter-ajuda, actualizar e enriquecer os conhecimentos dos patrimónios tangível e intangível através de uma política contínua de investigação, inventariação, classificação, interpretação, preservação, restauro e a exibição e aquisição de novos espólios.

A prática do turismo cultural pode caracterizar-se pela configuração de diversas tipologias de rotas, de forma a diversificar-se a oferta, com o objectivo de captar uma maior diversidade de públicos.

Poderão ser criadas rotas históricas, arqueológicas, artísticas, museológicas, paisagísticas, da arquitectura popular, de artesanato, de interesse etnográfico, literário, gastronómico, acontecimentos locais de relevo e, por fim, rotas da religiosidade e do imaginário popular.

2.14.2. Estrutura Formal do Museu do Território

Além do Museu Maria da Fontinha serão criados, numa primeira fase, quarenta e nove núcleos museológicos que não tendo por si personalidade jurídica, poderão turisticamente ser ‘vendidos’ separadamente enquanto produtos isolados. Contudo, pretende-se que a sua promoção seja valorizada pelo conjunto

que representam, enquanto rede museológica, representando uma só cultura e identidade: a da comunidade.⁸

2.15. Da sustentabilidade no património, no ambiente e no turismo

Antes de identificarmos cada um dos quarenta e nove núcleos referidos supra, decidimos escrever acerca da sustentabilidade que é, aliás, uma grande preocupação para este tipo de projectos.

2.15.1. Turismo sustentável, ambiente e património

“O conceito de desenvolvimento sustentável ajuda a adoptar um modo de vida baseado no capital da natureza. Pretende-se alcançar a justiça social através de economias sustentáveis e sustentabilidade ambiental”. (Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, 1994)

O turismo tem vindo a afirmar-se cada vez mais, ganhando lugar na realidade contemporânea, influenciando directamente vários domínios da sociedade, sendo os seus efeitos económicos os que usualmente mais se destacam. No entanto, trata-se de uma actividade multidisciplinar.

Esta actividade deverá ser economicamente viável, mas também deve abarcar uma vertente ética e social pelas comunidades locais, salvaguardando:

“ O ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras”.(Código Mundial de Ética do Turismo, 1999,artigo 3ºalínea 1).

Portugal possui recursos e potencialidades turísticas extraordinários sobre os quais se tem vindo a desenvolver uma actividade relevante e com peso crescente na economia do País. O Governo Português, consciente da importância económica e social que o turismo constitui, reafirma que “o turismo e o lazer é um sector estratégico prioritário para o país”. (Governo de Portugal, www.portaldogoverno.org.pt).

⁸ Nos capítulos seguintes será desenvolvida a respectiva estrutura museológica.

Na Carta do Turismo Sustentável (1995), reconhece-se que o desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre ‘critérios de sustentabilidade’, isto é, fundamentar-se sobre acções ecologicamente suportáveis a longo prazo.

O equilíbrio pretendido entre a actividade humana e o desenvolvimento e a protecção do ambiente exige uma tomada de responsabilidade equitativa claramente definida entre os diferentes actores sociais públicos.

Esta competência implica a formulação e implementação das políticas económicas e sectoriais e a orientação de comportamentos.

O conflito de interesses que poderá surgir entre as prioridades dos vários agentes públicos deverão procurar consensos, estabelecendo metas a curto e a médio prazo.

O termo ‘sustentabilidade’ reflecte, ‘*a priori*’, uma política e estratégia de desenvolvimento económico e social contínuo, apoiado sobre a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais, determinada por padrões de qualidade, dando uma nova face à actividade humana e ao seu desenvolvimento.

A sustentabilidade exige que a taxa de consumo de recursos renováveis (como a água e a energia) não exceda a taxa de reposição e que o grau de consumo de recursos não renováveis não exceda a capacidade de desenvolvimento de recursos renováveis sustentáveis.

A sustentabilidade é uma noção sistémica, relacionada com a continuidade dos aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade.

Este termo propõe ser um meio de conformar a civilização e a actividade humana, de forma a que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar um maior potencial no presente e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais.

Para uma acção sustentável, é necessário responder a quatro requisitos: ser ecologicamente correcto, ser economicamente viável, ser socialmente justo, e ser culturalmente aceite: “Sustentabilidade é, em suma, entendida como o fornecimento das necessidades da geração presente sem a afectação da capacidade

das gerações futuras de prover as suas necessidades.” (wikipedia, *sustentabilidade*).

A problemática da sustentabilidade assume, neste princípio de século, um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e respectivas alternativas ao mesmo.

A interdependência entre o desenvolvimento sócio-económico e as transformações no meio ambiente, que foi ignorado durante décadas, entrou hoje em dia no discurso e na agenda de grande parte dos governos.

O contexto sócio - ambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto da actividade humana sobre o meio ambiente está a tornar-se cada vez mais complexo e conseqüente, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A noção de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica advinda da actividade humana sobre o meio.

O desenvolvimento sustentável passou a considerar-se como a charneira na harmonização entre os processos ambientais e os sócio-económicos.

III - MUSEU MARIA DA FONTINHA: MUSEALIZAÇÃO

3.1 História.

Este Museu, que foi organizado durante os anos de 1982 a 1984, situa-se na povoação Além do Rio, local de deslumbrante beleza paisagística, onde a paisagem humana e natural ainda se confundem harmoniosamente, na freguesia de Gafanhão, concelho de Castro Daire. Das extensas varandas do edifício vêem-se dezenas de aglomerados populacionais, alcandorados por toda a falda da Serra de Montemuro, como se fosse uma enorme tela em que predominam os verdes dos montes, os amarelos vivos dos tojos e das giestas, os roxos e lilases das urzes e dos rosmaninhos e, serpenteante a Paiva⁹, a beijar o seu vale, a caminho do Douro. Aí, em casa centenária e exígua, viveu uma ‘Mulher’, exemplo de mãe e cidadã, cuja bondade ainda hoje é lembrada pelos seus contemporâneos mais idosos. Chamava-se Maria do Carmo do Rosário, conhecida como Maria da Fontinha, porque contígua à sua casa existe, desde há séculos, uma pequena fonte onde a população se fornecia do precioso líquido.

Por se dispor de um acervo já importante e pela manifesta boa vontade e ofertas de muitas obras de arte por parte de muitos pintores e escultores (portugueses, brasileiros, argentinos, espanhóis e outros) foi construída a Casa-Museu em homenagem a Maria da Fontinha.

Assim, durante a construção do edifício, que se destinava a habitação, foi definido o seu destino para unidade museológica. O corpo do edifício, composto de oito salas, corredores, varandas e anexos, somando na totalidade cerca de 1.000 m², oferecia condições para expor as obras de centenas de artistas plásticos portugueses, brasileiros e de outros países: “Casa edificada sobre outra anterior, nos anos setenta, de arquitectura revivalista do ‘solar português’, está incluída na quinta da aldeia. Com uma área de exposição de 200 m² repartidos por nove salas e dois corredores”. (Roteiro de Museus, 1999, p. 95)

⁹ “A Paiva” é a designação local/regional do rio Paiva
Universidade de Évora
Departamento de História – Museologia

Instalado o Museu, inaugura-se em 5 de Agosto de 1984, pelo então Presidente da República Portuguesa, General António Ramalho Eanes, acompanhado de sua Exma. Esposa, com a presença do Ministro da Cultura, Dr. Coimbra Martins e representantes das Embaixadas do Brasil, e da Espanha e Autoridades diversas.

No entanto, o acervo do Museu nunca deixou de aumentar. É hoje constituído sobretudo por obras de arte contemporânea, destacando-se mais de mil e quinhentas pinturas e de trezentas esculturas. Existem ainda centenas de objectos de etnografia, de mineralogia, de geologia, de numismática (moedas romanas) e de cerâmica. O maior número de obras de arte pictóricas e escultóricas é oriundo do Brasil ou de autores brasileiros, sendo o local fora do Brasil onde se encontra o maior número de obras de artes plásticas daquele País.

A Casa Museu Maria da Fontinha teve até agora mais de 120 000 visitantes.¹⁰ apesar de os acessos viários, até há pouco tempo, serem difíceis¹¹.

Dado o número de objectos que o seu acervo compreende, foram levadas a efeito dezenas de exposições itinerantes, temáticas, ao longo dos últimos 15 anos, nomeadamente em Termas do Carvalhal, Leiria, Castro Daire, Cartaxo, Figueiró dos Vinhos, Alcanena, entre outros locais.¹²

Como reconhecimento do seu mérito, a Casa - Museu recebeu, desde que existe, Diplomas, Prémios, Medalhas, incluindo a Moção de Congratulações e Louvor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, num total de 21 honorarias.¹³

3.2. Diagnóstico

Após 25 anos de existência, sentiu-se a necessidade de reflectir sobre a história e a vida museal da Casa Museu Maria da Fontinha. A organização desta unidade museológica seguiu os modelos convencionais da museografia. O processo evolutivo do Museu como instituição humana obriga a que se verifiquem mudanças: “Museums, like every other kind of manmade institution, are changing

¹⁰ As entradas foram sempre gratuitas. No futuro, deve alterar-se esta situação. Tem recebido visitantes das mais variadas origens, Autoridades, Presidentes, Ministros, Diplomatas, Bispos, de dezenas de nacionalidades que deixam gravadas as suas, sempre boas, impressões. E, certamente, mais de mil Artistas Plásticos já o visitaram.

¹¹ Há poucos anos foi aberta a auto-estrada n.º 24 que permite um acesso rápido

¹² Apresenta-se um exemplo no Apêndice I, no Anexo

¹³ Discriminadas no apêndice XII.6, do mesmo Anexo

fast” (Hudson: 1983). Pretende-se, agora um museu renovado, que vá ao encontro das necessidades contemporâneas. Um projecto museológico é dinâmico:

«Un projet muséal n’est généralement pas immuable; il évolue progressivement, insensiblement presque, de sorte qu’il reste branché sur son temps, en adéquation avec les aspirations du public, également évolutives, et les missions, notamment politiques, assignées au musée à chaque époque. L’évolution peut aussi se faire plus brutalement, à la faveur de la réorganisation totale d’une collection ou de la réorientation d’un musée» (Gob e Drouguet, 2008, p. 71).

As novas exigências da museologia e dos públicos levou-nos a pensar na sua musealização.¹⁴ Os pareceres registados no livro da Casa Museu, o aumento das colecções, a procura deste espaço pelos turistas, o contacto com outras experiências e a necessidade de se inserir melhor no território, foram factores que levaram a uma reflexão para encontrar um nova forma de integrar no território um museu de arte, onde o património dominante é o paisagístico, o arqueológico e o geológico. Ao mesmo tempo verifica-se um novo dado: mais espaços para a musealização. Os novos espaços existentes aparecem hoje com várias áreas que se têm como necessárias para a constituição de um museu. Para além do edificio principal, dispõe de um outro, recentemente construído, com materiais da região, de paredes e cobertura de xisto (ardósia), o qual se trata de um espaço polivalente, podendo servir para auditório, com a lotação de duzentas e cinquenta lugares, um amplo palco e iluminação adequada, igualmente para exposições temporárias, cerimónias, palestras, projecção de imagens e para uma diversidade grande de espectáculos. Noutras construções, todas, como a anterior, na área do Parque da Fontinha, que tem cerca de quatro mil metros quadrados, encontramos a escola primária, da década de quarenta do século passado, um edificio com objectos e utensílios que pertenceram a Maria da Fontinha, um canastro e uma capela onde se encontram objectos em talha dourada, em alto e baixo-relevo, e as catorze estações da via-sacra, esculturas de DUTRUC, escultor francês do Século XIX, as quais, só por si, justificam se demande a aldeia de Além do Rio. Existem ainda espaços que poderão servir para reservas de museu e uma dependência, no exterior, para o restauro de objectos.

¹⁴ A necessidade de dar qualidade à Casa-Museu passou pela nossa especialização em museologia, por meio deste Mestrado, pelos contactos com especialistas da área da museologia e por pareceres técnicos de museólogos.

Por outro lado, as colecções, que se encontram distribuídas pelo percurso expositivo e por um espaço de reservas, necessitam de um programa expositivo e de um projecto expográfico museográfico, que permita uma nova narrativa expositiva, bem como de uma reserva visitável e de um inventário informatizado.

Como todo o processo museológico é evolutivo, procedeu-se agora a um estudo das colecções, do percurso museológico e dos espaços, com vista a melhor servir didáctica e pedagogicamente os fins para que a Casa-Museu Maria da Fontinha foi criada, inserindo-a, com mais propriedade no Território; promovendo-a mesmo a núcleo principal do Museu do Território do Vale da Paiva e Serras para melhor servir a Museologia Regional, Nacional e Europeia.

3.3. Musealização

Começamos por definir a missão, a visão, os valores, a estratégia/temas estratégicos, objectivos, e o património museológico para em seguida abordar o programa museológico.

- 3.3.1 **MISSÃO:** estudo, conservação e divulgação do património museológico do Museu Maria da Fontinha integrado no Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.
- 3.3.2 **VISÃO:** aprofundar o '*Know-how*', rentabilizar as instalações, garantir sustentabilidade financeira e científica, incorporando novas colecções e desenvolvendo a investigação de modo a criar uma nova imagem cultural. Criar condições operacionais para que os cidadãos possam utilizar mais e melhor os recursos culturais do Museu Maria da Fontinha.
- 3.3.3. **VALORES:** valorização da cultura artística e do património natural, bem como o enriquecimento do conhecimento dos públicos.
- 3.3.4. **ESTRATÉGIA/ TEMAS ESTRATÉGICOS:**
 - . Tornar acessível aos diferentes públicos o património do Museu Maria da Fontinha.
 - . Rentabilização das instalações do Museu.
 - . Criação de condições para melhor conservar, estudar e divulgar as colecções.
 - . Criação de uma forte âncora para o turismo da região.

3.3.5. OBJECTIVOS

- Promover a musealização e expansão do Museu Maria da Fontinha;
- Organizar os espaços museológicos de forma adequada para que o Museu possa cumprir as suas funções, tais como: incorporação, preservação, investigação, divulgação e acção cultural no domínio da arte e da natureza;
- Promover a investigação sobre a arte e a natureza;
- Dar uma nova imagem ao Museu: Museu da arte e da natureza ;
- Promover a valorização e divulgação do património artístico e da natureza;
- Desenvolver o conhecimento da cultura da arte e da natureza e a sua interligação com o desenvolvimento económico e social;
- Criar um centro de investigação científica sobre os assuntos da arte e da natureza;
- Criar um centro de recursos culturais para todos os públicos;
- Oferecer novos recursos culturais e turísticos para a região e para o país.

3.3.6. PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO

O património museológico é bastante variado, dominando, porém, as obras de arte. É um museu misto.

3.3.6.1. O acervo do Museu engloba todos os objectos incorporados: aquisições, legados, doações e depósitos. O objecto ao entrar num museu substitui o seu anterior carácter de gosto particular de um proprietário¹⁵ ou a sua anterior função, passando por uma nova situação de investigação, conservação, exposição, educação e fruição. O seu estatuto muda também ao transformar o objectivo da sua existência de gozo do seu proprietário, em objecto público, e igualmente com a sua finalidade, de colecção privada para o serviço de domínio colectivo.

Este Museu possui cerca de dois milhares de obras de arte (pintura e escultura), para cima de um milhar de objectos de numismática (mormente

¹⁵ Ainda que o Museu seja privado como este.

romana), dezenas de peças em marfim e madrepérola, objectos de geologia, de etnografia, de arqueologia e de arte sacra. E ainda centenas de livros alusivos à arte, na maioria dos casos biográficos, referindo-se a reconhecidos autores.

3.3.6.2. Capela da Fontinha.

No local onde Maria da Fontinha, na sua labuta diária, muitas vezes rezava ao toque das “Trindades” ou Avé Marias”, foi erigida em 1982 a capela de que é patrona Nossa Senhora do Carmo que a mesma venerava¹⁶. Realça-se a ‘Via-Sacra’ composta pelas suas catorze peças, esculpidas em gesso e ferro, pelo artista francês do Séc. XIX, DUTRUC, o qual está representado com obra sua no Museu do Louvre.

O tecto foi pintado por Maria Alcina. O altar-mor é de talha dourada que pertenceu à Igreja de Aguda, Figueiró dos Vinhos.

Esta Capela foi benzida pelo Vigário Geral da Diocese de Viseu, Monsenhor Barreiros, com a presença do Presidente da República, General Ramalho Eanes, sua Esposa e o Ministro da Cultura, Dr. Coimbra Martins, ouvindo-se, então, a voz de Isabel Silvestre.

Nesta capela pratica-se o culto.¹⁷

3.3.6.3. A Escolinha do Professor Ricoca.

Foi construída em homenagem ao Professor José Maria Ricoca que nas décadas 40/50 teve escola nas então sedes do Vale Formoso de Cima e nos Olivais e Moscavide¹⁸. Este Professor, de características especiais e com métodos já considerados então como progressistas, deixou marcas de saber e de saudade em todos os seus alunos. Está representada através de carteiras, quadro, mapas, minerais, lousas e livros então usados, estando patente o crucifixo e os retratos dos governantes da época.

3.3.6.4. Objectos etnográficos usados por Maria da Fontinha. Existem dezenas de objectos de uso quotidiano de Maria da Fontinha que fazem parte do acervo.

¹⁶ Lembremos que se chamava Maria do Carmo.

¹⁷ Ver Apêndice XII do Anexo

¹⁸ Esta escola existiu, exactamente, onde hoje se encontra a Estação do Oriente, de Calatrava e é semelhante a muitas outras existentes na região. O professor Ricoca ainda hoje é recordado pelos seus alunos, entre eles o promotor do Museu, pelas suas qualidades e humanismo.

3.3.6.5. Mausoléu de Maria da Fontinha

Este mausoléu foi construído totalmente em granito. Com uma área de cerca de 40 metros quadrados, contempla uma cripta sob a capela.¹⁹ As suas colunas, estriadas, são encimadas por capitéis jónicos. A sua cobertura é também de lajes de granito. Os restos mortais de Maria da Fontinha encontram-se num sarcófago, com labores artísticos, também de granito, na capela onde vemos um Cristo, em bronze, de Soares dos Reis, uma ‘*Pieta*’, assinada por Teixeira Lopes, uma pintura da Senhora das Dores em madeira assinada por Almeida e Silva e os retratos a óleo de Maria da Fontinha e filho, genro e netos que ali repousam, de autoria de Ney Tecídio e Maria Alcina.

3.3.7 PROJECTO MUSEOLÓGICO

A programação é uma ferramenta de trabalho, uma base preliminar de todo o projecto, que auxiliará os técnicos, tutelas e públicos a examinar o interesse daquilo que se expõe (Léon: 1978).

Para (re)organizar um museu é necessário elaborar o programa arquitectónico museológico e o programa expográfico museológico, para depois os projectistas concretizarem os seus respectivos projectos de arquitectura e expografia.

Neste caso concreto o edifício existe. É necessário, porém, desenvolver todo um trabalho de museologia e de museografia que redefina os espaços com o objectivo de uma melhor articulação entre eles e as suas respectivas funções.

Os serviços do Museu irão atender às necessidades de cumprimento do programa museológico, à incorporação de objectos e à sua circulação vertical e horizontal, à actividade dos profissionais do museu, à circulação dos visitantes, tudo implicando espaços que contemplem as actividades relacionadas com recepção, investigação, exposição, conservação, restauro e outras. Por isso, a acessibilidade e a funcionalidade do Museu estão condicionados pela sua boa organização.

Definiram-se, antes de tudo, os serviços do Museu: desde o parque de estacionamento, a recepção, as salas de exposição permanente e temporária, as

¹⁹ Assemelha-se e tem as dimensões do monumento ‘Tesouro dos Atenienses’, de Delfos (este, porém, em calcário).

reservas, centro de documentação/biblioteca especializada, a sala polivalente até aos gabinetes, sala de reuniões, sala de restauro, sala de inventário, sala de recepção dos objectos, áreas para os gabinetes, instalações sanitárias.

Foram considerados os seguintes aspectos (Nabais:1983):

- acessibilidade exterior aos funcionários e veículos de mercadorias;
- instalações não museológicas aptas a servir rapidamente;
- zonas de controlo, principal e secundário;
- escadas e saídas de emergência;
- circulação interna dos funcionários e visitantes, incluindo incapacitados;
- circulação interna das colecções, exposições e outros materiais;
- circulação vertical: escadas e rampas para visitantes, pessoal e exposições;
- portas amplas a permitir facilmente o movimento de pessoas e exposições.

Segundo António Nabais, o Museu deve distribuir-se por três áreas distintas: públicas que se referem às zonas de acesso, parques de estacionamento, áreas de atendimento (recepção, bengaleiro, telefones, instalações sanitárias), comércio, livraria, cafetaria, salas de exposição de longa duração; as áreas semi-públicas que respeitam às salas de exposições temporárias, auditório, serviço educativo, reservas visitáveis, centro de documentação, biblioteca especializada, gabinetes da direcção e dos conservadores, investigadores e técnicos, sala de reuniões; e áreas privadas com locais de descarga ou carga de objectos e materiais, sala de limpeza e tratamento dos objectos, sala de inventário e registo, estúdio de fotografia, sala de museografia, armazém de arrumações, instalações sanitárias para funcionários e área técnica. No que respeita à narrativa expositiva, elabora-se um programa expográfico museológico, tendo em consideração os conteúdos, os objectos e os espaços.

Os espaços interiores serão flexíveis (Rivière: 1989), ou seja, os equipamentos utilizados serão susceptíveis de se adaptarem a novas realidades e necessidades do espaço museológico, o que nos leva igualmente a pensar no espaço arquitectónico como algo modular e extensível. O sucesso do programa está intimamente dependente da articulação e da actuação de cada um dos distintos sectores que integram o projecto (Fernandez: 2001).

O arquitecto deverá ter cuidado na selecção dos materiais de construção que utiliza sem se esquecer da sua futura manutenção. Não se deve esquecer a existência das colecções, dos visitantes e do pessoal técnico. As reservas devem ser guardadas em locais apropriados e não se devem esgotar imediatamente a seguir à inauguração. Devem-se proteger as colecções do contacto directo com os visitantes; dispor-se de um sistema centralizado para controlar a humidade e temperatura relativa do ar para proteger e preservar objectos, pinturas, esculturas, documentos históricos e património científico.

Os conservadores e arquitectos devem tomar medidas contra a deterioração das colecções que estão a seu cargo (Rico: 1994). A humidade do meio ambiente que varia com o tempo e a capacidade dos materiais em absorver, a radiação electromagnética do sol ou de outras fontes de luz que provocam as alterações químicas, descoloram as superfícies e alteram o material de que os objectos se compõem.

O projecto museológico será o resultado de um processo colectivo e abrangente, sem disfunção organizativa museográfica, actuando-se de modo a incorporar as várias componentes, como a investigação, a documentação, a conservação, a exposição, a educação e a fruição num constante diálogo entre os responsáveis, quer do programa quer do ordenador dos demais projectos.

3.3.7.1 Programa arquitectónico museológico.

Como se partiu de pré-existências arquitectónicas, apenas é necessário reorganizar e redefinir as áreas para que se possa desenvolver um percurso museológico coerente e espaços adequados ao seu funcionamento e cumprimento da sua missão. Para uma melhor rentabilização, quer do pessoal quer das áreas, procura-se articular os espaços públicos, semi-públicos e privados de modo a garantir o exercício das diferentes actividades.

Devido à diversidade de actividades e à sua transversalidade, adopta-se a utilização da planta livre (exposição de carácter permanente) recomendada para este tipo de organismos, que se querem dinâmicos e evolutivos em todas as áreas da sua intervenção, e que garantam o acesso a

todos os públicos, nomeadamente aos deficientes motores, portanto, sem barreiras arquitectónicas.

Por uma questão de funcionamento articulado entre todos os serviços, estabelecem-se as seguintes categorias de espaços: espaços públicos livres (estacionamento, acolhimento/recepção, sanitários, loja, jardim/parque) ou controlados (galerias de exposições permanente e temporária, sala polivalente, Capela, Escola Primária, Mausoléu, Sala de Etnografia/Vida Quotidiana de Maria da Fontinha), reserva visitável; espaços semi-públicos (sala de documentação/biblioteca especializada, locais de reunião e de animação, gabinetes); espaços semi-privados (gabinete da direcção, do conservador e investigadores, área de restauro, serviços administrativo); espaços privados (sala de inventário, reservas, sala de museografia, zonas técnicas).

A área dos edifícios existentes permite criar espaços adequados para que o Museu cumpra as suas diferentes funções, desde a incorporação de objectos, inventário e registo, conservação e restauro, investigação até à comunicação, acção cultural e educativa, formação, e criação/produção:

- Recepção para o acolhimento dos visitantes e venda de produtos.

Continua no local já existente, mas com um tratamento que permita uma melhor atracção pelo espaço que se vai descobrir ao longo de um percurso museológico que se inicia neste local, pois é aqui que o visitante recebe as primeiras sensações do Museu.

- Sala de exposições permanentes ou de longa duração, Capela, Escola Primária, Mausoléu, Sala de Etnografia/Vida Quotidiana de Maria da Fontinha. No edifício principal, logo a seguir à Recepção, inicia-se a narrativa expositiva com as obras de arte do acervo do Museu, com a representação de todos artistas com obras existentes e que permitam apresentar a história da arte portuguesa desde o século XIX até actualidade, numa perspectiva antropológica e ambiental. Depois, o percurso museológico segue para o exterior do edifício, onde o visitante terá acesso à Capela, Escola Primária, Mausoléu, Sala de Etnografia/Vida Quotidiana de Maria da

Fontinha. Todos estes espaços museológicos são autónomos, mas complementares, porque levam à descoberta de vivências próprias do período que é abordado pela história da arte.

- Sala de exposições temporárias num espaço de 300 m², a qual é polivalente, servindo para conferências e actividades educativas.
- Sala de reservas, com dois espaços distintos: um para as obras de arte e outros objectos que exigem ambientes semelhantes para a sua conservação, outro para as colecções etnográficas e geológicas.
- Biblioteca/Centro de documentação. Espaço situado no edifício principal, onde o público tem acesso facilitado.
- Gabinete da direcção.
- Sala de restauro.
- Sala de inventário.
- Serviço educativo. Este serviço pode desenvolver-se em qualquer área do percurso expositivo, especialmente na sala polivalente e nos jardins.
- Formação: na sala polivalente.
- Criação/produção. Os gabinetes podem funcionar em vários pontos do complexo museológico, nomeadamente, nas varandas do edifício principal.
- Instalações sanitárias no edifício principal e no exterior, com acessibilidades para todos os visitantes.

3.3.7.2. Programa museológico expográfico

O programa museológico desenvolvido para o Museu, cada vez mais complexo, levará em linha de conta as funções e acções que pretende concretizar uma instituição museológica. Tal complexidade afecta a própria estrutura da instituição, exigindo uma profunda renovação conducente à utilização de técnicas museológicas e museográficas correctas, até agora específicas do mundo das empresas.

Estamos de acordo que cada objecto de um museu, seja qual for, é sempre um produto inacabado, não terminando sequer nas características

da sua dimensão ou qualidades físicas. A obra contém em si um permanente potencial de vida – cultural, social, económico, afectivo - gerador de novas respostas. Responde sempre à natureza do homem, com os olhos no passado a fabricar o presente e as suas próprias experiências, para moldar o futuro.

As funções essenciais da gestão de um museu passam por vários aspectos, como a planificação, indicando-se os objectos e os meios de os conseguir. Do objecto inferem-se vários conceitos, cada um compreendendo uma mensagem que há-de ler-se e interpretar-se.

No processo de musealização deste Museu, bem como do Território do Vale da Paiva e Serras no qual este se insere, poderão integrar-se programas que contemplem os momentos históricos no território onde está inserido, desde a pré-história até à actualidade, mostrando ao visitante os processos de transformação cultural e patrimonial ocorridos no território do Vale da Paiva e Serras. A Casa Museu Maria da Fontinha, criada em 1984 é um sinal do processo de transformação cultural nas terras do Vale da Paiva e Serras.

Outro aspecto a ter em conta é a organização e a determinação dos papéis e responsabilidades de quem concretiza os objectivos propostos e, sempre que possível, deverá constituir-se a equipa com pessoas especializadas, interdisciplinarmente. (Nabais, 1993, p.)

3.3.7.3 Gestão

A direcção ordenará todas as actividades mas o controlo dependerá da eficácia da planificação inter-relacionada com os objectivos da mesma. Tem de haver um orçamento para que o projecto possa funcionar, o qual contemple as despesas fixas mensais, a manutenção dos edifícios, as várias actividades do museu, porque este é hoje um espaço vivo, permanentemente activo e não mais um depósito ou armazém de objectos.

Programar exige ter presente uma constante interrogação acompanhada de reflexão.

Afinal, para quem é o programa? Quem é o visitante? Que passado carrega? Com que olhar perscrutará a exposição? Como a vamos preparar? Com que espólio? Que meios económicos dispomos para tal? Que auxílio poderemos conseguir?

O acervo do Museu engloba todos os objectos passíveis de serem considerados como documento. Obviamente, é impossível ao Museu expor todo o seu acervo.

Há que proceder-se a uma selecção precisa do que se vai expor e extrair das obras escolhidas a mais fácil comunicação com o público; o grau de conhecimento que sobre elas existe e a capacidade de adaptação entre elas (Rico: 1994). A selecção deve ter sempre presente o princípio básico que é o da utilidade pública.

Ao longo dos tempos foram assumidas quatro funções gerais em relação às exposições: a simbólica, cuja finalidade de glorificação religiosa e política esteve unida normalmente em quase todas as culturas, ao valor ostensivo dos objectos; a comercial, relacionada com o valor comercial da mercadoria; a documental, intimamente ligada ao valor informativo ou científico dos objectos; e, por último, a estética, referente ao valor artístico das obras. (Fernández: 2001)

Uma exposição compreende um processo no qual se devem contemplar cinco grandes etapas: 1 – A conceptualização e objectivos, 2 – Planificação do programa, 3 – Produção e gestão do programa, 4 – Desenho, instalação e montagem, 5 – Análise e avaliação.

A conceptualização e definição de objectivos passa por se definir o tema e definir objectivos em relação ao que se pretende expor, para quem, como, com que finalidade. Traçar um plano director de conteúdo (Nabais: 2003) e fazer uma estimativa de orçamento insere-se na planificação do programa. Depois da elaboração de um guião por uma equipa pluridisciplinar, onde a presença de um museólogo é fundamental, passa-se à fase seguinte que é a do projecto expográfico museológico.

A equipa projectista deverá preparar um estudo prévio, um anteprojecto e um projecto de produção com o devido acompanhamento do museólogo, fazendo a avaliação técnica e dos custos (Dorfles: 1986). Há que cuidar da exposição dos objectos, contemplando oito aspectos: o objectivo, a selecção, a colocação, a iluminação, a sequência, a circulação (sinalização), entretenimento e preservação. Existem várias formas museais, mas em todas deve estar presente uma planificação que enquadre os principais vectores. (Rivière:1989) Uma boa exposição deve estar protegida e segura,

ser visível, atrair o olhar, mostrar boa aparência, captar a atenção, ser útil e proveitosa, resultar em algo agradável.

Por sua vez uma boa planificação implica a existência de textos breves e de leitura imediata, incluindo um pequeno título, facilmente visível e legível, um subtítulo mais detalhado, o que facilita a informação e a interpretação, e legendas sobre os objectos. Por outro lado, a harmonia entre os objectos e os textos deve ser tomada em conjunto, ambos contribuindo para o mesmo fim.²⁰

A pré-produção, produção e pós produção de elementos expositivos e de equipamentos, sempre com acompanhamento técnico do museólogo e dos projectistas, é a fase seguinte. Por último, a fase de montagem da exposição que requer testes para experimentar a operacionalidade das diferentes estruturas museográficas: corpórea, multimédia, sonora, iluminotécnica, segurança, conservação... Por outro lado, a elaboração do catálogo, roteiro, cartaz, convites, comunicado para a comunicação social e materiais para o serviço educativo *são igualmente fundamentais*. Após uma exposição, deve ser feita uma análise e avaliação sobre os aspectos positivos e menos positivos para que a equipa e a organização possam aprender para experiências futuras. (Rico: 1994)

3.3.7.4. O Programa Expositivo

As colecções permitem-nos criar uma narrativa mista, a partir das obras de arte, da paisagem, da etnografia e da geologia, sendo nosso propósito evidenciar os testemunhos materiais e imateriais dos povos e o seu ambiente, de acordo com a definição do ICOM:

“O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, acessível ao público; que adquire, conserva, investiga, divulga e expõe, para fins de estudo, de educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente”. (Código de Ética do ICOM para Museus, 2004)

Em Portugal a definição mais recente é de 2004 que se aproxima da definição do ICOM, sem dados novos e sobretudo em relação à realidade portuguesa:

“Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e

²⁰ Museu Marítimo de Ílhavo, Caleidoscópico, 2001

valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento” (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto)

O grande objectivo da apresentação das obras de arte é integrá-las no tempo e espaço, de modo a que o visitante possa entender a obra de arte contemporânea. Os objectos de arte permitem desenvolver um percurso que começa no século XIX.

A narrativa expositiva inicia-se com Domingos António Sequeira (1768-1837), “um português na mudança dos tempos” como escreveu José Luís Porfírio no catálogo da exposição que se realizou no Museu Nacional de Arte Antiga em 1997.

As obras de arte são apresentadas por capítulos, seguindo a estrutura que apresentamos:²¹

- 1870-1910 NATURALISMO. SITUAÇÃO NO ÍNICIO DO SÉCULO XX
Tomás Anunciação (1818-1879). O romantismo instaurou o paisagismo com Tomás Anunciação.

Henrique Pousão (1859-1879), pintor, que soube ligar ao naturalismo francês a lição italiana, António Carneiro (1872-1930), Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) e José Malhoa (1855-1933), pintor da natureza: “... traduziu, com grande sinceridade sentimental, costumes rústicos bem enraizados no gosto burguês, com isso encarnando significativamente um naturalismo realista, objectivo e lírico, prolongado, e muito popularizado, pelo século XX”. (França, José Augusto. (1987). *História da Arte Ocidental – 1780-1980*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 132).

Carlos Reis (1863-1940), pintor que captou, sobretudo, quadros da vida campestre, no seu trabalho quotidiano, nos seus aspectos típicos.

Silva Porto (1850-1893), pintor, introduziu, com o «Grupo Leão», o naturalismo de Barbizon, sucedendo-lhe na mesma diligência Carlos Reis.

²¹ Quanto aos capítulos foram seguidos os apresentados por Rui Mário Gonçalves, na sua obra *Arte Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. O guião final terá outro desenvolvimento.

(França, José Augusto. (1987). História da Arte Ocidental – 1780-1980.

Lisboa: Livros Horizonte, p. 132):

Soares dos Reis, Teixeira Lopes, João Vaz, Ribeiro Cristino, Moura Girão, Sousa Lopes, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Columbano Bordalo Pinheiro, Alves Cardoso e Outros.

- 1910-1918 – HUMORISMO. FUTURISMO

Francis Smith (1881-1969), Eduardo Viana (1881-1967), Jorge Barradas (1894-1971), Stuart Carvalhais (1887-1961) e Outros.

- 1918-1935 – NEOCEZANISMO. NEOCLASSISMO. ESTATUÁRIA NEO-ACADÉMICA. EXPRESSIONISMO ONÍRICO

Bernardo Marques (1898-1962. Pintura paisagística, Mário Eloy (1900-1951) e outros.

- 1935-1945 – ESPAÇO PURO. DIMENSIONISMO. PINTURAS MURALS.

Artur Bual, Estrela Faria (1910-1967) e outros.

- 1945-1961- NEO-REALISMO. SURREALISMO. ABSTRACCIONISMO.

Abel Salazar (1889-1946), figurista, António Saúde (1875-1958), Celestino Alves ((1913-1974), Eduardo Malta (1900-1967), Joaquim Correia (escultura) e Outros.

- 1961-1974 SIGNO. OBJECTO. AMBIENTE. «POP». «0P». NOVA FIGURAÇÃO. NOVA ABSTRACÇÃO. CONCEPTUALISMO.

Eduardo Nery, José Rodrigues e outros.

- 1983-1994 – NEO-EXPRESSIONISMO.

José Barrias, Arpad Szenes, Manuel Cargaleiro e Outros²².

A exposição permanente seguirá este conceito de modo a que as obras de arte sejam apresentadas no seu contexto histórico e sejam identificados os artistas com uma breve biografia.

A pintura brasileira²³ ocupa um espaço importante no acervo do Museu Maria da Fontinha. Estas obras são apresentadas como elementos culturais que fazem a ponte entre os emigrantes portugueses para terras do Brasil como aconteceu a gentes das “terras da Paiva”. A paisagem apresenta-se como um elemento muito forte na envolvente deste espaço museológico. Os visitantes são convidados a ver a paisagem de um forma diferente:

“A paisagem é uma maneira de ler e analisar o espaço, de o representar. Capta-se sensorialmente e aprecia-se esteticamente, carrega-se de significações e emoções. É uma leitura indissociável da pessoa que a contempla e solicita todos os sentidos.

Trata-se duma apreciação do espaço que não se faz apenas através do olhar ou da vista, mas dos cinco sentidos. Ver pelo conjunto, pela totalidade do corpo.

A paisagem não se reduz a um espectáculo. O tocar, o odor, o ouvido sobretudo, são formas de absorção do espaço. Todos os sentidos contribuem na construção de emoções”. (Sales, 2006, p. 298)

3.4. A Missão Educativa e Científica do Museu

As actividades museológicas nas suas principais forças conduzem ao desenvolvimento das faculdades humanas, intelectuais, culturais, artísticas, ideológicas e efectivas.

Busca-se auxiliar a mente e a sensibilidade do visitante quanto ao caminho a seguir para o seu encontro com civilizações passadas ou actuais de modo a conseguirem uma reflexão profunda sobre si mesmo. (Silva, 2000)²⁴

Não deve entender-se a educação museológica como instrução erudita ou mesmo intelectual, antes como uma ‘abertura’ para que o visitante seleccione a informação que se lhe oferece. No fundo, trata-se de compatibilizar critérios educativos de valor científico com renúncia a imposições doutrinárias que eventualmente coajam a mente desse visitante com ideias que despertem e ressaltem faculdades específicas dele próprio, tais como a imaginação, as sensações, as fantasias e a curiosidade.

²² Este Museu alberga centenas de obras dos autores referidos e de outros.

²³ A título de exemplo, referem-se Edi Cavalcanti, Carlos Gomes, Mandarin, Amorelli, Samia Zaccour, Bordini, Dario Silva e muitos outros da Academia Brasileira de Belas Artes.

²⁴ Silva, Elsa Peralta, “Património e identidade. Os desafios do turismo cultural”, in *Antropológica*, nº4, 2000, ISCS

A educação, a nível objectivo, deverá ser essencialmente científica baseando-se num sistema fundamentado que acate as contradições, as modificações e as ideologias que devem ser constantemente revistas em benefício de um estudo cada vez mais próximo da realidade.

O museu deve ser porta-voz da necessidade de correcção das deformações intelectuais, perceptíveis ou artísticas.

A pedagogia objectiva baseia-se no consenso geral e busca os métodos mais adequados para a eficácia da educação.

No plano subjectivo, a educação museológica manifesta-se pelos estímulos que são capazes de produzir na curiosidade do visitante que ao olhar a obra pode colocar questões que ele mesmo soluciona com imaginação, reflexão e confrontação com outras obras.²⁵

A investigação é um ponto fulcral no desenvolvimento do museu, quer quanto ao interior quer quanto ao exterior e é o centro de estudo dos especialistas que o procuram para obterem conhecimentos essenciais ou acrescidos ao seu trabalho.

A elaboração de fichas e catálogos científicos são fundamentais para a divulgação do teor do museu, nos quais se incorporam as existências museológicas. As publicações sobre os resultados das investigações devem constar em boletins e revistas divulgadoras das actividades científicas e culturais.²⁶

Também se pensa na criação de uma revista do museu para um mais profícuo trabalho de divulgação, a ligação a editoras e instituições que promovam a divulgação das investigações concretizadas, devendo activar-se permanentemente os (fundos) conteúdos da biblioteca e artigos fotográficos, tornando-os acessíveis aos investigadores e ao público interessado, organizando-se exposições em que se utilizem materiais inéditos, elaborando-se catálogos para serem adquiridos e distribuídos durante as exposições e outras publicações com carácter de divulgação e ou especialização.

Deve também o museu aplicar à arte a tecnologia digital e desenvolver informações em diferentes idiomas, prevendo-se a organização em vários eixos: tornar visível a acção do acervo, do laboratório, das exposições e outras actividades, a interactividade lúdica e educativa, a projecção de filmes sobre autores e respectivas

²⁵ Goldberg, Joshua, 1987, "Ouvrir les yeux et les esprits", in *Revista Museum*, nº 153, pag. 40

²⁶ Viana, Mário Gonçalves, 1972, *Arte de Organizar colecções, exposições e museus*, Porto, Ed. Domingos Barreira
Universidade de Évora

obras e o que pensarmos ser matéria essencial de interacção com o público, nomeadamente com o escolar.

No âmbito da História Regional e Local, estas acções proporcionarão uma mais fácil descoberta do território onde esses alunos vivem e estudam, de modo a compreenderem que a paisagem é uma unidade ecológica, estética e geográfica resultante da acção do homem e da reacção da natureza, além de também ser histórica e patrimonial por ser o registo actualizável da relação dos seres humanos com o meio onde vivem. A paisagem é a expressão visual e afectiva do território e também a sua memória, espaço de afectos e cultura, território e futuro onde o passado está sempre presente e actualizado.

IV. O MUSEU DO TERRITÓRIO DO VALE DA PAIVA E SERRAS - NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS

4.1. Caracterização dos Núcleos Museológicos²⁷

4.1.1. Itinerários

A criação de uma instituição museológica que tem por território o Vale da Paiva e as serras que lhe são contíguas, partindo do Museu Maria da Fontinha constitui desde o início uma riquíssima rota de observação de diversos patrimónios.²⁸

Os itinerários inserem-se inequivocamente numa definição que sublinhamos ser de vertente cultural, pedagógica e turística.

Entendemos por itinerário o percurso de observação dos vários núcleos devidamente seleccionados e cientificamente preparados, indicando aos visitantes os seus traçados.

O itinerário constituirá uma viagem ao passado realçando os patrimónios possíveis. A vertente pedagógica é referida, porquanto consideramos fundamental uma aposta na educação para a cidadania, no respeito pela defesa e preservação do património construído e do natural.

O itinerário implicará a concepção e a realização de várias alternativas para responder aos diversos tipos de público: turístico, escolar, científico, associações de desenvolvimento e outros.

Como componente fundamental para a divulgação do itinerário, consideramos a sua orientação com sinalética apropriada.

A elaboração da alargada lista de núcleos, deve-se à diversidade dos patrimónios tangíveis e intangíveis, tais como o arqueológico, o geológico, o religioso, o artístico, o paisagístico, o musical, o gastronómico, o arquitectónico, o funerário, o cultural e o industrial, contemplando eras e idades que já vêm desde há mais de quinhentos milhões de anos, como é o caso das Trilobites, cerca de

²⁷ Sobre o Museu Maria da Fontinha e os espaços museológicos do respectivo parque, já escrevemos no Capítulo anterior.

²⁸ Não só os das áreas contempladas daqueles municípios, mas também as restantes partes dos mesmos, porquanto existem também aí múltiplos exemplos que poderiam ser incluídos no presente trabalho, não fora a limitação de tempo e espaço.

trezentos milhões de anos, o das Pedras Parideiras, prosseguindo com as Orcas e Castros, das Idades do Bronze e do Ferro, acrescentando-se testemunhos dos Iberos, Lusitanos, Romanos, Godos, Visigodos, Muçulmanos, atravessando a Alta e a Baixa Idade Média até ao Século XX.

Passamos a descrever os núcleos que compõem o Museu do Território, integrados em itinerários que têm sempre o seu início no Museu Maria da Fontinha.

Núcleo Sede 1.º - No Museu Maria da Fontinha, poder-se-á apreciar a exposição de arte relativa ao Romantismo, ao Naturalismo (nomeadamente do Grupo do Leão), arte até 1910 e desde 1910 aos nossos dias, bem assim a arte Brasileira do Séc.XX.

O visitante encontra ainda no Parque da Fontinha o Memorial José Vasconcelos, a Escolinha do Professor Ricoca, um acervo composto pelos objectos que foram usados por Maria da Fontinha, a Capela da Senhora do Carmo e a escassa distância o Mausoléu Maria da Fontinha, dispondo todos estes locais de patrimónios artístico, religioso e histórico-etnográfico, a merecerem a atenção do visitante.²⁹

4.1.2. Itinerário I, a partir do Museu Maria da Fontinha (núcleo sede)

2.º - Penedo da Saudade, Além do Rio, Castro Daire; 3.º Cruzeiro de Lubízios, São Martinho das Moitas/Gafanhão; 4.º Moinhos de água e de azeite (lagar ou azenha), no Gafanhão Castro Daire; 5.º Igreja de São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul; 6.º Castanheiros milenares de Macieira, Sul, São Pedro do Sul; 7.º Capela de São Macário de Cima, São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul e Capela de São Macário de Baixo, Sul, São Pedro do Sul; 8.º Aldeia da Pena, Sul, São Pedro do Sul e Portal do Inferno e Garra, em Covelo de Paivó, Arouca; 9.º Castro da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul; 10.º Ponte Romana e moinhos de Manhouce, São Pedro do Sul; 11.º Igreja Matriz de Manhouce; 12.º Pedras Parideiras, na Castanheira, Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca); 13.º Frecha da Mizarela, em Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca); 14.º

²⁹ Ver Cap.II.

Memorial de Santo António, Arouca; 15.º Mosteiro, Museu e Igreja de Arouca. 16.º Centro de Interpretação Geológica de Canelas (Geoparque de Arouca).

**Núcleo 2.º Penedo da Saudade, Além do Rio, Castro Daire (Geossítio).
Patrimónios geológico e paisagístico**

Monumento esculpido pela Natureza em que esta se apresenta quase imutável em toda a extensão da nossa visão. A variabilidade da luz ao longo do dia, oferece – nos diferentes retratos daqueles cerca de quinhentos quilómetros quadrados.

Identificamos vinte aldeias alcandoradas na Serra do Montemuro.

No cimo da escadaria, sobressai o silêncio e deste o suave murmúrio das águas da Paiva que, pura, vai casar-se a cerca de trinta quilómetros com o Douro.

Os voos e os cantos das aves testemunham que estas se encontram felizes, rodeando as estranhas formas, zoomórficas e antropomórficas, que as fragas caprichosamente assumem.

**Núcleo 3.º Cruzeiro de Lubízios, São Martinho das Moitas/Gafanhão.
Patrimónios artístico, religioso e paisagístico**

Mandado erigir por um homem, Agostinho Gralheiro, cujo nome se ouve, como legenda, em toda a Região, por razão de uma promessa e/ou porque teria sido o local onde aquele encontrara a primeira pedra de volfrâmio.

Totalmente construído em granito encimado por uma cruz de Malta sobre uma esfera armilar, contem vários nichos que albergaram imagens de santos.

Agostinho Gralheiro, parente chegado e amigo de Maria da Fontinha, era um admirado improvisador e foi um ‘Homem do Volfrâmio’.

**Núcleo 4.º Moinhos de água e de azeite (lagar ou azenha), no Gafanhão,
Castro Daire.**

Patrimónios arqueológico - industrial

Junto à Igreja Matriz encontramos três exemplares de moinhos de água, rudimentares, onde podemos constatar o *modus vivendi* das populações destas

aldeias, desde há séculos até quase aos finais do transacto século XX. Restamos encantados com a melodia que as águas nos oferecem, melodias enriquecidas pelos sons produzidos por todas as peças do moinho que apreciamos.³⁰

Núcleo 5.º Igreja de São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul .

Patrimónios religioso e artístico

Eis um exemplo original com que o visitante se depara e se extasia.

Num lugar recôndito *subtus mons Magaio*, podemos apreciar todas as pinturas dos ricos caixotões dos tectos e as talhas singulares e variadas que completam os altares.

São dezenas os Santos retratados, desde *Magdalena, Ambrozio, Thomaz* e tantos outros que ali podemos conhecer .

À saída, cumprimentamos o *pinus pinea, L.* que conhecemos desde a meninice e que a tantos, ao longo dos seus mais de dois séculos, presenteou com os seus enormes e saborosos pinhões.

Núcleo 6.º Castanheiros milenares de Macieira, Sul, São Pedro do Sul.

Património paisagístico

Partindo de São Martinho, passando por ‘*Villa Sall’a*’, depois por Posmil, arribamos a Macieira onde, junto ao ‘*Salva Almas*’, dialogamos com aqueles vetustos exemplares de ‘*Castanea sativa*’; alguns deles com cerca de mil anos de idade, os quais têm muito para nos contar. Devemos-lhes milhares de toneladas de castanhas que alimentaram durante séculos, milhares de criaturas. Nas suas ‘cavernas’, formadas pela Natureza que os foi corroendo, já dormiram pastores e agora se fotografam os turistas. Vale a pena ‘dialogar’ com cada um destes gigantes antigos e presentes porque muito têm para nos contar.

³⁰ Já está escolhido o local, em propriedade que pertenceu a Maria da Fontinha, onde será edificado o novo lagar (como aqui se diz), com todos os seus apetrechos, o qual se verá preparado para funcionar tal como aconteceu desde há muitos séculos.

Núcleo 7.º Capela de São Macário de Cima São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul e Capela de São Macário de Baixo, Sul, São Pedro do Sul.
Patrimónios religioso e paisagístico

A Capela de cima pertencente à Paróquia de São Martinho das Moitas que data do Séc. XVIII e foi construída predominantemente em granito.

É circundada por um muro de pedra lousinha, numa altura média de três metros, com vista à defesa dos ventos que a açoitam. Ambos os materiais, granito e xisto, ali se encontram. O seu interior é de modesta talha e as melhores e mais ricas imagens encontram-se resguardadas de perigos calculados.

Dali se vislumbram em todas as direcções paisagens deslumbrantes de montes e mais montes, de cumes e mais cumes, desde as proximidades do Marão à Estrela, do Caramulo até aos lados do Porto e confins do Montemuro, num total de 16 Serras de Portugal. Estamos a 1051 metros de altitude.

Por as esmolas serem frutuosas, o Abade de Sul, em certa ocasião, providenciou a edificação da capela de São Macário de Baixo, incrustada numas penhas ali existentes a uma cota sensivelmente 100 metros abaixo da anterior. É bela e tem interesse. E assim se dividiram os “lucros” obtidos no Dia da Festa. A Festa é no último domingo de Julho e é muitíssimo concorrida. A escassos trezentos metros podemos pisar o Monte Redondo onde restam vestígios de antas, mamoas e de um castro.

São dezenas as aldeias que dali a nossa vista alcança.

Pena é que olhando para baixo se veja a Pena – e isso vale a pena – e olhando para as dezenas de antenas, torres e geradores ali aplicados nos sítios com pena, oprimidos e até ofendidos pela devassa de que fomos vítimas por via do ‘progresso’.³¹

³¹ Todo este equipamento foi recentemente instalado sem respeitar a paisagem e o enquadramento dos sítios históricos. Estas novas tecnologias para o aproveitamento podem e devem ser instaladas com maior respeito pelo património já existente. Uma coisa não impede a outra.

Núcleo 8.º Aldeia da Pena, Sul, São Pedro do Sul e Portal do Inferno e Garra, em Covelo de Paivó, Arouca. Patrimónios paisagístico, etnográfico e gastronómico

A aldeia da Pena com as suas cerca de 40 casas construídas em xisto e cobertas por lousedo xistoso está totalmente preservada.

Esteve longe do resto do mundo até antes do 25 de Abril, quando foi executada a via que lhe dá acesso. Nela vivem actualmente 6 pessoas. Encontramos aí o saboroso cabrito assado no forno, o mel de urze e rosmaninho concorrente com o de Mileto e artefactos em ‘lousinha’. A sua toponímia dever-se-á aos enormes penhascos, penhas, aguçados em direcção ao céu que a delimitam e lhe tapam parcialmente os horizontes montemuranos.

Portal do Inferno e Garra (Geossítio-Geoparque de Arouca). Patrimónios geológico e paisagístico

A escassos dois quilómetros encontrar-se-á o Portal do Inferno. Trata-se de um local apelativo, possuindo elevado interesse geomorfológico. É mesmo um local de passagem muito íngreme que amedrontava todos os que ali passavam. As paisagens são dantescas, só ‘adocicadas’ pela ribeira de Palhais, de uma banda e pelos campos verdes de Covas do Monte, da outra.

A ‘Garra’ é uma parte da montanha, recortada por linhas de água profundas, assemelhando-se à separação dos dedos de uma garra de águia. Trata-se de um local de interesse turístico e didáctico.

Núcleo 9.º Crasto da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul. Patrimónios histórico - arqueológico

Os vestígios indicam-nos a Idade do Bronze Final, situando-se o seu apogeu no fim da Idade do Ferro perdurando até à Época Romana.³²

As vinte e sete casas descobertas foram todas construídas com pequenas pedras assentes em barro e são de plantas circular, oval e rectangular. Integram

³² Socorremo-nos de um esclarecedor bloco de apontamentos que tem por título “Ruínas arqueológicas da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul”, do Professor M. Correia Tavares.
Universidade de Évora

este Crasto muitas e importantes gravuras rupestres, dispersas por quinze rochedos, com decorações de covinhas, espirais, cruces, círculos, linhas entrecruzadas, losangos, serpentiformes e antropomorfos.³³

Referimos as muralhas e o fosso que defendem o Crasto, as insculturas, o espólio encontrado e exumado que inclui rebotalhos de cozinha, pedras, metais, moedas, vidros, cerâmicas, e outros, dando-nos nota do elevado valor que justificou ter sido o Castro classificado como Imóvel de Interesse Público, em 20 de Outubro de 1955.

Este itinerário engloba o Bioparque, que merece ser conhecido pela sua riqueza vegetal, os seus moinhos de água, os seus percursos pedestres e as variadas fauna e flora. O Museu Rural de Carvalhais, junto à Igreja Paroquial, também merece a visita.

Núcleo 10.º Ponte Romana e moinhos de Manhouce, São Pedro do Sul. Patrimónios histórico – arqueológico e paisagístico

Manhouce está situada a meio do caminho entre Viseu e Porto. Era local de pernoita de recoveiros e almocreves, veículo do intercâmbio sócio - cultural das gentes do litoral e da serra. Por aqui passava a calçada romana. A beleza das suas ribeiras foi acrescentada com muitos moinhos e pisões.

Manhouce é terra de riquíssimo folclore e etnografia e as suas vozes voam pelos montes e mares.

Núcleo 11.º Igreja Matriz, de Manhouce. Patrimónios religioso e artístico

O seu interior é rico e cuidado sendo a sua capela-mor profusa em talha dourada do séc. XVIII, o seu tecto cuidada e artisticamente pintado com florões, figurando em cada caixotão motivos florais e geométricos, todos também em riquíssima talha dourada. O seu Orago é São Pedro, muito bem pintado a óleo no tecto, sendo magnífico o Cristo crucificado e as imagens que o ladeiam.

³³ Idem

Núcleo 12.º Pedras Parideiras, na Castanheira, Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca). Patrimónios geológico e paisagístico

É este o mais conhecido fenómeno geológico do Geoparque, no concelho de Arouca. Do afloramento granítico libertam-se por termoplastia, abundantes nódulos discóides e biconvexos de biotite, de dimensões várias. Embora exteriormente sejam constituídos exclusivamente por biotite, possuem sempre um núcleo composto de quartzo e feldspato potássico. É um fenómeno único em Portugal e só conhecido outro semelhante, perto de São Petersburgo, na Rússia.

A publicação de C. Torre da Assunção e Carlos Teixeira, com o título ‘ A Pedra Parideira’, Arouca 2003, oferece pormenores de índole científica, para aqueles que isto procurem. Os nódulos, entre um e doze centímetros, são mais resistentes à meteorização do que a rocha onde encaixa, destacando-se, por isso, da rocha mãe. O corpo total, onde se encontram depositadas as rochas, tem uma área de cerca de um quilómetro quadrado e a sua idade é calculada entre os 313 e os 320 milhões de anos.

Reputa-se o seu interesse, como de utilidade turística, científica, didáctica, económica e de colecionismo museológico.

Núcleo 13.º Frecha da Mizarela, em Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca). Patrimónios geológico e paisagístico

Da Castanheira e do local panorâmico próprio observamos a queda de água, alimentada pelas águas do rio Caima, com uma altura de cerca de setenta metros e, por via disso, uma das mais altas da Europa. É um dos geossítios mais relevante do Geoparque de Arouca, aqui predominando o granito e o micaxisto a manifestarem terem sofrido a erosão devido ao curso das águas.

É um local que dá vida à Serra da Freita.

Os seus níveis de interesse são o turístico e o didáctico.

Núcleo 14°. Memorial de Santo António, Arouca. Patrimónios histórico e artístico

Vulgarmente chamado Arco da Rainha Santa por ali ter passado o cortejo fúnebre da Rainha Santa Mafalda que falecera em Avintes quando se dirigia ao mosteiro de Arouca e também por ter ali descansado o jumento que transportava o seu corpo, atribuiu-se-lhe aquele nome ao longo dos séculos.

Existem seis monumentos semelhantes em todo o País, sendo um arco funerário medieval, totalmente construído em granito.

Situa-se a cerca de três quilómetros do mosteiro.

Terá sido construído no Séc. XII/XIII e foi classificado como Monumento Nacional em 1910, *in* “Monumentos de Arouca”, Câmara Municipal de Arouca, s/ data.

Núcleo 15°. Mosteiro, Museu e Igreja de Arouca. Patrimónios religioso, histórico e artístico

Neste local deram-se grandes recontros e batalhas, mormente entre Cristãos e Mouros.

Pelo Séc. X em honra de São Pedro, Loderigo e Vandilo fundaram o Mosteiro, adoptando a regra de São Bento. Os primeiros documentos que se lhe referem datam de 1091. Primeiramente, foi habitado por religiosos de ambos os sexos e a partir de meados do séc. XII só por freiras. Pouco ou nada resta da construção inicial, vindo mais tarde a ser assumida a Ordem Cistercense, passou a sua arquitectura a ser de estilo classicista romano com revestimentos barrocos em talha dourada e construído um cadeiral também barroco e ricamente entalhado. Possui um órgão notável, recentemente restaurado. Todo o edifício foi objecto de grandes obras nos séc. XVI/XVII. Em 1725, um grande incêndio muito destruiu, à excepção da Igreja. Procedeu-se, desde então a muitas e notáveis obras.

Na Igreja encontra-se o sumptuoso túmulo de Santa Mafalda e nela podemos apreciar também magníficas peças de arte sacra.

O Mosteiro passou para as mãos do Estado na segunda metade do séc. XIX, por morte da última monja que o habitava.³⁴

Núcleo 16.º Centro de Interpretação Geológica de Canelas – (Geoparque de Arouca).

Património geológico

A Louseira de Canelas é uma jazida fossilífera excepcional, de relevante importância paleontológica³⁵. Entre os exemplares encontrados destacam-se abundantemente as Trilobites Gigantes, que mereceram a construção de um museu que evoluiu para o actual Centro de Interpretação Geológica de Canelas.

Raridade e riqueza científica justificam sempre a sua menção.

A sua importância é mais completa dado o acompanhamento científico que ali tem sido levado a efeito pelos Doutores Gutierrez- Marco, da Universidade Complutense de Madrid e Artur Abreu Sá, da Universidade de Trás-os-Montes, de Alto Douro.

Na pedreira, e ao longo dela, constitui-se um percurso, com a duração de cerca de duas horas e meia, com várias paragens em que podemos realizar uma viagem ‘no tempo’ entre os 520 e 300 milhões de anos (MA) antes do presente, bem assim podemos fazer ‘uma leitura’ de alguns dos mais importantes capítulos da História da Terra, nesse mesmo período de tempo de que as rochas que hoje calcamos são testemunhos.

4.1.3. Itinerário II, a partir do Museu Maria da Fontinha (núcleo sede)

17.º Igreja de Nossa Senhora de Rodes e Solar de Grijó, Gafanhão / Reriz, Castro Daire; 18.º Igreja Matriz e Várzea, de Reriz, Castro Daire; 19.º Moinhos de cereal e de azeite e pisões, na Paiva e seus afluentes; 20.º Igreja Matriz de Ester, Castro Daire; 21.º Igreja Matriz de Parada de Ester, Castro Daire; 22.º Portas do Montemuro, Castro Daire; 23.º Santuário de Santa Helena, Picão, Castro Daire, 24.º Castro de Cabril, Castro Daire; 25.º Aldeia de Levadas, Cabril, Castro Daire; 26.º Igreja Matriz de Cabril, Castro Daire; 27.º

³⁴ (Arouca, in «Tesouros Artísticos de Portugal». Lisboa: Selecções Reader's Digest, 1988.pp.102-104)

³⁵ (Sá, Artur Abreu & Gutiérrez-Marco, Juan Carlos.(2006). *Trilobites gigantes das ardósias de Canelas* (Arouca). Arouca: Ardósias Valério & Figueiredo, Lda.).

Capela da Senhora do Monte e Pelourinho, Alvarenga, Arouca; 28.º Carreira dos Moinhos, Alvarenga, Arouca.

Núcleo 17.º Igreja de Nossa Senhora de Rodes e Solar de Grijó, Gafanhão / Reriz, Castro Daire

Patrimónios religioso, histórico, paisagístico e arquitectónico

Esta Igreja vem dos primórdios da Nacionalidade e localiza-se no Monte das Cabeçadas, metade no território da freguesia de Reriz e metade na de Gafanhão. Foi mandada construir pelo ermitão Leovigildo de Almeida (Almendra) ou Leovigildo Peres ou Pires, interveniente nos sucessos da Batalha de Ourique e com o qual D. Afonso Henriques sonhara antes do momento em que se conheceram, no Monte do Cabeço, entre Castro Verde e Ourique, tendo então sido repetidas as palavras que o rei ouvira, no seu sonho. Os factos ter-se-ão passado em 1139, após o que Leovigildo Pires (Peres) voltou à sua terra de Reriz, logo edificando a Igreja a Santa Maria pelos idos de 1140/1141 e onde repousam os seus restos junto ao altar-mor.³⁶

Conta a lenda que Cristo apareceu ao nosso rei e lhe afirmou que lhe estavam asseguradas, até à décima quinta geração, a grandeza e o brilho do seu império. Tais factos vieram a ser interpretados como base do arquétipo do V Império, intemporal, mais tarde tema das profecias de Bandarra e dos escritos do Padre António Vieira, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, António Sérgio, Eduardo Lourenço, Natália Correia e mesmo do nosso centenário Manoel de Oliveira.

Ainda existe a Irmandade de Nossa Senhora de Rodes que antes possuía uma bandeira atribuída a Grão Vasco, com a imagem da Senhora de um lado e a batalha de Ourique do outro, com Jesus a expressar a D. Afonso Henriques, ajoelhado, as palavras que profetizavam a glória do seu Império.

A imagem da Senhora de Rodes que só ali se encontra um dia por ano, é de pedra de Ançã do séc. XVI, de boa lavra e encontra-se resguardada, actualmente, na Igreja de Reriz.

³⁶ “Portugal Antigo e Moderno”, volume 8, p.148-152, 1878, Ed. Livr., Matos Moreira e C^a., Lisboa.”Castro Daire”, Ed. C.M.Castro Daire, 1995,Alberto Correia e Outros.

É extensa e rica a história e a importância da Igreja de Rodes e a sua relação com a Nacionalidade, a Cristandade e o ‘maravilhoso’.

O lugar onde se encontra a igreja é privilegiado. Aí se vêem centenários castanheiros, se ouve a música da água que ali nasce mas também se nos depara um testemunho de abandono.³⁷

Solar de Grijó. Patrimónios histórico, artístico e arquitectónico

A pouco mais de mil metros da Igreja de Rodes encontra-se este solar que foi a casa nobre construída nos finais do séc. XVIII pelo Padre Brás Luís Coelho Cardoso, então Abade de Reriz.

A sua cantaria, mormente a das portas, janelas e frontaria é de um esmerado trabalho de canteiro - artista.³⁸

Núcleo 18.º Igreja Matriz e Várzea, de Reriz, Castro Daire. Patrimónios religioso, artístico e paisagístico

A Várzea é de uma beleza que cativa. É também uma terra de uma grande riqueza histórica. Aqui sente-se que a Paiva sorri e beija mansamente ambas as bandas do seu leito e como que, tomando aí fôlego, prossegue a sua viagem para os braços do Douro.

A Igreja Paroquial de Reriz foi edificada pelos ‘*Castros das treze arruelas*’. A sua capela-mor é oitavada, terminando num zimbório e todo o interior em estilo jesuítico veio, em 1910, a expensas de Bernardino Rodrigues de Almeida Rebelo, a ser primorosamente restaurado e ornamentado, com pinturas de grandes

³⁷ Em simultâneo, como um lugar em que a tristeza abunda, pelo total abandono a que o monumento foi dotado: os telhados partidos, os caixotões do tecto a apodrecer por causa das chuvas que sobre eles caem, as madeiras a fender, as pinturas manchadas a desaparecer, os altares a apodrecer. Enfim, uma calamidade, a que urge reagir.

Os seres humanos de hoje têm, aqui, obrigação de mostrar respeito e desenvolver acção, para a salvaguarda do que nos foi legado.

³⁸ Todavia, o seu brilho desapareceu, as suas madeiras ruíram, os seus tectos desmoronaram, deixando ver crateras que tudo recebem do que das nuvens caem.

É lastimável o estado em que se encontra e dá saudades a quem no seu soalho já dançou muitas valsas e contradanças.

Mestres, podendo considerar-se uma das mais ricas Igrejas de todo o Vale da Paiva.

Reriz é uma terra que ama e desenvolve as artes, mormente a música e o teatro. Desde há cerca de duzentos anos, o teatro tem sido uma prática do seu quotidiano. Muitos foram as mulheres e os homens que se lhe dedicaram, não podendo, neste ponto, e entre muitos outros, deixar de nomear-se Laurindo de Paiva Direito, Tolentino Duarte Oliveira, Gil Rodrigues Duarte, José Augusto Duarte Oliveira, Gil de Sousa Cruz, Manuel Coelho, António Dias Coelho, José Augusto Rebelo, Aurora Santos e António Argentino Lacerda e Oliveira. Todos já falecidos, mas sempre presentes, alguns dos quais chegaram a interpretar filmes de sucesso, tais como ‘Sertório’ (Gil Duarte) e ‘O Homem que Matou o Diabo’ (o também saudoso António Argentino).

Actualmente muito se deve à Professora Justina Duarte Coelho que, com muito empenho, mantém viva, juntamente com a aplicada juventude que a circunda, esta nobre arte, a ‘Arte de Talma’.

Núcleo 19.º Moinhos do Cereal e de Azeite e Pisões, na Paiva e seus afluentes. Património arqueológico - industrial

São centenas os exemplares existentes na bacia da Paiva. Fizeram o seu serviço durante séculos, girando as suas mós, transformando o grão de centeio, de milho e de trigo em farinha.

Quanto ao pisão, também movido a água, destina-se este a garantir que a teia de lã se transforme em manta ou vestuário, após pisoada. A roda motriz, o eixo, as esperas ou levas, as rabadilhas, os maços ou malhos, as chavelhas, os merendos, as varelas, as entroncas, a maceira ou gastalho, nomes que advêm da função ou lugar que a peça ocupa no corpo do todo, são fabricados em madeira, pelo homem da terra. Só a ‘caldeira’ é de cobre, ficando suspensa entre a ‘fornalha’ e tendo por função fornecer sempre água quente para a maceira de modo a manter a teia humedecida para possibilitar e facilitar o aperto do tecido. E todo esse trabalho era desenvolvido para nos defendermos do frio com as capuchas, as mantas e as vestes de burel.

Núcleo 20.º Igreja Matriz de Ester, Castro Daire. Património religioso e artístico

Trata-se de uma Igreja de muita remota origem, anterior à fundação da Nacionalidade. Foi antiga abadia da Mitra, no Distrito eclesiástico do Douro e tem como Orago São Pedro e até 1133 pertenceu ao Mosteiro de São Pedro de Arouca.

O actual edifício, característico da metade do séc. XVIII, compõe-se de dois coros e é dotado de pilastras toscanas nos cunhais, pináculo e cornija de cantaria e possui um frontão recortado em coroa em que a fachada principal é rasgada por um portal rectangular, sob um frontão interrompido de segmentos enrolados e um óculo emoldurado com motivos vegetalistas. O coruchéu da torre que se levanta à esquerda é uma esguia pirâmide octogonal. Interiormente existem dois corpos separados pelo arco-cruzeiro. O forro da capela-mor é artesolado com vinte e oito caixotões, dispostos a 4x7 com pinturas do Apostolado e Santos, sendo o seu retábulo de talha dourada e policromada de ‘estilo salomónico’ dos inícios do séc. XVIII e desta época também as imagens de São Pedro e São Paulo de madeira estofada, assentes nas mísulas laterais. O corpo da nave compõe-se de 50 caixotões de temática hagiográfica dispostos a 5x10, sendo Joaninos os retábulos dos altares deste corpo que é encimado por um crucifixo do séc. XVII.³⁹

Núcleo 21.º Igreja Matriz de Parada de Ester, Castro Daire. Patrimónios religioso e artístico

Tendo como Orago São João Baptista, foi antiga abadia do padroado real, no Distrito eclesiástico do Douro. Sobre ela existem documentos de 1258, as Inquirições de D. Afonso III. A ela também se referem documentos de 1321 e 1363, entre outros. No seu exterior, à esquerda da entrada principal, situa-se o artístico busto em bronze do Bispo D. João Crisóstomo que foi baptizado nesta Igreja e residiu na casa grande de Eiriz, até ao seu finamento.

³⁹ “Castro Daire”, Ed. C.M.Castro Daire,1995, de Alberto Correia e Outros, pags.261 e 262; “Ester-Pegadas no Tempo”, de Abílio Pereira de Carvalho, 2007, págs.9 a 11 e 21 a 26.

Os restauros do interior da Igreja dão-nos hoje ensejo a apreciarmos a sua riqueza em talhas, os seus caixotões com temas hagiográficos e a sequência das sepulturas, antes cobertas com madeira, oferecendo-nos momentos de enlevo e de meditação.⁴⁰

Núcleo 22.º Portas de Montemuro, Castro Daire. Patrimónios histórico, arqueológico e paisagístico

Nas Portas de Montemuro existem restos de muralhas derrubadas e de pequenas cistas funerárias. Essas muralhas eram compostas por pedras ‘ciclópicas’.

O local é estratégico entre duas vertentes. Pelo seu próprio nome, se identifica como um ponto de passagem. O Monte chamava-se *Gerontio ou Geronzio*. Depois chamou-se *Monte de Muro* ou *Monte do Muro*, vindo a aglutinar-se em Montemuro.

São deslumbrantes as panorâmicas que dali se desfrutam para ambas as bacias para que o Montemuro pende.

Foi habitado e subsistiu, após ter por lá andado o nosso primeiro Rei.⁴¹

Núcleo 23.º Santuário de Santa Helena, Picão, Castro Daire

Descendo as Portas, por alturas de Pereira do Montemuro, subimos à esquerda, por uma pequena calçada, cerca de duzentos metros. Aparece-nos o Santuário. Sentimo-nos presentes e em diálogo com a Natureza e com a Arte.

O lugar é recôndito, pouco visível, mas de onde muito se vê. O visitante surpreende-se com os trabalhos em granito ali expostos e passa a apreciar palmo a palmo a obra que artistas dotados nos legaram naquele ano da Graça de 1844. Os amparos do caminho são firmes, robustos e trabalhados a escopro e a cinzel por quem estes sabiam usar, oferecendo-nos segurança. O robusto cruzeiro, talhado numa só pedra, mostra-nos a palavra ‘MIS...TÉRIO’, nos seus braços e não nos

⁴⁰ “Castro Daire”, Ed. C.M. Castro Daire 1995, Alberto Correia e Outros, págs.303 e 304.

⁴¹ “Castro Daire”, Ed. C.M. Castro Daire 1995, Alberto Correia e Outros, págs.98 a 102; “Ester-Pegadas no Tempo”, Abílio Pereira de Carvalho, 2007, pág.28.

informa mais sobre o mesmo. A imagem de Santa Helena sente-se defendida. Os conjuntos tricurciados, de iguais dimensões explicam-nos um pouco o mistério.

A praça toda em granito, octogonal, tem os seus ângulos formados em pedras únicas. E dali, inteiros, comungamos com o mistério e com a sublime Natureza, sentindo a dignificação do Homem que em toda a nossa frente erigiu milhares de socalcos pedra a pedra para sustentação daquelas nesgas leiras de terra onde, por séculos e séculos, porfiou e suou para obter o pão para si e para os seus.

Descemos daquele altar, fizemos com as nossa mãos um ‘pucarinho’ e por ele saboreámos a água que ali se nos oferecia, fresca e pura, a rematar o momento que foi sublime.

No sentido de Castro Daire para Cinfães, poucos metros depois da Carvalhosa, do lado de cima da estrada, encontrar-se-á o visitante num dos miradouros, santuários, geossítios mais importantes de toda a Serra de Montemuro.

Núcleo 24.º Crasto de Cabril, Castro Daire. Patrimónios histórico, arqueológico e paisagístico

Ainda hoje existe o lugar do Castro ou Crasto. Há anos, puseram-se a descoberto duas casas do Crasto: casas redondas, de diâmetro pequeno e com paredes de xisto. A descoberto ficou um muro feito com pedra miúda unida por argamassa. O Crasto de Cabril terá sido habitado ininterruptamente desde a Idade do Ferro até à Época Moderna, sem solução de continuidade, estendendo-se no séc. XVIII para o local onde hoje é a povoação⁴².

Diz Alberto Correia, no seu já referido livro “*Castro Daire*”, ed. C. M.C.D., 1995, a págs., 107 que se encontra cerâmica manual e de roda a esmo por todo o monte.

⁴² É um dos poucos casos que conhecemos onde se manteve um povoamento de um Crasto. Aconselhamos a limpeza urgente de todo o mato que cobre o outeiro, para que os arqueólogos se debrucem sobre esta eventual riqueza que aguarda que dela se apropriem, a estudem e lhe dêem valimento.

Núcleo 25.º Aldeia das Levadas, Cabril, Castro Daire. Patrimónios paisagístico, etnográfico e histórico

Percorremos cerca de cinco quilómetros a partir da EN225, no Mosteiro, em Cabril e encontramos a Aldeia das Levadas. Parece ter sido projectada por arquitecto de grande sensibilidade. Constituída por dezenas de casas, em termos tradicionais, com predomínio do xisto e com os telhados em lousa que também é xisto, ponteadas de vez em quando por pedras de granito, é hoje uma aldeia misto de ridente e de fantasma.

Ninguém a habita desde há anos.⁴³

Núcleo 26.º Igreja Matriz de Cabril, Castro Daire. Patrimónios religioso, artístico e paisagístico

Paróquia muito antiga cuja origem remonta ao Mosteiro de Santa Maria de Baltar. No início do séc. XVI, foi anexada por D. Manuel I ao Mosteiro da Ermida de Santa Maria de Riba de Paiva. Situa-se no Largo da Povoação do Mosteiro de Cabril e nela lê-se “ VIII.D.IVNHO D. 1742”, data que rememorará a construção setecentista do edifício. A torre termina em coruchéu piramidal, entre pináculos ligados por balaustrada e situa-se do lado esquerdo. O retábulo da capela-mor é de estilo rococó e assenta num supedâneo de quatro degraus de granito. Dois pares de colunas compósitas ladeiam o camarim, onde um templete serve de remate ao trono. Rococó, belíssima, também é a talha do púlpito e a que recobre o arco-cruzeiro sobre os capitéis, tendo por motivo principal uma custódia dentro de um nicho curvado. Mais antiga é a talha dos retábulos laterais, do estilo ‘salomónico’ (sécs. XVII/XVIII).

⁴³ Mas mesmo assim há quem ali venha praticar ‘crimes’, tais como colocar um telhado de zinco, ver a casa cimeira com os telhados em ruína, implantar uma casa sem qualquer parentesco com as outras, de cor branca e telha marselhesa, a pretender realçar-se no meio das demais, edificar um execrando PT, também branco, no meio da restante negrura, tudo a justificar a urgente atenção da Autarquia para que aqui não aconteçam mais semelhanças com Meã, de que só resta a fotografia publicitária, com fins turísticos.

Será que daqui a pouco tempo vamos às Levadas e a vemos, como hoje acontece com Meã, que era uma aldeã, moça e desenxovalhada, cada vez mais louçã com a passagem dos séculos, a qual, agora, ‘maquilhada’ de há pouco, com muitos cremes e batons, nos aparece desfigurada?.

Não! Gostaremos sempre de a ver com as suas cores naturais, preservada.

O tecto é de berço e de pintura em perspectiva do séc. XVIII e exalta o Santíssimo Sacramento, destacando-se outras figuras, mormente a Senhora do Carmo, São João Baptista, São Lourenço, São Carlos Borromeo e Rei David. Na pia Baptismal desta Igreja que tem como Orago a N^a Sra. da Assunção,⁴⁴ terá sido baptizado há alguns séculos, João Rodrigues Cabrilho, descobridor e explorador das Costas da Califórnia, onde tem uma notável estátua, na Cidade de San Diego.⁴⁵

Núcleo 27.º Capela da Senhora do Monte e Pelourinho, Alvarenga, Arouca. Patrimónios paisagístico e religioso

Esta capela é de tempos muito antigos e veio a ser restaurada em 1694.

É dilatado e surpreendente o panorama que dali se desfruta. Alcandorada sobre a aldeia de Vila Galega, dali se vê quase toda a freguesia a servir-lhe de pedestal e, em dias límpidos, a extensão de montes e vales até à foz do Douro.⁴⁶

Vale a pena, mesmo que não seja em Setembro, mês da sua Festa (dia 8) subir a este alto de Alvarenga e abraçar toda a paisagem desta parte de Montemuro. No interior da capela duas imagens são muito veneráveis: a de Santa Bárbara e a de São Macário, ambas com a sua festa própria.⁴⁷

Pelourinho de Trancoso, Alvarenga

Data este monumento de 1590. O pelourinho era sempre um distintivo da Jurisdição de um concelho e da sua autonomia municipal. Geralmente, encostados à sua fria coluna, eram expostos os condenados, para serem sancionados com açoites ou vergastadas, pela afronta verbal da população presente, mesmo para a execução capital e outras.

⁴⁴ “Castro Daire”, Ed. C.M. Castro Daire, 1995, Alberto Correia e Outros, págs. 231 a 233.

⁴⁵ Montalegre, todavia, reivindica-o também como seu filho. Mas Cabrilho tem a ver com este Cabril... .

⁴⁶ “Alvarenga-Esboço de uma Monografia”, 1995, António Mendes, págs. 35 e 36.

⁴⁷ Procuramos os locais onde se encontrariam as cinco mamoas. Em vão, porém. Os eucaliptos fizeram com que desaparecessem.

Considerado Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. Nº 23122 de 11/10/1933, dele escreveu Artur Guimarães, ser em ‘estilo rupestre’, nada tendo de manuelino e dando a impressão que lhe falta o remate na cabeça.⁴⁸

Núcleo 28.º Carreira dos Moinhos, Alvarenga, Arouca. Patrimónios arqueológico – industrial e paisagístico

Constatamos a existência de dezassete moinhos nesta Carreira.

Trata-se de um sitio arqueológico-industrial que já teve grande relevância económica, porquanto, durante séculos, as principais culturas da região foram o milho, o centeio, o trigo e o feijão.

Quase todos os moinhos são comunitários pertencendo, por vezes, a dez e mais agricultores.⁴⁹

À excepção dos dois cimeiros situam-se os demais numa linha recta quase perfeita, tendo alguns a marca do sinal da cruz e outros símbolos e o fundeiro a data de 1860, o seguinte de 1858 e o sétimo a de 1787.

Predominantemente construídos em xisto, incluído a respectiva cobertura, dispõem alguns de empenas de granito e um deles inclui a casa do moleiro.⁵⁰

Foi recentemente elaborado um projecto pelo arquitecto Nuno Noronha que tem raízes em Alvarenga, com o fim de transformar e desenvolver a Carreira dos Moinhos e nesta se prosseguir um Centro de Cultura Etnográfico, de modo a receberem-se centenas ou milhares de turistas por ano.⁵¹

4.1.4. Itinerário III, a partir do Museu Maria da Fontinha (núcleo sede)

29.º Mosteiro da Ermida, (Templo das Siglas), Ermida, Castro Daire; **30.º** Museu Municipal, de Castro Daire; **31.º** Igreja Matriz de Castro Daire; **32.º** Alguns Solares de Castro Daire; **33.º** Canastos de Pendilhe, Vila Nova de Paiva; **34.º**

⁴⁸ “Alvarenga -Esboço de uma Monografia”, 1995, António Mendes, pág. 87

⁴⁹ Poderá e deverá este conjunto tornar-se num rico e enriquecedor centro de cultura, com assegurada rentabilidade, pelo que além de ter de se providenciar na sua protecção há que preservá-los e transformá-los num conjunto museológico que será vivo, dinâmico e rentável, dado o seu elevado valor cultural e etnográfico.

⁵⁰ Tomámos conhecimento que a Autarquia providenciou a elaboração de projectos para se prosseguir o desenvolvimento turístico deste núcleo.

⁵¹ “Alvarenga-Esboço de uma Monografia”, 1995, António Mendes, págs.119 a 124.

Orca (anta, dólmen), de Pendilhe, Vila Nova de Paiva; 35.º Igreja e Pelourinho de Pendilhe, Vila Nova de Paiva; 36.º Orca (anta, dólmen), do Picoto do Vasco, Pendilhe, Vila Nova de Paiva; 37.º Sarcófagos de Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Paiva; 38.º Igreja Matriz de Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Paiva; 39.º Pelourinho e Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Paiva; 40.º Arquitectura Civil e Igreja Matriz (Igreja-Museu), de Vila Nova de Paiva; 41.º Igreja Matriz e Pelourinho de Alhais, Vila Nova de Paiva; 42.º Orca (anta, dólmen), dos Juncais, Queiriga, Vila Nova de Paiva; 43.º Parque *Arbutus do Demo* e Orca da Corga dos Moços, Vila Nova de Paiva; 44.º Orca (anta, dólmen), das Castonairas e Pelourinho, em Fráguas, Vila Nova de Paiva; 45.º Saber – Fazer (olaria do barro negro), em Ribolhos, Castro Daire; 46.º Termas de Carvalhal, Castro Daire e Termas de São Pedro do Sul.

**Núcleo 29.º Mosteiro da Ermida, (Templo das Siglas), Ermida, Castro Daire.
Patrimónios religioso, artístico, histórico e paisagístico**

Muito se escreveu acerca da Ermida da Paiva. Aarão de Lacerda, Alexandre Alves, Gonçalves da Costa e mais recentemente Abílio Pereira de Carvalho de cuja obra (*Mosteiro da Ermida*, ed. do Autor, 2001) nos socorremos, oferecem-nos elementos bastantes para compreendermos os pormenores do tempo e a problemática da sua fundação, as influências dos Hospitalários e dos Templários quanto às suas origens, as siglas incrustadas em todas as suas pedras, a demais bibliografia a que se pode atender e às inumeráveis conjecturas que de tudo se pode fazer, tudo isto extravasando, porém, o exíguo espaço que nos é facultado para dele escrevermos de modo a satisfazer minimamente a curiosidade de quem o demanda. O monumento é de estilo românico nele figurando, porém, elementos característicos do gótico. As suas paredes espessas são acompanhadas de contrafortes prismáticos até à cornija. A sua abside é poligonal. Vemos um notável capitel, e dois ministras a tocarem a sua viola de arco. Num outro capitel, a fera engole um homem pelas pernas. No outro, observa-se um busto feminino de frente com umas mãos a apertar os seios flácidos contra o peito. Vêm-se figuras

humanas, bestas e carrancas. Noutro, dois homens medem forças em luta greco-latina. Proliferam os motivos.

O templo é escuro e frio. De uma só nave, coberta com uma abóbada de arco quebrado. Ali também se exibem capitéis com colunas cheias de motivos zoomórficos, vegetalistas e figurações humanas.

Os monges partiram. Mas o saber medieval, hermético, esotérico e simbólico, aí está, espalhado por todas estas siglas a desafiar os tempos e os homens.

Aqui e noutros templos, o paganismo, condenado pelo cristianismo, encontrou a forma secreta de se projectar no tempo, inscrito em pontes, em castelos e em templos, como bem refere Abílio de Carvalho.⁵²

Núcleo 30.º Museu Municipal de Castro Daire. Património etnográfico

O Museu em si apresenta-nos trabalhos dos Mestres Albino e José Maria, alfaias de uso quotidiano dos agricultores da Região, tais como carro de bois com sebe, arados, charrua; alfaias usadas no ciclo do linho, da lã, um tear manual, a miniatura de um pisão, um exemplar de coroa, outra de capucha e uma cópia não satisfatória da inscrição da Pedra de Moledo. Trata-se de um museu de pequeno acervo, mostrando alguma etnografia da Região, carecendo de uma mais vasta representação para melhor caracterizar a riqueza do Município neste campo.

Núcleo 31.º Igreja Matriz de Castro Daire e Pelourinho. Património religioso, artístico e histórico

Tem por Orago o Apóstolo São Pedro e remontará aos princípios da era cristã. Pinho Leal diz que *‘há em Portugal sés menos vastas’*. O majestoso edifício ocupa, com o adro e cemitério contíguo, uma extensa área do primitivo núcleo castrejo. A Igreja tem interiormente oito altares com outras tantas invocações, merecendo todas as imagens especial atenção. O tecto da capela-mor, de abóbada de berço, de madeira, é apainelado e dourado, repartido em quarenta e

⁵² “Mosteiro da Ermida”, Abílio Pereira de Carvalho, Ed. do autor, 2001, págs. 17 a 179; “Castro Daire”, Ed. C.M. Castro Daire, 1995, Abílio Pereira de Carvalho, págs. 250 a 258.

nove caixotões (7x7) ornados de folhagem de acanto. O retábulo, de talha dourada, de tipo nacional (sec. XVII / XVIII) é formado por dois pares de colunas pseudo - salomónicas, continuadas no remate em arcos concêntricos, fixos por seis peças radiantes, quatro das quais decoradas com meios corpos de Atlantes, em relevo. Tanto o sacrário como o alto trono de seis degraus são de época posterior, dos fins do barroco. São notáveis as seis telas de pintura maneirista, suspensas sobre o cadeiral dos beneficiados. Também notáveis são o tocheiro de talha salomónica, o círio pascal, as credências Joaninas, douradas e policromadas. Porém, o que mais impressiona é a imagem de Cristo crucificado. O retábulo do ‘Painel das Almas’ é o mais espectacular.⁵³

Pelourinho de Castro Daire. Património histórico - arqueológico

A escassos cem metros da Igreja Matriz encontramos este monumento que veio do cima de Vila em frente à Capela de São Sebastião. Assenta o mesmo em dois degraus circulares, com bordo boleado e saliente, a plataforma assemelha-se a um polímetro quadrangular. A base do fuste é de forma circular de dupla moldura. O capitel é jónico e nele assentaria a peça de remate. Em seu lugar encontra-se uma cruz que tardiamente ali foi colocada.

Classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec.º 23 122, de 11.10.1933.⁵⁴

Núcleo 32.º Alguns Solares de Castro Daire. Património histórico, artístico e arqueológico

Na Vila, apontamos o dos Aguilares situado na zona histórica mais antiga, o qual engloba uma rica capela com a imagem do “*Ecce hommo*” totalmente forrada com ricos azulejos azuis e brancos.

O Palácio das Carrancas é uma construção do Séc. XVIII a que se acede por uma escadaria de dois lances com balaústres.

A Casa da Cerca, edifício setecentista barroco, é de planta rectangular.

⁵³ “Castro Daire”, Ed.C.M.Castro Daire, 1995, Alberto Correia e Outros, págs.235 a 247.

⁵⁴ (Júlio Rocha e Sousa, s/data, in *Pelourinhos do Distrito de Viseu, ed.do autor,p.27*)

Este imóvel foi referido por Camilo Castelo Branco na sua obra ‘o Amor de Perdição’, aludindo a Baltazar Coutinho. No rés-do-chão, encontram-se instalados o Museu Municipal e uma agência bancária.

Existe também o Solar dos Mendonças, próximo da Câmara Municipal⁵⁵.

Núcleo 33.º Canastros de Pendilhe. Património arqueológico

Os Canastros geralmente compõem-se de quatro pilares, por vezes de seis e mais, consoante a riqueza e abundância do seu dono. Construídos quase todos em granito com as suas ‘paredes’ inclinadas para fora, assentando em bases intermédias também de granito que por sua vez assentam em pegões de pedra e ou alvenaria. Aos canastros estão associados os palheiros e a eira onde se malhava e secava o milho das espigas. É uma construção que enriquece a nossa paisagem existente em todas as aldeias do nosso território.

O nome de espigueiro que também se lhe atribui relaciona-se por serem úteis ao armazenar as espigas, trazendo-lhes arejamento e defesa perante os roedores. A sua construção vem de tempos ancestrais, utilizando-se primeiramente varas no sentido vertical e galhos flexíveis na horizontal tal como a técnica usada em cestaria e nas canastras.

Existem canastros com datas inscritas que remontam ao séc. XVIII.

Núcleo 34.º Orca, (anta, dólmen), de Pendilhe, Vila Nova de Paiva. Património arqueológico - histórico

As Orcas, também conhecidas como antas ou dólmens e até por arcas e por paulas, são monumentos megalíticos, túmulos colectivos e foram construídos desde o final do V milénio a. C. até ao fim do III milénio a. C. Na nossa região também são conhecidos como ‘casas dos mouros’, ‘pias ou fornos dos mouros.

No território existem cerca de duas centenas de monumentos megalíticos.

⁵⁵ Quem procurar este tipo de imóvel, encontrará além do degradado solar de Grijó, o dos Castros das treze arruelas em Reriz, vários em Mões, em Arouca, em São Pedro do Sul e em Vila Nova de Paiva.

A Orca de Pendilhe tem um corredor com cerca de cinco metros e meio de comprimento de que se conservam poucos esteios. A câmara funerária engloba nove esteios e porque foram pintados detectam-se insculpturas na laje (pedra de cobertura). A sua construção terá ocorrido no final do Neolítico, tendo sido reutilizado no Calcolítico final.

Núcleo 35.º Igreja e Pelourinho de Pendilhe. Património religioso, artístico e histórico-arqueológico

Pelourinho ou picota é uma coluna de pedra, geralmente de granito, existentes em lugares públicos, nomeadamente em frente às Câmaras, tendo no topo um capitel e onde os presos eram amarrados e açoitados ou mutilados, conforme o delito por si cometido, como já se disse em relação ao de Alvarenga. Segundo Teófilo de Braga e Alexandre Herculano, a sua origem remonta à '*columna Noémia romana*' que distinguia com certos privilégios as cidades e as 'villas' que os possuíam.

Na área do nosso Museu do Território existem os pelourinhos de Castro Daire, Alva, Mões, Campo Benfeito e Rossão; no de Vila Nova de Paiva, os de Alhais, de Vila Cova à Coelheira e o de Fráguas e em Arouca, o de Trancoso, em Alvarenga e o de Arouca junto ao Mosteiro e, além destes, o de Cabeçais e fragmentos do de Burgo.

Por vezes, eram construídos só para dar nota dos privilégios da vila.

A escassos cinquenta metros do pelourinho acabado de referir, situa-se a sumptuosa Igreja Matriz de Pendilhe de riquíssima talha dourada, de caixotões com pinturas de dezenas de retratos de Santos que reputamos de muito boa qualidade, assim como os vitrais que lhe foram introduzidos mais recentemente.

Núcleo 36.º Orca (anta, dólmen), do Picoto do Vasco, Pendilhe, Vila Nova de Paiva. Património arqueológico - histórico

Está implantado num ponto elevado do relevo, com uma visão panorâmica de muitos quilómetros, que atinge o Monte de São Macário, sempre azulado. É

um dólmen de vestíbulo, com o *tumulus* em pedra, ovalado, com átrio e extenso corredor intratumular. Alguns esteios da câmara encontram-se com pinturas e gravuras. Este monumento terá sido ritualmente encerrado, com a obstrução dos seus acessos, logo após ter sido construído, notando-se os efeitos de uma fogueira de grande amplitude e duração, a qual fazia parte desses rituais e que provocou a vitrificação das pedras que constituíam o *tumulus*, o que ainda podemos observar em torno dos esteios da mesma câmara.

Na Estrada Nacional 225 existe sinalética alusiva, exigindo, porém, um percurso a pé de mais cem metros.

Núcleo 37.º Sarcófagos de Vila Cova-à-Coelheira. Património arqueológico - histórico

Junto à Igreja Matriz encontram-se pelo menos seis sarcófagos talhados em blocos graníticos, alguns construídos com diversas lajes, os quais constituíam o cemitério medieval existente em torno da antiga Igreja. Conservam-se até aos nossos dias os sarcófagos monolíticos, um dos quais decorado com motivo cruciforme. Os especialistas datam-nos da Alta Idade Média (séculos X a XII).

Núcleo 38.º Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva. Patrimónios religioso e artístico

Também no interior desta igreja apreciamos toda a nave, o riquíssimo altar central e os laterais, bem assim, as pinturas em caixotões de muitos Santos a decorar o tecto e a solicitar meditação. Aí, sentimo-nos extasiados com tanta Arte e Beleza, merecendo todos os encómios já produzidos quanto a outras igrejas.

Núcleo 39.º Pelourinho e Sinagoga de Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva. Patrimónios histórico, arqueológico e religioso

O pelourinho de Vila Cova-à-Coelheira tem um capitel mais rico que o de Pendilhe, atrás referido.

À sua frente, na pracinha onde se situa, vemos um belo exemplar de *solar* de nobreza rural que mereceu a nossa atenção e a sua inclusão no nosso estudo.⁵⁶

Núcleo 40.º Arquitectura Civil e Igreja Matriz (Igreja-Museu), de Vila Nova de Paiva

Património religioso, histórico e artístico

Em Vila Nova de Paiva realçamos o moderno e amplo edifício que engloba o Auditório Carlos Paredes, as várias salas de exposições temporárias, o posto de turismo e o local onde será instalado o adiantadamente anunciado Museu de Arqueologia.⁵⁷ Não podemos deixar de referir, porém, uma das casas mais notórias desta Terra, a qual ligamos ao tipo de construção do ‘Brasileiro de Torna Viagem’, situada em frente ao edifício da Câmara Municipal.

É este belo exemplo que colhe ser considerado entre ‘os palácios, as casas apalaçadas e os palacetes’ que nasceram, dotadas de características arquitectónicas e decorativas especiais, no centro cívico das vilas entre 1860 e 1930.

A Igreja Matriz (Museu). Património religioso, histórico e artístico

Ergue-se este monumento a uma cota superior em relação à rua principal da vila e nele se integrou uma secção museológica com um importante espólio de arte sacra dos Séculos XI a XX. Dentro do edifício subsistem vestígios de um templo românico que existiu no local ou noutra e do qual se aproveitaram e aplicaram, entre outros, as colunas que sustentam o coro e a pia baptismal, embora singelos. Todavia, o interior da capela-mor impressiona-nos pelo esplendor da talha dourada, barroca, e na minúcia do trabalho do altar-mor e rebuscados tectos que a cobrem.

⁵⁶ Lamentamos, porém, o estado de deterioração a que o mesmo chegou. Quisemos conhecer o edifício da antiga Sinagoga de Vila Cova à Coelheira. Aqui, soubemos que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva já adquiriu o imóvel, bem assim os que na esquina e à sua frente se encontram, para deles se conseguir um monumento relevante desta terra.

⁵⁷ Ainda não instalado

Segundo Alberto Correia, “quarenta e nove quadros de rico trabalhado ilustram no tecto da capela-mor a árvore genealógica de Jesus segundo o Evangelho de São Mateus”.⁵⁸

Denominada muito acertadamente por Igreja-Museu, lemos que a sua construção datará dos Séculos XI e XII, a sua ampliação e revestimento em talha barroca, de 1700 a 1710, e o seu restauro e beneficiação, no ano de 2000.⁵⁹

No livrinho ‘Igreja Museu’ gentilmente oferecido pelo sapiente Padre Justino Lopes, lê-se: “Visitar e admirar esta Igreja - Museu é desenvolver o gosto artístico, treinando a capacidade em discernir o que é ou não é belo...”. O Reverendo Pároco e Arcipreste de Vila Nova de Paiva, P. José Justino, Lopes tem razão. Aquilino Ribeiro referiu-se-lhe como “*a sétima maravilha da (sua) Terra*”.⁶⁰

Núcleo 41.º Igreja Matriz e Pelourinho de Alhais, Vila Nova de Paiva. Patrimónios religioso, histórico e artístico

Sobre o povoado ergue-se a alta e sumptuosa torre da Igreja Matriz, imposta às ordens de um arquitecto francês de nome Granjou aquando das profundas reformas que o edifício sofreu nos primeiros anos do séc. XX . Do precioso recheio da Igreja salvou-se o altar da sacristia, que é pura Renascença e onde figurava Nossa Senhora da Corredoura, Orago da freguesia. No interior resta a talha renascentista no altar e o pé da pia onde foi baptizado Aquilino Ribeiro, para grande orgulho da terra.⁶¹

Pelourinho. Patrimónios histórico e arqueológico

O Pelourinho de Alhais é de feição rústica, faltando-lhe os degraus. Eleva-se a coluna sobre um enorme bloco de granito, no cimo do qual está implantado o fuste cilíndrico de face lisa, de dois metros de altura, cingido superiormente pelo

⁵⁸ Igreja Museu, de Padre Justino Lopes, Ed.da Paróquia,desdobrável, s/data.

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Idem

⁶¹ Assim se expressa um pequeno desdobrável que a ela alude, o qual nos foi oferecido.

capitel com dois filetes salientes, arredondando-se com um lintel plano. Singelas são as molduras onde assenta a peça prismática do capitel, de quatro faces, com oitenta centímetros. Remata em botão terminal. Data do Séc. XVI e foi classificado como I. I. P., pelo Dec. n.º 23 122, 11/10/1933.⁶²

Núcleo 42.º Orca (anta, dólmen), dos Juncais, freguesia de Queiriga, Vila Nova de Paiva

Patrimónios arqueológico e histórico

Estamos perante a mais imponente, preservada e documentada orca da região. Considerada Monumento Nacional, está implantada numa bacia depressionária próxima do Ribeiro do Rebentão, a 1,7 quilómetros da povoação.

É um dólmen de corredor, com cerca de sete metros e meio de comprimento e dispõe de uma câmara de planta poligonal com nove esteios.

O *tumulus* é de planta ovalada e está bem conservado, situando-se o átrio na sua entrada. A laje (placa) de cobertura é monumental e tem, na superfície exterior, gravações, em variados momentos históricos e com datas e símbolos religiosos que traduzem a importância do monumento como marco territorial ao longo dos tempos. Seis dos seus esteios da câmara ainda apresentam vestígios de pintura a ocre, de que se destaca uma cena de caça, no segundo esteio do lado Sul, e os motivos da laje de cabeceira (pele ‘esticada’, encimada por dois cervídeos e outros). No corredor, pelo menos aparentemente, só um dos esteios teria pinturas: dois antropomorfos à entrada, do lado Norte, encontrando-se o fragmento com essas configurações em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, segundo nos informaram (aguardemos que o ‘nosso’ Museu Arqueológico surja).

A sua construção é do Neolítico Final e foi reutilizado no Calcolítico Final e na Idade do Bronze.

Sinalizado na Estrada Nacional 309 que há acesso a veículos ligeiros.

⁶² Julio Rocha e Sousa, *Ibidem*, pág.90

Núcleo 43.º Parque Arbutus do Demo e Orca da Corga dos Moços, Vila Nova Paiva

Patrimónios paisagístico e histórico - arqueológico

a) Trata-se de um projecto em curso de reconversão do antigo viveiro da Junta Autónoma de Estradas, actualmente Estradas de Portugal, o qual foi desactivado na década de noventa, tendo desempenhado um papel relevante no fornecimento de espécies lenhosas para arborização dos eixos viários da região Centro. Tem uma área de cerca de oitenta mil metros quadrados.

O projecto paisagístico de requalificação não esqueceu a utilização daqueles espaços e raízes de contexto cultural onde se insere, integrando conceitos técnico-científicos, estéticos, de conservação e preservação do ambiente e culturais. Será igualmente um lugar privilegiado de experimentação para ensaio de novas variedades que se possam encontrar devidamente adaptadas naquelas condições edafo-climáticas e que possuam aptidão agrícola e comercial para poderem ser disseminadas pelos agricultores da região. O parque desempenhará um papel fundamental na conservação de espécies autóctones, que devem ser protegidas por terem áreas de distribuição geralmente muito restritas.

Os edifícios existentes no antigo viveiro (casa do viveiro, nitreira, casa dos cantoneiros e casa florestal), pela sua tipologia e disposição espacial, constituem no seu todo um conjunto de infra-estruturas que suportam as necessidades logísticas.

b) A escassos cento e cinquenta metros do parque *Arbutus do Demo*, numa área aplanada, no rebordo de um pequeno vale e próximo de uma linha de água com o seu nome, esta orca, mediana, com quinze metros de diâmetro, tem corredor curto ou vestíbulo. No terreno destaca-se o *tumulus* de planta semi circular, escondido pelas belíssimas urzes que o enfeitam. Na parte central tem três esteios de câmara, apresentando um deles três cavidades de origem natural na sua face externa.

O monumento é do Neolítico Final e não foi ainda cientificamente estudado.

Na Estrada Nacional 323, a cerca de cinquenta metros de distância existe a respectiva sinalética.

Núcleo 44.º Orca (anta) das Castonairas e Pisão em Fráguas, Vila Nova de Paiva
Patrimónios histórico e arqueológico - industrial

Estamos em frente da belíssima aldeia de Fráguas que parece sorrir para a Paiva que ali apresenta trechos de um encanto edílico, com paisagens que nos fazem sonhar.

A ponte que a atravessa merece que a olhemos. E logo nos aparecem sinais de um pisão e de um moinho que já tanto renderam, ao longo de séculos, a todas as gentes da aldeia. O pisão pode ver-se na sua total composição, embora sem ser utilizado.

A um quilómetro e meio da Estrada, encontramos a orca implantada numa plataforma baixa, na margem esquerda da Paiva e com visibilidade localizada.

Trata-se de um dólmen de corredor, com uma câmara poligonal de nove esteios em que a laje de cabeceira seria ladeada por dois esteios em forma de pilar. O corredor tem cerca de cinco metros e meio de comprimento. O *tumulus* em terra e de planta ovalada encontra-se superficialmente com pedras. Tem um átrio de acesso e o seu corredor é intratumular, prolongando para Nascente o corredor ortostático.

É do Neolítico Final e foi reutilizado sucessivamente no Calcolítico e na Idade do Bronze.

Pelourinho: Patrimónios histórico e arqueológico

Data do Séc. XVI, assenta sobre três degraus e atinge cerca de três metros de altura. A coluna tem forma octogonal e as faces lisas. Sobre ela assenta um remate de secção quadrada, o qual se estreita uma parte inferior como tronco de pirâmide. Na cave atalhada da superfície central do remate estão esculpidas nas suas quatro faces, carões de grossa moldagem. Por cima de cada quina sobe uma peça em cubo forma de coluneto, de faces planas e lisas. Ao centro, por fecho, assenta uma bola.

Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 123122, de 11 do 10 1933⁶³.

⁶³ (Júlio Rocha de Sousa, in Pelourinhos do Distrito de Viseu, Ed. do autor, pág 91)
Universidade de Évora
Departamento de História – Museologia

Núcleo 45.º Saber - Fazer (Olaria do Barro Negro), em Ribolhos, Castro Daire. Património artístico e etnográfico

Fontes orais dizem-nos que os primeiros oleiros, oriundos de Fazamões do concelho de Resende, vieram para o nosso território, fixando-se em Ribolhos, pelo dealbar do Século XX. Dentre os mais conhecidos, os mestres Albino Ribeiro e José Maria Rodrigues, já falecidos, encontram-se representados nos Museus Maria da Fontinha e Municipal de Castro Daire. Senhores das técnicas, cuidando de procurar os melhores ‘barreiros’, passando o barro pelo ‘crivo’, esmagando-o no ‘pio’, fazendo o ‘pelão’ sentado na ‘tripeça’, movimentando a ‘roda’ com o ‘augueiro’ ao lado, depressa fazem nascer da bola de barro uma caçoila, um púcaro, uma talha ou um alguidar para vender na Feira do ‘Castro’. Hábeis a manipular o ‘fanadoiro’, a ‘scanabita’, o ‘esquinote’ e o ‘furador’, criam centenas e milhares de peças tão prestáveis às nossas gentes. Enxugadas depois, cuidadosamente empilhadas e abafadas e cozidas na ‘soenga’ – espécie de forno ‘neolítico’ –, as peças adquirem a cor ‘preta’, devido ao abafamento e à absorção do fumo a que são submetidas durante a cozedura.

Porém, com a morte dos dois Mestres, as ‘torres’, os ‘pastores’, os ‘músicos’, os ‘caçadores’, os ‘lavradores’, os ‘monstros’ e as ‘capelas’ que chegaram a ser considerados ‘obras de arte’, deixaram de nascer. E Ribolhos, conseqüentemente, empobreceu. Mas nasce agora uma nova aurora! Actualmente, uma nova geração de oleiros criativos e determinados aflora na aldeia de Ribolhos, buscando novas direcções, novos estilos e novos padrões estéticos, dando-nos, sempre, uma imagem – que está imanente – dos Mestres Albino e José Maria que plantaram a árvore da olaria que afinal continua a florescer e a frutificar nesta nossa Terra.

Os barros negros de Ribolhos readquirem o seu prestígio que garantirão o lugar privilegiado na promoção turística e cultural do nosso Território.

Jorge Ferreira e Adérito Marcelino são os homens que nos garantem a continuidade de continuarem a ser criados animais, utensílios e fantasias através dos seus simbólicos gestos de oleiro. Jorge Ferreira, nasceu a 26 de Junho de 1966, em Ribolhos. Por via materna, é familiar do carismático Mestre Albino,

nascido a 19 de Janeiro de 1890 e falecido a 14 de Dezembro de 1985. Jorge Ferreira foi comerciante e emigrante. Obtida a necessária instrução, é ele hoje um competente Professor de Educação Física e Tecnológica. Sempre amou a pintura e a olaria. Por paixão, modela o barro por processos tradicionais, desde a extracção da argila aos métodos de cozedura. Adérito Marcelino foi dotado aluno na sua juventude, esmoreceu e reagiu, reaparecendo agora, nesta faceta de oleiro, surpreendendo-nos com as suas criações. São figuras de santos, de animais, “últimas ceias”, presépios, todos caracterizados por uma criatividade invulgar que nos oferece garantia e certeza de que esta Terra é efectivamente um alfofre de artistas, de oleiros dotados de sensibilidade e técnica que, por vezes sem se detectarem os caminhos trilhados para se chegar aqui, herdaram dos de antanho o ‘engenho e a arte’ que brilho deu – e continuará a dar – a esta vetusta e singular Ribolhos.⁶⁴

Núcleo 46.º Termas de Carvalhal, Castro Daire e Termas de São Pedro do Sul. Saúde e lazer

São por demais conhecidas as virtudes quer de uma quer de outra das Estações Termas em apreço. As de São Pedro do Sul são reconhecidas desde há muitos e muitos séculos. Fizeram delas uso os Romanos, certamente antes deles os nossos ancestrais Lusitanos. Nelas se vinha curar das mazelas sofridas nas batalhas que empreendia, o nosso Primeiro Rei, quando nascia Portugal.

Por sua vez, as Termas do Carvalhal são exploradas desde há menos tempo, embora desde há decénios a sua fama vá sendo acrescentada, localizando-se perto da Paiva e integrando a Rede Natura 2000.

A A24 dá-lhe bons acessos, em todas as direcções. As suas águas são recomendadas pela sua composição e características para muitos males.

Ambas as Termas dispõem de parque de campismo, hotelaria e restauração, juntos aos aglomerados populacionais.

É manifesta a atenção que têm merecido, desde há anos, por parte das respectivas Autarquias.

⁶⁴ Este saber-fazer tem de aproveitar-se. Tem de manter-se. Tem de ampliar-se e, principalmente, tem de divulgar-se.

Situam-se as de Carvalhal, a seis quilómetros de Castro Daire, doze, do Museu Maria da Fontinha, dezasseis de São Macário, cerca de vinte de Viseu, cerca de quinze das Portas de Montemuro e cerca de trinta de Lamego. As de São Pedro do Sul distam cerca de quinze quilómetros de Viseu e da A24 e sete da A25.⁶⁵

Identificámos quarenta e seis núcleos museológicos. Quanto ao **património gastronómico**, onde incluímos a restauração e a hotelaria do território, atribuímos o número 47.º, o qual ainda referenciado será no **Apêndice XII do Anexo**. No entanto, vejamos a matéria das págs. 45 e seguintes, supra. Quanto ao núcleo número 48.º, referenciámos o **património paisagístico** de que damos mais exemplos no **Apêndice IX**, do Anexo com fotografias da Região. Toda a Região abrangida pelo Museu do Território dispõe de um riquíssimo património paisagístico e notáveis exemplares, dignos, só por si, de serem conhecidos pelos amantes da Natureza.

Sejam Serras, como a Freita, a Gralheira, a Arada, a São Macário, a Montemuro, a Nave; os rios e seus pequenos afluentes de que se realça a pura e cristalina Paiva; as figuras antropomórficas e zoomórficas que a Natureza, por meros caprichos, muitas vezes nos apresenta; ainda pelo trabalho dos humanos que um sobre o outro edificaram milhares de socalcos para sustentação das estreitas nesgas de terra onde fabricavam o pão; os muros, pedra sobre pedra, as choupanas dos pastores disseminadas pelos montes ou ainda os extensos tapetes de amarelos, dourados e matizados que nos são oferecidos, depois de ‘tecidos’ com flores de carqueja, de giesta, de tojo; os enfeites ricos que pela mesma Mãe Natureza nos são oferecidos depois de compostos pelos magentas, brancos e lilases, das urzes e da queiró, tudo, tudo, nos incita a escrever: *“um minuto aqui vivido, sentindo o que se sente, é uma eternidade de prazer”*

Quanto ao **património musical** que identificámos como núcleo museológico de número 49.º e referimos, supra, a páginas 42 e seguintes, será melhor completado no Apêndice XIV, do Anexo.

⁶⁵ *Em todos os sentidos dos vários itinerários, encontraremos sempre paisagens ímpares, miradouros imponentes, ermidas que nos chamam a atenção e surpresas várias que nos ficarão gravadas, as quais só por limitação de espaço não são aqui descritas.*

Quanto ao núcleo número 50.º, completamo-lo no **Apêndice VII, do Anexo**, ao qual também já aludimos, com algumas **lendas e narrativas**, dentre as que se contavam aos serões, nas noites frias de Inverno.

Síntese Final

O subjectivismo está sempre em qualquer escolha, existindo sempre outros pólos (núcleos), bem como outros métodos possíveis de serem adoptados. A investigação é sempre uma acção para tornar evidente e valorizada a obra, o monumento, o documento que temos presente. Através daquela investigação acreditamos que um novo interesse renasça e cresça em relação à recuperação e gestão de todo e qualquer património tangível ou intangível. Dadas as profundas mudanças havidas nos Séculos XIX e XX, pelo advento da Revolução Industrial e do mais forte posicionamento da burguesia, notou-se uma aderência às novas técnicas, um aproveitamento da produção maciça e um acreditar nas constantes descobertas científicas, sempre procurando a imitação quanto ao estilo de vida das aristocracias passadas, reflectindo-se em questões de gosto a nostalgia dos tempos antigos. Não se criaram novos valores estéticos, uma arte nova que fosse resultado de uma diferente dinâmica vivencial; o progresso técnico não foi acompanhado por uma reflexão estética. Todavia, essas novas indústrias e serviços acentuaram a preocupação da divulgação do saber e da criação de outras tipologias espaciais, servidas embora por uma estética baseada em perspectivas de vida conservadora. O caminho que seguimos perspectiva outros, alternativos e/ou complementares, passíveis de constituir uma mais verdadeira e mais completa carta orientadora com novas estratégias, planificações e enfoques temáticos, passíveis de abordar. Procuramos compreender a memória colectiva e social que conserva e transforma, bem assim as antigas formas de movimento expressivo nas obras que acompanhámos.

Só sabemos daquilo que nos foi deixado carecendo de saber para além daquelas informações. Daí, o nosso discurso ser transitório, de incertezas, de aproximação à verdade, porque o saber de hoje é meramente provisório.

A relação entre nós e o trabalho que propomos tem a ver com o paradigma da indeterminação: o nosso olhar da vida não é sempre o mesmo, a nossa própria

evolução determina-nos mudanças de percepção e análise. A aprendizagem é sempre uma construção pessoal e, certamente, sempre que reiniciássemos pesquisas, certamente modificaríamos alguns componentes, porquanto estaríamos mais diligentes, mais ou menos críticos e mais ou menos argutos.

A criação de uma rota ou várias que englobe a totalidade dos pólos (núcleos) ou sugira itinerários temáticos, tem sempre como objectivo principal a integração da obra pedagógica, humana, arqueológica, geológica e outras tantas quantas as tipologias do património que existem no Território do Vale da Paiva e Serras. A grande intenção do presente projecto tem em vista a passagem de um testemunho, agora *do presente para o futuro*, para que as memórias históricas não se percam. Pelo trabalho já conseguido e pelo caminho já percorrido, em colaboração, na salvaguarda de tanto património, para nós já valeu a pena termos pensado e redigido a presente dissertação.

Se a preservação do património é uma empresa urgente e de preocupação constante, a sua difusão e consciencialização comunitária alcançam neste momento presente uma maior atenção por parte de todos. *Marc Maure*⁶⁶ entende uma nova visão de ver o Museu, como um Território com uma estrutura descentralizada, um património, material e imaterial, natural e cultural, uma comunidade, entendendo-se esta aqui como um sistema aberto e interactivo em diálogo entre sujeitos que constituem este novo paradigma de Museu.⁶⁷ Mas o seu sucesso e a sua sobrevivência dependem do facto de não se dever limitar a tratar unicamente de alguns aspectos⁶⁸ da sua comunidade respectiva, mas tem de se integrar completamente nela, gerindo, investigando e defendendo as suas próprias colecções e exercendo uma intensa actividade educativa sobre a comunidade⁶⁹. A função deste Museu é o de actuar como um instrumento de compreensão intercultural e a existir, será para benefício de todos e em especial pela preservação de uma memória colectiva.

Este Museu resultará de forma rentável se houver uma atenção racional em relação às necessidades da comunidade, critérios adequados à aquisição de bens

⁶⁶ Maure, Marc, "La nouvelle museologie-q'est-ce-quec'est?" in *ICOFOM Symposium Museum and Community, op.cit., p. 73*

⁶⁷ Rivière, *op. cit.*, p.73

⁶⁸ Fernández, Luís Alonso, *Museologia y Museografía*, Ed. Der Serbal, 2001, p. 102

⁶⁹ Rivière, *op. cit.*, p.104, 105

comunitários, selecção e formação específica de todos os profissionais envolvidos, actuação responsável no meio, um escrupuloso desenho da tipologia das colecções, uma sensibilidade face aos interesses do público, serviços personalizados.⁷⁰ Cada vez mais se assiste a uma ampliação conceptual da ideia do objecto artístico e histórico a ser valorizado como um reflexo de uma cultura e de uma sociedade. Como tal, o conceito de património estende-se para além daquilo que é puramente material e que tem caracterizado a política das aquisições dos museus.⁷¹

Os objectos museológicos, para além de se constituírem como elementos de preservação da memória colectiva de uma comunidade, são também elementos de reconstrução de identidades. E os Museus, enquanto espaços vivos, espaços de interpretação do real, do objecto e das memórias, espaços do eu e do outro, são, por conseguinte, lugares privilegiados e evocativos da diversidade cultural humana, tão defendida em documentos como a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, pela UNESCO, ou do próprio Dec.-Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, apenas para citar dois casos. Nos quatros concelhos tem-se vindo a implementar alguns projectos isolados de valorização e promoção patrimonial. Mas falar de protecção e salvaguarda do património *per si*, sem consequência, ou como um fim em si mesma, torna-se pouco.

Reconhecendo-se que os Museus são, por excelência, espaços pedagógicos, espaços de formação e consolidação de identidades, este projecto de Museu do Território, assumirá a forma de um plano de intervenção e acção cultural ao nível de todo o Território, por forma a reforçar o associativismo, as artes e ofícios tradicionais, a gastronomia local, a arquitectura tradicional e, acima de tudo, a identidade e a auto-estima das populações locais. Propõe-se ser um foco dinamizador e difusor de cultura e desenvolvimento.

Os Museus serão o abrigo, o garante para a preservação de traços culturais históricos, muitas vezes não reproduzíveis, do património intangível especialmente frágil, e do tangível que resulta de décadas de especialização e de

⁷⁰ Oliveira, Ernesto Veiga, *Apointamentos sobre a Museologia, Museos Etnológicos, JIU/CEAC, Lisb., 1971, p. 16*

⁷¹ Hernández, Francisca, Hernández, *op. cit.*, p. 76.

identidades ameaçadas pela uniformização de uma era global que fomenta a progressiva perda de identidades.

Assim, pelo presente estudo, foi demonstrado que através da implementação de uma rede de Museus nos Concelhos deste Território, irá haver lugar ao reforço da auto-estima e identidades locais que ao longo de sucessivas décadas, e devido às características locais específicas, se foram desvanecendo. Para além de se apresentar como um meio de reflexão e discussão sobre a sua realidade e potencial local, proporcionando uma forma de desenvolvimento social, funcionará como fomento e implementação do turismo (sustentável) no respectivo município, como mais-valia para o desenvolvimento do potencial destes concelhos, fortalecendo e diversificando a economia local.

Interessa promover o desenvolvimento sustentável dos concelhos, a manutenção e afirmação das identidades sócio - económicas dos povos, a atracção de receitas e investimentos, tirando proveito do potencial turístico que estes concelhos detêm. Os objectivos de desenvolvimento estratégico para concretizar este ideal de desenvolvimento local ao nível do reforço da identidade sócio – cultural, através da museologia, são: criar e pôr em funcionamento a rede museológica deste Território, aumentar a oferta de animação cultural e desportiva, criar eventos e dinamizar os espaços (incentivando a acção da própria população) através da rede de museus; promover o destino nas regiões e restante país incitando o turismo interno; criar e divulgar a marca cultural associada a um “slogan”; apoiar a produção de produtos artesanais e gastronómicos tradicionais; criar novos produtos e rotas turísticas e culturais, aumentando a oferta; dinamizando e divulgando (mais) a praia fluvial, os seus equipamentos, o património natural a nível nacional e desenvolvendo actividades de educação patrimonial a partir dos núcleos constitutivos do museu.

Ao nível do objectivo de fortalecimento e diversificação económica dos referidos concelhos, propõe-se: apoiar a criação de unidades de alojamento TER e de Turismo de Natureza em vários pontos dos concelhos; criar e promover vários pacotes e produtos turísticos, bem como a prestação de serviços diversos nas várias unidades museológicas; estruturar campanhas de promoção da rede museológica e de marketing; interligar a oferta turística existente e os serviços museológicos; implantação de sinalética patrimonial e turística dos concelhos em

toda a área das Beiras e dentro dos concelhos; apostar na produção de artigos regionais, como o artesanato e artigos gastronómicos locais; redireccionar mercados turísticos para Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva como aqueles que se dirigem a outros concelhos, bem como facilitar e incentivar investimentos de parceria público-privada.

Estes dois grandes conjuntos de objectivos constituirão uma forma de concretizar o desenvolvimento sustentável destes Municípios.

Através da Museologia, o aumento e fomento do mercado turístico nestes Municípios irá reforçar a competitividade económica concelhia, potenciando o desenvolvimento de serviços prestados, mas também melhorando a qualidade de vida da população através das receitas angariadas, sem nunca esquecer todo um serviço social que proporcionará às suas populações.

Estes concelhos devem constituir-se como um destino detentor de uma imagem identitária forte e apelativa. Deverão ser vistos como um destino ao mesmo tempo rural, natural, serrano e ribeirinho, localizados entre a serra e o rio, cujos produtos são marcados pela qualidade na prestação de serviços ao visitante, na autenticidade e na diversificação da oferta. O objectivo é proporcionar experiências turísticas e culturais integradas, com base no património, organizar actividades culturais e turísticas complementares, receber fluxos de visitantes constantes e dirigir várias iniciativas para a protecção e educação ambiental e social, tanto interna como externamente. Deste modo, dinamizar-se-ia o espaço territorial, tendo sempre como pano de fundo a sustentabilidade das actividades turísticas no meio em que se inserem, bem como a promoção e desenvolvimento das comunidades locais e respectivas identidades.

Se a museologia pretende a salvaguarda e a valorização patrimonial, pode dizer-se que o turismo é um factor de suporte à museologia como veículo de manutenção das actividades tradicionais que se poderão perder, como é o caso das actividades agrícolas, do artesanato, dos géneros alimentícios produzidos “in loco”, dos rituais de animação social ou religiosa. Este terá um impacto directo sobre as populações locais pois, para além de gerar rendimentos e empregos, evitará a desertificação rural e atrairá investimentos.

Bibliografia:

- AFONSO, Simonetta Luz, 1996, *Património Cultural – reflexões sobre a sua prática*, in *Direito do Património Cultural*, Instituto Nacional de Administração;
- AMADO, Miguel Pires., 2005, *Planeamento Urbano Sustentável*, Caleidoscópio;
- ALMEIDA, Adelaide (Coordenadora), 2005, *Árvores e Arbustos Medicinais e Aromáticos do Sudoeste Europeu*, Ed., BeirAmbiente – Centro Profissional de Desenvolvimento Sustentável e eco-Turismo;
- ASSUNÇÃO, C. Torre e TEIXEIRA Carlos, 2003, *A Pedra Parideira Um importante fenómeno de granitização na serra da Freita*, Ed., Associação da Defesa do Património Arouquense e Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa;
- AZEVEDO, J. Correia de, 1967, *Terras com Foral ou Pelourinho das Províncias do Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro e Beiras*;
- BELEM, Margarida, 2007, O contributo do Geoparque para o turismo da região (Geoparque de Arouca);
- BOTELHO, Abel, *Mulheres da Beira*,
- BRIGOLA, João Carlos Pires, Maio 2003, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- CAFÉ, Daniel Calado, 2007, *Património identidade e memória*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
- MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO, 2001, Caleidoscópio;
- CANHA, Alexandre, 1999, *CANEDOTES (VILA NOVA DE PAIVA), POVOADO DO BRONZE FINAL - Notícia Preliminar das Escavações do Sector II*, Ed. Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta;
- CARVALHO, Abílio Pereira, 1995, *CASTRO DAIRE Indústria, Técnica e Cultura*, Ed., Câmara Municipal de Castro Daire;
- CARVALHO, Abílio Pereira, 1993, *CUJÓ - Uma Terra de Riba – Paiva*, Ed. Junta de Freguesia de Cujó;
- CARVALHO, Abílio Pereira, 2007, *ESTER – PEGADAS NO TEMPO*, Ed. do Autor;

- CARVALHO, Abílio Pereira, 2004, *LENDAS DE CÁ COISAS DO ALÉM*, Ed., do autor;
- CARVALHO, Abílio Pereira, 2001, *MOSTEIRO DA ERMIDA*, Ed., do autor;
- CARVALHO, Abílio Pereira, 2003, *São Macário e A Bruxa Voadora*, Ed., do autor;
- CASAL, Adolfo Yánes, s/data, “Património e Modernidade” in *Actas do IV Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, p. 58;
- CASTRO, Ana S., SILVA, António J.M., SEBASTIAN, Luís C, GINJA, Mónica, DIAS, Vítor, FIGUEIREDO, Fernando P., CATARINO, Lídia e ARGANT, Jacqueline, 1999, *TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA REALIZADOS NO MONUMENTO 1 DA “LAMEIRA TRAVESSA” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu)*, ed., Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta;
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, 1899, *História de Portugal*, 3ª edição, Lisboa;
- CHAGAS, Mário, 2006/2007, Material didáctico *In Seminário de Mestrado em Museologia*. Lisboa: ULHT;
- CHAVES, Luís, 1930, *Os Pelourinhos Portugueses*, V.N. de Gaia;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989, *AROUCA, Uma Terra, Um Mosteiro, Uma Santa*, Ed.;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1988, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Ed. C. M. de Arouca;
- CORREIA, Alberto, 1987, *CASTRO DAIRE -Roteiro Turístico*, Ed., Câmara Municipal de Castro Daire;
- CORREIA, Alberto, ALVES, Alexandre e VAZ, João Inês, 1995, *CASTRO DAIRE*, Ed., Câmara Municipal de Castro Daire;
- CRUZ, Domingos J., 1993, *A ORCA DOS JUNCAIS (Queiriga, Vila Nova de Paiva, Viseu)*, Ed., Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;
- CRUZ, Domingos J. (Coordenador), 2000, *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Paiva*, Ed., Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;
- CRUZ, Domingos J, CANHA, Alexandre J, LOUREIRO, Sílvia, VALINHO, Alexandre e VIEIRA, Marina A., 2000, *A OCUPAÇÃO HUMANA DO ALTO PAIVA desde a Pré-história à Alta Idade Média*, ed., Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;

- CRUZ, Domingos J., VILAÇA, Raquel, SANTOS, André Tomás e MARQUES, João Nuno, 2001, *O GRUPO DE TUMULI DO POUSADÃO (VILA NOVA DE PAIVA, VISEU)*, ed., Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;
- DORFLES, Gillo, *A Arquitectura Moderna*, Co. Arte & Comunicação, nº 30, Lisboa, ed. 70, 1986;
- FERNANDES, António Teixeira, Dezembro 2002, *Memória e Identidade em Comunidade Autárquica - Arouca na Encruzilhada do Passado e do Futuro*, ed. Câmara Municipal de Arouca;
- FERNÁNDEZ, Luís Alonso, 2001, *Museologia Y Museografia*, ed. Der Serbal, p. 40, 102, 277, 282;
- FERREIRA, Adérito Pereira, Novembro de 1998, *A Descoberta do Rio Paiva*, Ed., do autor;
- FERREIRA, Adérito Pereira, Março 2002, *TERMAS DO CARVALHAL*, Ed., do autor;
- FERREIRA, António de Brum, 1978, *PLANALTOS E MONTANHAS DO NORTE DA BEIRA - Estudo de Geomorfologia*, Ed. Centro de Estudos Geográficos;
- FRADE, Helena e MOREIRA, José Beleza, 1993, *A Arquitectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul*, Ed. Câmara Municipal S. Pedro Sul;
- FRANÇA, José Augusto, 1987, *História da Arte Ocidental, 1780 a 1980*, Lisboa Livros Horizonte;
- GAMA, C. Manuel Fonseca (Minimus), Março 2004, *TERRAS DO ALTO PAIVA, - Memória histórico-geográfica e etnográfica do concelho de Vila Nova de Paiva* Ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva;
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1921, *ANTIGUIDADES PRÉ-HISTÓRICAS DE LAFÕES*, ed., Coimbra Imprensa da Universidade;
- GIRÃO, Dr. A. de Amorim, 1925, *ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL (Beira Alta)*, Ed. Universidade de Coimbra;
- GOB, André, e DROUGUET, Noémie, 2008, *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*, 2.^a edição. Paris: Armand Colin;
- GONÇALVES, Rui Mário, 1998, *A Arte Portuguesa do século XX*, Lisboa: Temas e Debates;
- GOUVEIA, Adelino, 1989, *AROUCA A Terra E As Gentes*, ed., Cooperativa Agrícola de Arouca;

- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández, 2001, *Manual de Museologia*, Madrid, Ed. Síntesis, p.75/76, 104, 177;
- HUDSON, Kenneth, 1983, *European Museum of the Year Award*;
- LEON, Aurora, 1978, *El Museo, Teoria, Praxis Y Utopia*, ed. Cátedra, p. 77, 78,88;
- LOPES, José Justino, 2000, *IGREJA MUSEU Vila Nova de Paiva*, Ed. Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva;
- MADUREIRA, António Dias, Outubro 2004, *O Homem e o Espaço no Foral de Alvarenga*, Ed. Associação da Defesa do Património Arouquense;
- MAGALHÃES, Miguel Tito Sanches, 2006, *A RAÇA BOVINA AROUQUESA*, Ed. Confraria Gastronómica da Raça Arouquesa;
- MAYRAND, Pierre, 2006/2007, Material didáctico *In Seminário do Mestrado em Museologia*, Lisboa: ULHT;
- MAURE, Marc, 1996, *La nouvelle museologie-qu'est-ce-que'est ? in ICOFOM Symposium Museum and Community II*, pag. 130;
- MENDES, António, 1995, *ALVARENGA Esboço de uma Monografia*, ed., do autor;
- MILLER, Olindina Quaresma Pereira, 2007, *A GEOLOGIA DA REGIÃO DE AROUCA E PAIVA*, ed., Associação da Defesa do Património Arouquense;
- MOTA, Maria João, 1994, *Roteiro de Museus*;
- MOURA, Armando Reis, no dia 12.12.1987, *Património Natural e Cultural da Serra da Freita*, Palestra proferida na sede da Associação para a Defesa da Cultura Arouquense;
- MOURA, Armando Reis, Dezembro 2001, *Serra da Freita*, Ed., Associação de Defesa do Património Arouquense e Universidade de Aveiro, Dezembro;
- NABAIS, António, Maio/Junho, 1993, “Nova Museologia, Novas Práticas” *in Vértice*;
- NABAIS, António, Outubro de 2003, “Programação Museológica e Museográfica” *in Lugar em Aberto, Revista da Apom*, nº 1, I Série;
- NOITES, Angelina M. Soares e RODRIGUES, Fernando Matos (coordenadores), 1988, *Nossa Senhora na Devoção do Povo de Arouca*, ed. Real Irmandade Rainha Santa Mafalda de Arouca, C.M. de Arouca;

- ODUM, Eugene P., 2001, *Fundamentos de Ecologia*, 6ª Edição, Fundação Calouste Glubenkian;
- OLIVEIRA, Américo e SILVA, Filomeno, 2000, *MONTEMURO – A ÚLTIMA ROTA DA TRANSUMÂNCIA*, Ed. Associação da Defesa do Património Arouquense;
- OLIVEIRA, Américo, GOMES, Carlos Aguiar, SILVA, Filomeno, PAIVA, Jorge, SILVEIRA, Paulo, 1999, *RIO PAIVA*, Ed., Águas do Douro e Paiva, S. A., Associação da Defesa do Património Arouquense e Campo das Letras – Editores, S. A.;
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga, 1971, *Apontamentos sobre a Museologia*, *Museus Etnológicos*, JIU/CEAC, Lis.;
- OLIVEIRA, Maria Genoveva Moreira, 2005, *Rota de Arquitectura Korrodi*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- PEDRO, Ivone, VAZ, João L. Inês e ADOLFO, Jorge, 1994, *ROTEIRO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DE TURISMO DÃO LAFÕES*, ed., Viseu;
- PEREIRA, Nelson Rodrigues, Julho 2001, *Montemuro de Pena em Pena*, Edição do Autor;
- PEREIRA, Nelson Rodrigues, Junho 2001, *Um Xis de Montemuro*, Edição do Autor;
- PEREIRA, Rosa Margarida Correia, 2005, *Conhecer o Património de São Pedro do Sul e Várzea*, ed. Câmara Municipal de São Pedro do Sul;
- PIGNATELLI, Inácio Nuno, Dezembro 1998, *O Paiva, ou a Paiva... como também lhe chamam*, Ed. Afrontamento, Lda.;
- RAPOSO, Luís, 2006/2007, Material didáctico *In Seminário de Mestrado em Museologia*. Lisboa: ULHT;
- RICO, Juan Carlos, 1994, *Museos, arquitectura e arte, los espacios expositivos*, Ed. Sílex, p.333, 336, 342;
- RIVIÈRE, Georges Henri, 1989, *La Muséologie*, Dunod;
- ROCHA, Daniela e MONTEIRO, Cláudia (Coordenadores), 2007, *Geoparque Arouca - um projecto para o desenvolvimento da região*, ed., Município de Arouca;
- Roteiro de Museus, III Volume.(1999). Lisboa: Olhapim Edições, p. 95

- ROTEIRO, Turístico, 1994, *TERRA DE SANTA MARIA*, Associação de Municípios das Terras de Santa Maria;
- SÁ, Artur Abreu e GUTIÉRREZ Juan Carlos-Marco (Coordenadores), 2006, *Trilobites gigantes das ardósias de Canelas (Arouca)*, ed., Ardósias Valério & Figueiredo, Lda.;
- SÁ, Artur Abreu, VALÉRIO, Manuel e ROCHA, Daniela, s/data, *Rota do Paleozóico*;
- SÁEZ, J.A. López, GARCIA, P. López CRUZ, D. J. e CANHA, A. J., 2000, *PALEOVEGETAÇÃO E IMPACTO HUMANO DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NA REGIÃO DO ALTO PAIVA: Palinologia do Povoado do Bronze Final de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu)*, Ed., Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta;
- SALES, Fátima, 2008, *A Transformação da natureza na arte*, in *Arte e Paisagens*, Lisboa, Estudos de Arte Contemporânea;
- SANTOS, Maria Célia, 2006/2007, Material didático *In Seminário de Mestrado em Museologia*. Lisboa: ULHT;
- SARDINHA, José Alberto, 2002, *BRAGA NA TRADIÇÃO MUSICAL, A RUSGA DE S. VICENTE*, Ed. Tradisom, Editora Discográfica, Lda.;
- SARDINHA, José Alberto, 2005, *TUNAS DO MARÃO*, Ed., Tradisom, Editora Discográfica, Lda.;
- SILVA, António Manuel S.P. (Coordenador), 2005, *CARTAS ARQUEOLÓGICAS Do Inventário à Salvaguarda E Valorização Do Património – Actas das Jornadas Realizadas em Arouca em 2004*, Ed.. Câmara Municipal de Arouca;
- SILVA, António Manuel S.P. (Coordenador), 2004, *MAMÓRIAS DA TERRA – Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Ed., Câmara Municipal de Arouca;
- SILVA, Elsa Peralta, 2000, “*Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*”, in *Antropológica*, n.º4, ISCSP;
- SILVA, Filomeno, 1993, *AROUCA D’ONTEM*, Ed., Associação para a Defesa da Cultura Arouquense;
- SILVA, Filomena, 1994, *Senhora da Laje, Fé e tradição na Freita (Arouca)*, Ed. Associação para a Defesa da Cultura Arouquense;

- SILVA, José Sousa, s/data, *In Ecomuseologia Como Forma de Desenvolvimento Integrado*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e MINOM;
- SILVESTRE, Carlos de Oliveira, 1983, *Gralheira de Montemuro*, Edição do Autor;
- SILVESTRE, Isabel Gomes, COSTA, Saúl Silva e BOAVIDA, António José, 1994, *CANCIONEIRO POPULAR DE MANHOUCE*, Ed.;
- SOUSA, Júlio Rocha, 1998, *Pelourinhos do Distrito de Viseu*, Edição do Autor;
- TINOCO, Alfredo, 2006/2007, Material didáctico *In Seminário de Mestrado em Museologia*. Lisboa: ULHT;
- VALINHO, Alexandre e LOUREIRO, Sílvia, 1999, *O CASTRO DE VILA COVA-À-COLHEIRA (Vila Nova de Paiva, Viseu)*, Ed. Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta;
- VASCONCELOS, Arménio, 2006, *Carlos Gomes – Pintor da Luz*, Ed., Liga de Amigos da Casa-Museu Maria da Fontinha;
- VASCONCELOS, Arménio, 2008, *Mandarino – Escultor do Homem e do Divino*, Ed. Liga de Amigos da Casa-Museu Maria da Fontinha;
- VASCONCELOS, Arménio, Julho 2004, *Na Hélada em busca do passado*, Ed., Liga de Amigos da Casa-Museu Maria da Fontinha;
- VASCONCELOS, Arménio, 2004, *Para além do Rio*, Ed., Liga de Amigos da Casa-Museu Maria da Fontinha;
- VASCONCELOS, Arménio, 2008, *Padre António Vieira - de Payassu ao V Império, no seu IV Centenário*, Ed. Liga de Amigos da Casa-Museu Maria da Fontinha;
- VENTURA, Jorge, 2008, *À Lareira do Montemuro, HISTÓRIAS DE LOBOS*, Ed. Associação Para a Defesa do Vale do Bestança;
- VIANA, Mário Gonçalves, 1972, *Arte de Organizar colecções, exposições e museus*, Porto, Ed. Domingues Barreira;

Outras Fontes de Consulta:

- ICOM, 2009, Maison de L'Unesco, *Museums and Tourism*, nº 1;
- ICOM. (2002). *Código de Deontologia do ICOM para os Museus: Conselho Internacional de Museus - ICOM.*;
- ACTAS do encontro nacional museologia e autarquias *In Cadernos de Sociomuseologia N.º 8*. Lisboa ULHT. 1996;
- IV ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS (1993).
Tondela: Câmara Municipal Tondela;
- ACTAS, *I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca (26-28 Setembro 1986)*, Organização da C.M. Arouca e do Centro de Arqueologia de Arouca, 1987;
- Boletim Municipal da *CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA*,
Número 2: Julho 2008, Ed. Município de Vila Nova de Paiva;
- Jornal de Arouca, *Edição nº 740, Abril 2009*;
- Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva, *Igreja Museu-Vila Nova de Paiva*, 2000;
- Termas do Carvalhal, *Panfleto Turístico*;
- Termas do Carvalhal, *Aldeia da água*, Panfleto;
- Termas de São Pedro do Sul, *Panfleto Turístico*;
- Junta de Freguesia de Castro Daire, *Panfleto Turístico*;
- Junta de Freguesia de Picão, *Panfleto Turístico*;
- Câmara Municipal de Arouca, *Panfleto Turístico*;
- Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, *Roteiro Turístico, Terra de Santa Maria*;
- Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, *Património Natural e Cultural da Serra da Freita*, 1987;

Declarações Internacionais Fundamentais na Nova Museologia Citadas:

Mesa-Redonda de Santiago do Chile. *ICOM*. 1972:

Declaração de Québec. *ICOM*. Princípios de Bases de uma nova museologia. 1984;

Declaração de Caracas. *ICOM*. 1992;

World Wide Wed:

Cartas das Cidades Europeias para a Sustentabilidade de 27 de Maio de 1994. (1994). Dinamarca,

Aarlborg. Disponível na Internet: <http://www.anmp.pt/anmp/div2005~/age21/docs>

Conferência mundial de turismo sustentável, Lanzarote (1995). Pesquisa de Carta do turismo Sustentável. Disponível na Internet: <http://www.ciberamerica.org>

DA SILVA, Elisa. P. (20023). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível na Internet:

<http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html> ;

Direcção-Geral das Autarquias Locais. Pesquisa de Informação geográfica.

Disponível na Internet: <http://www.dgaa.pt/default>;

DGEMN/Direcção-Geral Edifícios e Monumentos Nacionais. Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Sistema de informação/inventário. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.pt>;

Direcção-Geral de Turismo. *A Política de Turismo na U.E.* Disponível na Internet:

www.dgturismo.pt/ContextoNormativo/PoliticadeTurismo/DocumentacaoUE/index.htm;

Enciclopédia livre on-line. Sustentabilidade. Disponível na Internet:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/sustentabilidade>;

Enciclopédia livre on-line. *Classificação do património português*. Disponível na Internet: <http://pt.wikipedia.org>;

Enciclopédia livre on-line. *Identidade*. Disponível na Internet:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/identidade>

Governo Português. (consulta em 2 de Novembro de 2007). Disponível através do endereço de Internet: www.portaldogoverno.org.pt

Instituto do Ambiente. *Pesquisa de mapas temáticos*. Disponível na Internet:

<http://www.iambient.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente>

Instituto Nacional de Estatística. *Pesquisa dados estatísticos de Lisboa e Vale do Tejo*. (consulta em 23 de Setembro de 2007). Disponível na Internet:

<http://www.ine.pt/prodserv/nseries/dado.asp>

Instituto Nacional de Estatística. *Pesquisa de georeferenciação* (consulta em 23 de Setembro de 2007). Disponível na Internet:

<http://www.ine.pt/prodserv/retratodt>

Instituto Português do Património Arquitectónico. Ministério da Cultura. *Pesquisa de património*. (consulta em 15 de Março de 2007). Disponível na Internet:

<http://www.ippar.pt>

Observatório Europeu sobre o Turismo Cultural (2001) *Código de Ética do Turismo Cultural*. (consultado em 26 de Maio de 2007). Disponível na Internet:

<http://www.unwto.org/obs.cultturism.asp>

Organização Mundial do Turismo (OMTWTO).(1999). *O Código Mundial de Ética do Turismo*. (consultado em 26 de Maio de 2007). Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. Disponível na Internet: <http://www.unwto.org/code.ethics/pdf>

Organização Mundial do Turismo (OMTWTO). (2001). *Turismo sustentável*. (consultado em 26 de Maio de 2007). Traduzido por: Direcção Geral de Turismo. Disponível na Internet: <http://www.world-tourism.org>

LEGISLAÇÃO:

Decreto-Lei nº 95/78, de 12 de Setembro de 1978. Diário da República.Série-A Nº 210;

Lei do Património Cultural, Lei nº 13/85, de 6 de Julho (revogado). Diário da República. I Série-A;

Resolução do Conselho de Ministros Nº 98/94, de 6 de Outubro de 1994. Diário da República. Série-B. Nº231;

Decreto-Lei nº 2/96, de 6 de Março de 1996. Diário da República. Série-A. Nº 56;

Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto de 1998. Diário da República. Série-B.Nº 195;

Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto de 1999. Diário da República. Série-B. Nº 200.

(Ministério do Ambiente);

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro de 1999. Diário da República I Série-A;

Lei nº 169/99, de 18 de Setembro de 1999. Diário da República I Série-A;

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural,

Nº 107/2001 de 8 de Setembro. Diário da República I Série-A:

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei nº47/2004, de 19 de Agosto. Diário da República. I Série-A

Constituição da República Portuguesa; Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto. Diário da República. I Série-A;

Decreto-Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro. Diário da República. I Série-A; e
Decretos-Lei, n.º 138, 139 e 140/2009, de 15 de Junho.

Índice dos Quadros

Ilustração 1-I - Vale da Paiva - Carta Geológica	34
Ilustração 2-I - Vale da Paiva.....	35
Ilustração 3-I - Perfil Longitudinal da Paiva.....	36
Ilustração 4-I - Diagnósticos Sobre as Realidades Municipais.....	51
Ilustração 5-I - Análise Swot dos quatro concelhos.....	54
Ilustração 6-I - Orientações estratégicas	58
Ilustração 7-I - Síntese de acções	65
Ilustração 8-I - Desenvolvimento concelhio sustentável através da museologia.....	66

Nota final:

Algumas autarquias, muitas pessoas, o Museu Maria da Fontinha e o ora mestrando estão inequivocamente empenhados em concretizar o que neste trabalho se propõe. Coadjuvados que sejam pelas demais autarquias e entidades do sector, certamente que tal desiderato será atingido. Isso esperamos.